



***MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
10ª SUPERINTENDÊNCIA - BAHIA***

***PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009***

MARÇO/2010



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária FEDERAL
10ª SUPERINTENDÊNCIA - BAHIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Salvador, 26/03/2010

MARÇO/2010



POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça
Tarso Fernando Herz Genro

Secretário-Executivo
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração
Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Diretor-Geral
Hélio Cardoso Derenne

10ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Superintendente Regional
Antônio Jorge Azevedo Barbosa

Núcleo de Apoio Técnico Regional
Alvaro Conrado da Costa Filho

Núcleo de Inteligência
Marlon Marcos Andrade Silva

Núcleo de Comunicação
Mércia Maria Lemos de Oliveira

Seção de Policiamento e Fiscalização
Virgílio de Paula Tourinho

Seção Administrativa e Financeira
Jackson Andrade Spínola

Seção de Correição de Disciplina
Alex Oliveira do Carmo

Seção de Recursos Humanos
Érico Antônio Matheos Guedes dos Santos

MISSÃO INSTITUCIONAL
Zelar pela Segurança Pública nas Rodovias Federais

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

RG – Relatório de gestão

IN – Instrução Normativa

DN – Decisão Normativa

TCU – Tribunal de Contas da União

CGU – Controladoria-Geral da União

Port. – Portaria

UJ – Unidade Jurisdicionada

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

SRPRF – Superintendência de Polícia Rodoviária Federal

DLPRF – Delegacia de Polícia Rodoviária Federal

SUMÁRIO

| | |
|--|----------|
| INTRODUÇÃO..... | 7 |
| A- CONTEÚDO GERAL..... | 8 |
| 1. IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL | 8 |
| 1.1. Identificação das Unidades Descentralizadas – Delegacias e Postos..... | 8 |
| 1.2. Estrutura Organizacional da Unidade..... | 10 |
| 2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA..... | 10 |
| 2.1. Responsabilidades institucionais: | 10 |
| 2.1.1. Competência..... | 10 |
| 2.1.2. Objetivos estratégicos..... | 11 |
| 2.2. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais..... | 13 |
| 2.3. Programas sob a responsabilidade da unidade:..... | 18 |
| 2.3.1. Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da PRF:..... | 18 |
| 2.3.1.1. Dados gerais do programa..... | 18 |
| 2.3.1.2. Principais Ações do Programa..... | 19 |
| 2.3.1.3. Gestão das Ações..... | 19 |
| 2.3.1.4. Desempenho do programa – indicadores..... | 25 |
| 2.3.2. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais..... | 26 |
| 2.3.2.1. Dados Gerais do programa..... | 26 |
| 2.3.2.2. Principais Ações do Programa..... | 26 |
| 2.3.2.3. Gestão das Ações..... | 26 |
| 2.3.2.4. Desempenho do programa..... | 38 |
| 2.3.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo..... | 41 |
| 2.3.3.1. Dados Gerais do programa..... | 41 |
| 2.3.3.2. Principais Ações do Programa..... | 42 |
| 2.3.3.3. Gestão das Ações..... | 42 |
| 2.4. Desempenho Operacional..... | 47 |
| 2.5. Programação Orçamentária..... | 47 |
| 2.5.1. Programação de Despesas Correntes..... | 47 |
| 2.5.2. Programação de Despesas de Capital..... | 48 |
| 2.5.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência..... | 49 |
| 2.5.4. Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional..... | 49 |
| 2.5.5. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa..... | 49 |
| 2.6. Execução Orçamentária..... | 50 |
| 2.6.1. Diárias e passagens aéreas..... | 53 |
| 2.6.2. Evolução de Gastos Gerais..... | 56 |
| 2.6.3. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação..... | 56 |
| 2.6.3.1. Despesas por Modalidade de Contratação..... | 56 |
| 2.6.3.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa..... | 57 |
| 2.6.3.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa..... | 58 |
| 2.6.3.4. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação:..... | 59 |
| 2.6.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ..... | 59 |
| 2.6.5. Acompanhamento da execução contratual..... | 59 |
| 2.6.7. Desfazimento de bens - Leilão..... | 60 |
| 3. RECURSOS HUMANOS..... | 60 |
| 3.1. Composição do Quadro de Recursos Humanos..... | 60 |
| 3.1.1. Quadro de pessoal discriminado por unidade, área meio/fim, servidores efetivos/estagiários/terceirizados..... | 61 |
| 3.1.2. Quadro de cargos comissionados distribuídos por unidades e área meio/fim..... | 64 |
| 3.1.3. Concessão de Benefícios..... | 67 |
| 3.1.4. Controle e acompanhamento de folha de pagamentos..... | 67 |
| 3.1.5. Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009..... | 68 |
| 3.2. Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009..... | 69 |

| | |
|--|------------|
| <i>3.3. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....</i> | <i>69</i> |
| <i>3.4. Análise Crítica sobre a situação dos recursos humanos.....</i> | <i>71</i> |
| <i>3.5. Gestão de capacitação.....</i> | <i>71</i> |
| 3.5.1. A Capacitação Regional:..... | 72 |
| 3.5.2. Ensino à Distância..... | 72 |
| 3.5.3. Ensino Presencial..... | 73 |
| 3.5.4. Capacitação para o público externo..... | 76 |
| 3.5.5. Educação para o Trânsito..... | 76 |
| 3.5.6. Estratégias do NUCAP/BA para 2010..... | 76 |
| 3.5.7. Conclusão..... | 77 |
| 4. GESTÃO OPERACIONAL – ATIVIDADE FIM..... | 77 |
| 4.1. Multas de trânsito aplicadas..... | 78 |
| 4.2. Resultados das ações operacionais desenvolvidas..... | 79 |
| 4.2.1. Acidentes de trânsito..... | 80 |
| 4.2.2. Operações realizadas..... | 84 |
| 4.3. Assistência à saúde, resgate e socorro nas Rodovias Federais..... | 100 |
| 4.3.1. Assistência à Saúde nas Rodovias Federais..... | 100 |
| 4.3.2. Resgate e Socorro nas Rodovias e Estradas Federais..... | 100 |
| 4.3.3. Análise dos resultados alcançados..... | 103 |
| 4.3.4. Conclusão..... | 104 |
| 5. GESTÃO CORREICIONAL..... | 104 |
| 5.1. Acompanhamento Gerencial de Serviço..... | 105 |
| 5.2. Aproximação das Corregedorias com as Comissões de Ética..... | 105 |
| 5.3. Otimização da execução dos recursos da área correcional..... | 105 |
| 5.4. Instauração de procedimentos..... | 106 |
| 5.5. Aperfeiçoamento da ação gerencial dos Corregedores Regionais..... | 106 |
| 5.6. Reestruturação da Corregedoria Regional e do Núcleo de Assuntos Internos..... | 106 |
| 5.7. Capacitação em procedimento administrativo disciplinar..... | 107 |
| 5.8. Conclusão..... | 107 |
| 6. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS..... | 107 |
| 7. PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR - EXERCÍCIO DE 2009..... | 108 |
| 7.1. Análise Crítica sobre a gestão do pagamento de Restos a Pagar de exercícios :..... | 108 |
| 8. TRANSFERÊNCIAS..... | 108 |
| 9. ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADAS..... | 109 |
| 10. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS..... | 109 |
| 11. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA..... | 109 |
| 12. IMPACTO SÓCIO-ECONÔMICO DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS..... | 109 |
| 13. DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE..... | 109 |
| 14. INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO, EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO DE GESTÃO, NOS TERMOS DO ART. 7º DA IN/TCU Nº 55/2007..... | 110 |
| 15. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO SOBRE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA - SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 11.768, DE 14 DE AGOSTO DE 2008..... | 110 |
| B- INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO..... | 111 |
| 1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL..... | 111 |

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão está estruturado conforme a Norma de Execução nº 03 de 04 de novembro de 2009 aprovada pela Portaria CGU nº 2.270, de 04 de novembro de 2009, com a Instrução Normativa TCU nº 57/2008 e a Decisão Normativa TCU nº 100/2009, de acordo com o dever de prestar contas previsto no art. 70 da Constituição Federal, constituindo assim, um conjunto de documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial relativos à gestão dos responsáveis pela 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Bahia, sendo organizado de forma a possibilitar a visão sistêmica da conformidade e do desempenho da gestão durante o exercício de 2009.

Desde já, registra-se que o item 10 da letra A e os itens 2, 3, 4 e 5 da letra B e a letra C do anexo II da DN TCU nº 100/2009 não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

Este Relatório de Gestão visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo, no exercício de 2009. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem como o impacto alcançado em função das ações desempenhadas. Contempla, também, o grau de eficácia e efetividade perseguido pela Organização, considerando a sua estrutura atual e atrelados aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle. O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2009 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual – PPA, o Orçamento autorizado na LOA 2009 e os relatórios de atividade das diversas áreas da Administração desta Regional.

Com o presente documento, a 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

A- Conteúdo Geral

1. Identificação do Relatório de Gestão Individual

| Poder e Órgão de vinculação | | | |
|---|--|----------------------------------|------------------------------|
| <i>Poder: Executivo</i> | | | |
| <i>Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça</i> | | <i>Código SIORG: 002835</i> | |
| Identificação da Unidade Jurisdicionada | | | |
| <i>Denominação completa: Décima Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Bahia</i> | | | |
| <i>Denominação abreviada: 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Bahia</i> | | | |
| <i>Código SIORG: 002835</i> | | <i>Código LOA: Não se aplica</i> | <i>Código SIAFI: 200114</i> |
| <i>Situação: Ativa</i> | | | |
| <i>Natureza Jurídica: Órgão Público</i> | | | |
| <i>Principal Atividade: Administração e Funcionamento da Polícia Rodoviária</i> | | <i>Código CNAE: 8424-8/00</i> | |
| <i>Telefones/Fax de contato:</i> | <i>(071) 2101-2205</i> | <i>(071) 2101-2208</i> | <i>(071) 2101-2209 - fax</i> |
| <i>Endereço eletrônico: sup.ba@dprf.gov.br</i> | | | |
| <i>Página da Internet: http://www.dprf.gov.br</i> | | | |
| <i>Endereço Postal: Avenida Frederico Pontes, nº 151, bairro Comércio, Salvador/BA – CEP: 40460-000.</i> | | | |
| Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada | | | |
| <i>- Constituição Federal, art. 144, II, § 2º da (Define Atribuições Gerais);</i> | | | |
| <i>- Lei nº 9.503/97, art. 20 (Define Competências);</i> | | | |
| <i>- Decreto nº 11/91, art. 23, publicado no DOU em 21/01/1991(Cria o Departamento e Regulamenta Competências);</i> | | | |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada | | | |
| <i>- Decreto nº 1.655/95, publicado no DOU em 03/10/1995 (Define Competências);</i> | | | |
| <i>- Regimento interno constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.</i> | | | |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada | | | |
| | | | |
| Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| 200114 | 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal | | |
| Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões | | | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | | Código SIAFI da Gestão | |
| 200114 | | | 1 |

1.1. Identificação das Unidades Descentralizadas - Delegacias e Postos

I. Unidade Regional:

10ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – Bahia
UG 200114

II. Equipe Administrativa:

a) Superintendente:

- Antônio Jorge Azevedo Barbosa*
- b) *Superintendente Substituto:*
Alex Oliveira do Carmo / Adirlei Hiroshi Kabutomori
- c) *Seção de Policiamento e Fiscalização:*
Virgílio de Paula Tourinho
- d) *Seção Administrativa e Financeira:*
Emanuel Ribeiro Liberato de Mattos / Jackson Andrade Spínola
- e) *Seção de Correição e Disciplina:*
Alex Oliveira do Carmo
- f) *Seção de Recursos Humanos:*
Érico Antônio Matheos Guedes dos Santos
- g) *Núcleo de Inteligência:*
Alberto Pereira dos Santos Filho / Marlon Marcos Andrade Silva
- h) *Núcleo de Apoio Técnico:*
Álvaro Conrado da Costa Filho
- i) *Núcleo de Comunicação Social:*
Adirlei Hiroshi Kabutomori / Mércia Maria Lemos de Oliveira
- j) *Chefes de Delegacia:*
- *Simões Filho/BA*
George Silva Paim
 - *Feira de Santana/BA*
Apolinário Ferreira Porto Júnior
 - *Jequié/BA*
Joilson Barbosa Sales
 - *Senhor do Bonfim/BA*
Jeferson Almeida Moraes / Gidalberto Silva
 - *Itabuna/BA*
José Daniel Moura de Jesus / Marcus Vinícius Rodrigues
 - *Seabra/BA*
Paulo Almeida Santos Sobrinho
 - *Paulo Afonso/BA*
Mauricio Francisco dos Santos
 - *Vitoria da Conquista/BA*
Jorge Lima Chagas
 - *Eunápolis/BA*
Marcelo Santana Santos
 - *Barreiras/BA*
Vanderlúcio Alves dos Santos

III. Circunscrição da Regional:

- a) *Abrangência territorial da Unidade Regional: Bahia*
- b) *Malha viária: BR's 110, 324, 420, 101, 116, 605, 330, 235, 407, 415, 251, 242, 423, 349, 410, 030, 122, 342, 430, 367, 489, 498, 418, 020, 135, totalizando 6.481 Km.*

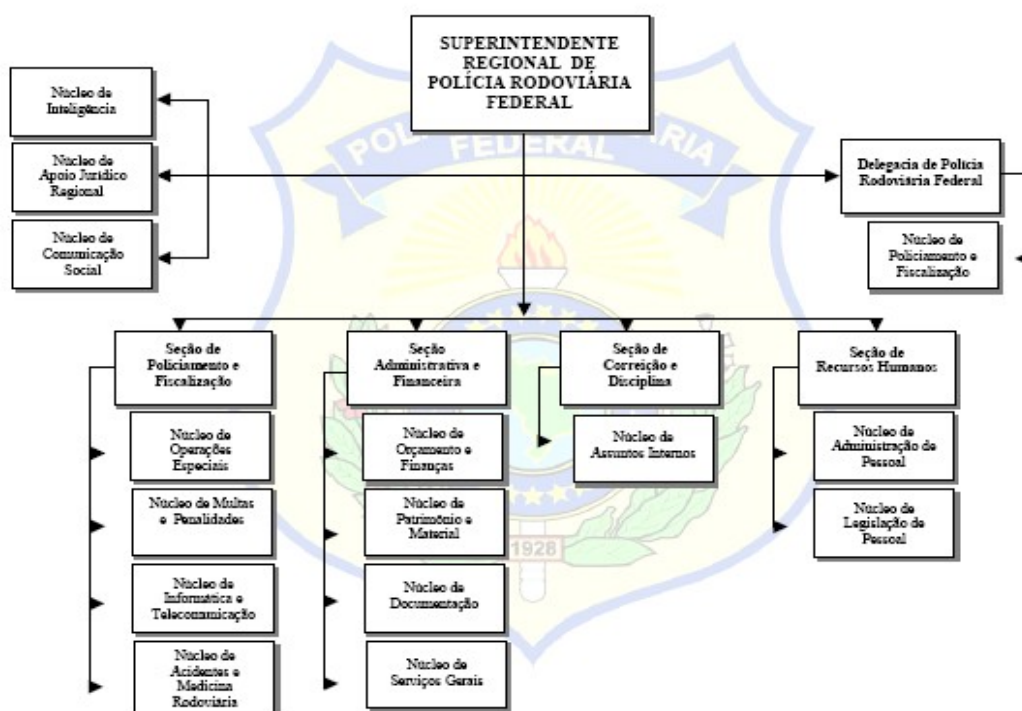
IV. Descrição da Unidade Regional:

| Unidade operacional | 1ª Delegacia | 2ª Delegacia | 3ª Delegacia | 4ª Delegacia | 5ª Delegacia |
|------------------------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|--------------|
| Localização | Simões Filho | Feira de Santana | Jequié | Senhor do Bonfim | Itabuna |
| Malha viária em Km pavimentada | 779 | 322 | 358 | 769 | 427 |
| Malha viária em Km não pavimentada | - | - | - | - | 150 |
| Número de postos | 4 | 2 | 2 | 2 | 3 |

| Unidade operacional | 6ª Delegacia | 7ª Delegacia | 8ª Delegacia | 9ª Delegacia | 10ª Delegacia |
|------------------------------------|--------------|--------------|----------------------|--------------|---------------|
| Localização | Seabra | Paulo Afonso | Vitória da Conquista | Eunápolis | Barreiras |
| Malha viária em Km pavimentada | 649 | 562 | 1142 | 399 | 664 |
| Malha viária em Km não pavimentada | - | 177 | - | 84 | 44 |
| Número de postos | 3 | 2 | 3 | 4 | 1 |

1.2. Estrutura Organizacional da Unidade

SUPERINTENDENTE REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



2. Gestão Orçamentária

2.1. Responsabilidades institucionais:

2.1.1. Competência

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.

Assim, além da própria competência constitucional, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, nos termos do Decreto nº 1.655/95 e do Regimento Interno, tem as seguintes atribuições:

- realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;
- exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;
- assegurar a livre circulação nas rodovias federais podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas; executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

As atividades operacionais da 10ª Superintendência de Rodoviária Federal são difundidas em todo o estado da Bahia, dada a sua estruturação que contempla uma Sede administrativa, localizada na cidade de Salvador, 10 (dez) Delegacias e 26 (vinte e seis) Postos, ao longo dos 6.481 Km de rodovias Federais do Estado da Bahia.

O desenvolvimento desse conjunto de atividades consoante os seus compromissos regimentais com a segurança pública e a valorização da vida confere à 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal um perfil institucional que a qualifica como a executora de múltiplas políticas de ações sociais, de variados segmentos da sociedade, decorrentes das demandas de setores da Administração Pública em diversos níveis hierárquicos, além de sua própria atribuição regimental.

Nesse diapasão é que a 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal vem desenhando suas linhas de ação, buscando acompanhar esse processo evolutivo decorrente da diversificação das demandas sociais, dentre as quais, em grande número requerem a ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente, exigindo-se maior flexibilização e disponibilidade da Instituição Polícia Rodoviária Federal.

2.1.2. Objetivos estratégicos

Os principais objetivos definidos para o ano de 2009 foram a diminuição dos acidentes de trânsito e mortes nas rodovias, o reforço nas ações de combate à criminalidade e a modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas.

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela possibilidade de sanção ao condutor infrator. Nesse sentido, a ênfase principal foi alocar o

máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

Para isso, continuou-se a utilizar o expediente do cartão programa, que representa um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão, no qual contam os trechos da rodovia em que a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além da definição da realização de rondas em horários e trechos específicos das rodovias.

Salienta-se que a confecção do cartão programa é feita pelo chefe de delegacia, o qual, através do banco de dados da PRF – DATATRAN – verifica os trechos com maior incidência de acidentes e ações criminosas, programando assim o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto no decorrer de cada dia da semana.

No entanto, as limitações de efetivo, o grande número de acidentes e mortes em áreas urbanas, bem como o aumento significativo da frota de veículos, tanto em nível nacional quanto regional prejudicaram a obtenção de melhores resultados.

Assim, a utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito em trechos críticos, nos quais há uma maior propensão para o desrespeito aos limites de velocidade, tendo como consequência, acidentes como atropelo a pedestres, saída de pistas, colisões de uma maneira geral, principalmente em períodos chuvosos.

Destarte, repetindo a atuação do ano de 2008, no ano de 2009, foi feita a efetiva utilização desses radares fotográficos, visando à redução do número de acidente nas rodovias federais que cortam o Estado da Bahia, e, conseqüentemente, à redução das mortes no trânsito. Salienta-se que a utilização desse equipamento pela Regional foi bastante efetivo em comparação com outras unidades Regionais do DPRF.

No que tange às ações de combate à criminalidade, um dos fatores que influenciam positivamente é a capacitação do policial, o que lhe proporciona maior segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Por outro lado, a melhoria das instalações físicas dos postos, delegacias, e da sede desta Superintendência, tem sido tratado como tema prioritário, já que observadamente, renova o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho.

Na mesma linha, é sabido que as viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF. Assim, devido ao intenso uso é necessária a sua substituição periodicamente, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, bem como de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante a execução das atividades inerentes ao cumprimento da missão institucional da Instituição. O ideal seria a substituição de pelo menos 1/4 do valor total de veículos por ano.

Outrossim, a melhoria dos sistemas corporativos é estratégica, uma vez que aumenta o potencial de fiscalização da Instituição, de sorte que se faz necessário maior investimento para o processamento das imagens captadas na utilização de radares fotográficos em locais críticos, bem assim para a fiscalização e autuação com computadores de mão (EDAs).

Por fim, objetivando minimizar o problema da falta de pessoal, buscou-se efetuar o reforço de efetivo nos períodos as Operações de Calendário 2009 (Carnaval, Semana Santa, Corpus Cristh, Tiradentes, Dia do Trabalhador, São João, Natal e outros feriados locais que desencadeiam aumento no tráfego de veículos e de pessoas nas Rodovias Federais).

2.2. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

Para que o desempenho da Organização acompanhe os níveis de exigência gerados pelo aumento e diversificação da demanda, fazem-se necessárias medidas de reestruturação de quadros e ingresso de novos policiais e servidores mediante concurso público, com base nos claros relativos aos cargos vagos já existentes, sem contarmos a necessidade ideal pautada em estudos técnicos que remontam a um quantitativo ainda maior de efetivo, aliado à necessidade constante de evolução da capacitação e reciclagem dos servidores em atividade, em decorrência desse plexo de atuação delineado.

Nessa esteira, o Egrégio Tribunal de Contas da União, em auditoria operacional que resultou no Acórdão nº 353/2006-Plenário, corrobora com a necessidade de aumento do quadro de pessoal do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, bem assim com a necessidade de investimentos estruturais com vistas a melhor equipar o Departamento, o que se aplica também à realidade desta Regional.

Em atenção à necessidade de incremento do quadro de pessoal, foi editada a Medida Provisória nº 431, de 14 de maio de 2008, convertida na Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, a qual criou 3.000 (três mil) novos cargos de Policial Rodoviário Federal, bem como contemplou como requisito para ingresso na carreira, além dos demais requisitos estabelecidos no edital do concurso, o diploma de curso superior completo, em nível de graduação, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

É de se ressaltar que a mudança do nível de escolaridade exigido resultará em melhoria significativa da qualificação do quadro de pessoal apto para ingresso no Órgão. Não obstante, apenas a criação dos novos cargos não supre as necessidades acima relatadas, de sorte que se faz premente a autorização para a realização de concurso para o provimento dos 3898 cargos vagos, cujo pedido encontra-se em trâmite no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Ademais, torna-se necessária a adequação da estrutura organizacional existente, para atender às freqüentes mudanças na legislação, o ingresso de novas atribuições regimentais, bem como para atender à demanda crescente de atribuições decorrentes da lavratura de Convênios, Acordos de Cooperação Técnica e demais parcerias com outros Órgãos da Administração Direta e Indireta.

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam um elo de integração nacional. A Polícia Rodoviária Federal, por estar presente em todo o país, representa um contato direto e identificado do Governo Federal com a população.

Por sua vez, os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de gastos governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos

outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução dos acidentes e conseqüentemente de pessoas vitimadas, podem-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais.

Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda a necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização da população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao aumento dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da circulação de mercadorias, bem como aos altos índices de crescimento da criminalidade.

Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos.

O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT. Portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a conseqüência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para driblar a ação policial.

Nesse sentido, as ações focadas no combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, na medida em que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado existem programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, devido à facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados concernentes às ocorrências estarão distribuídos em inúmeras localidades. Assim, criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável à sua atuação, colocando a população sob permanente ameaça de uma ação criminosa.

Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de práticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, entre outros. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico na sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado representada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras em estradas.

Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, tendo em vista que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes à polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a auto-sustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

Ao longo de 2009, a 10ª SRPRF/BA desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação no sentido de garantir a segurança nas rodovias federais do Estado, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente. Assim, com uma atuação mais efetiva no sentido da fiscalização e da coordenação de operações, o ano 2009 registrou uma redução do número de acidentes de trânsito, comparando-se com o ano de 2008. Sabendo-se que a maior causa de acidentes de trânsito é a própria imprudência dos condutores, representada pelo constante prática de infrações como excesso de velocidade, ultrapassagens indevidas, falta de atenção, entre outras, a atuação da Polícia Rodoviária Federal no Estado da Bahia foi bastante salutar para a redução desses números.

Cálculos baseados em estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontam que o prejuízo médio de um acidente na estrada, que tenha vítimas fatais, pode chegar até a R\$ 421 mil e no caso de feridos, o custo ficaria em R\$ 90 mil.

Apesar da intensificação da fiscalização por parte da PRF no Estado da Bahia, com significativo aumento no número de autuações contabilizadas nas rodovias federais do Estado, não se conseguiu reduzir o número de acidentes em 2009, de modo que para 2010, o planejamento é intensificar ainda mais a fiscalização, focando o policiamento nos trechos de rodovias mais críticos em ocorrências de acidentes e mortes.

Entre os fatores conjunturais que contribuíram para o aumento dos acidentes de trânsito nas rodovias destacam-se: a explosão de vendas de veículos automotores, alavancada pelas baixas taxas de juros e pela dilatação dos prazos de financiamento, assim como pela redução do IPI, o que abarrotou as estradas federais e, por via de consequência, aumentou a probabilidade de acidentes e, por último, a melhoria das condições das rodovias, reforçando o paradoxo de que quanto melhores as rodovias, elevam-se de forma exponencial os acidentes devido ao excesso de velocidade. Aliado à imprudência da grande maioria dos condutores e a falta de experiência de alguns condutores na condução de veículos de passeio em rodovias.

A Polícia Rodoviária Federal, plenamente integrada ao RENAINF em 2008 (banco de dados que integra todos os Detran's do país), pôs fim à impressão de impunidade que existia nas rodovias brasileiras. Os motoristas infratores flagrados pela PRF recebem suas multas em qualquer lugar do país. Quem não paga, não licencia o veículo.

Ao todo, nas rodovias federais que cortam o Estado da Bahia, quase quatrocentos e QUARENTA mil veículos foram fiscalizados. Foram realizadas 61 operações especiais de combate ao crime nas rodovias federais da Bahia, tendo como resultado a apreensão de 94,08 quilos de cocaína, de 1.419,28 quilos de maconha, a detenção de 2.282 pelo cometimento de diversos crimes, e tendo em vista a nova legislação acerca da embriaguez ao volante, foram detidos 904 condutores

por conduzirem veículos sob efeito de álcool. Além disso, nas rodovias federais do Estado da Bahia, foram apreendidas 87 armas de fogo, 585 munições diversas, 829 M³ de carvão vegetal, 1.465 quilos de pescado, 444 m³ de madeira, 4.817 animais silvestres, 2.268.136 unidades de medicamentos irregulares, 81.260 pacotes de cigarros contrabandeados, 4.773 equipamentos de informática contrabandeados, 33.794 eletrônicos diversos contrabandeados, 81.260 cds/dvds pirateados, 201.768 litros de combustíveis irregulares, 296 veículos recuperados produtos de roubo/furto, 170 documentos falsificados e 274 unidades de anfetaminas.

Como defensora do meio ambiente, a PRF também mostrou empenho em ações conjuntas com o Ibama, sendo que 444 m³ de madeira extraída de forma irregular foram apreendidas durante o ano. Mais de 4.817 animais silvestres, entre aves raras e mamíferos em extinção, foram descobertos pela Polícia Rodoviária Federal em compartimentos cada vez mais criativos e cruéis. Dentro de pneus estepes, no interior da lataria dos veículos e em compartimentos sem nenhum tipo de ventilação. Além disso, foram apreendidos mais de 829 m³ de carvão ilegal, bem como 1.465 quilos de pescados transportados e/ou pescados de forma irregular.

Por mais um ano, a Polícia Rodoviária Federal combateu sistematicamente a exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias. O Guia para a Localização de Pontos Vulneráveis à Exploração Infanto-Juvenil, confeccionado anualmente pela Coordenação Geral de Operações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF, também merece destaque. O trabalho de pesquisa teve a parceria da Organização Internacional do Trabalho (OIT), além do Escritório contra Drogas e Crime da ONU. Através do mapeamento de toda malha viária federal no Estado da Bahia, a Polícia Rodoviária Federal pode identificar pontos críticos e combater efetivamente a exploração sexual de menores.

Trabalhadores em regime de servidão viram, mais uma vez, a Polícia Rodoviária Federal como aliada. Ações de repressão ao trabalho escravo, em apoio ao Ministério do Trabalho e ao Ministério Público Federal, permitiram que pessoas fossem libertadas de condições precárias de trabalho, semelhantes à escravidão.

Inserida no PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania), do Ministério da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal apresentou uma nova proposta de fiscalização das rodovias, denominado Projeto Unidades de Auxílio ao Cidadão (UNACI), implantado desde setembro de 2008 na região metropolitana de Curitiba/PR.

Pelo novo formato, o policial rodoviário federal utilizará bases itinerantes de policiamento, distribuídas pela malha viária do Brasil. O modelo prevê ainda mais viaturas e utilização de equipamentos eletrônicos, cabendo ao tradicional posto de fiscalização apenas apoio às necessidades mais específicas de policiamento.

O exercício de 2008 também foi um ano de grandes investimentos para a PRF, no que diz respeito à modernização da infra-estrutura do Órgão, de sorte que foram adquiridos diversos veículos e equipamentos que melhorarão o desempenho dos policiais nas atividades rotineiras, possibilitando que os mesmos trabalhem motivados para o cumprimento da missão institucional da PRF.

As viaturas são o principal instrumento de trabalho do policial rodoviário federal, e devido ao grande uso, os veículos são depreciados em menos de quatro anos, sendo necessário um plano contínuo de aquisição de novas viaturas, sob pena de diminuição da capacidade operacional e aumento exponencial dos gastos com manutenção de veículos.

As instalações físicas e edificações que compõem o acervo patrimonial do DPRF são originárias do extinto DNER, cujas datas de construção obedeciam a padrões arquitetônicos das décadas de 60 e 70, estando por demais ultrapassados os conceitos de ergonomia e estruturação física. Neste sentido, a 10ª SRPRF/BA, através do plano de obras e reformas, tem construído, reformado e ampliado suas unidades operacionais.

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. Para realização dessas atividades, a PRF mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, superintendências e sede do Departamento.

O ano de 2008 ficou marcado pelo início da implantação do projeto Sistemas de Tecnologia Integradas, com utilização de computadores de mão (PDA's), com acesso a internet e aos bancos de dados de trânsito e segurança pública (Renainf, Infoseg), o que possibilitará ao policial consultar em campo, indivíduos e veículos, agilizando a fiscalização, bem como a realização de notificações em meio eletrônico, reduzindo a incidência de erros no preenchimento dos autos de infração. No ano de 2009 foi dada continuidade na implantação desses projetos.

A fim de averiguar remotamente o trânsito nas rodovias, continuam em operação câmeras de monitoramento, bem como, no intuito de otimizar o uso de viaturas, foi realizado projeto piloto de Monitoramento das Viaturas no estado do Rio de Janeiro, através do uso de rastreadores, o que possibilitou, no caso de acidentes, verificar o posicionamento de cada viatura nas rodovias do estado, acionando-se a mais próxima do local da ocorrência.

Em 2009 a 10ª SRPRF – BA iniciou a elaboração de Convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia no intuito de se unificar os chamados para ocorrências policiais em apenas uma única Central, otimizando as atividades policiais dentro do Estado unindo de forma eficaz as forças policiais de nosso Estado. Outro importante Convênio em fase de implantação está sendo elaborado entre a 10ª SRPRF e a AGERBA – Agência..., buscando atender todas as demandas existentes no que diz respeito a fiscalização intermunicipal dentro do estado da Bahia. Os convênios com as Instituições afins são uma realidade que atualmente auxilia a 10ª SRPRF em busca de recursos dando subsídios a própria instituição para executar todas as suas atividades fiscalizatórias.

Através destas ações de modernização, a PRF pretende continuar com mais eficiência a sua missão de resguardar a segurança pública, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade.

2.3. Programas sob a responsabilidade da unidade:

2.3.1. Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da PRF:

2.3.1.1. Dados gerais do programa

| Tipo de programa | Finalístico |
|-------------------------|---|
| Objetivo geral | Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública |

| | |
|---|---|
| <i>Objetivos Específicos</i> | <i>Oferecer meios para adequação da instituição, visando o aumento da operacionalidade dos policiais.</i> |
| <i>Gerente do programa</i> | <i>Hélio Cardoso Derenne</i> |
| <i>Gerente executivo</i> | <i>Ricardo Max de Oliveira Pereira -CGPLAM</i> |
| <i>Indicadores ou parâmetros utilizados</i> | <i>Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas</i> |
| <i>Público-alvo (beneficiários)</i> | <i>Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais</i> |

2.3.1.2. Principais Ações do Programa

- a) 1D49 – Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;*
- b) 8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal;*
- c) 200G – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal;*
- d) 1835 – Implantação de Sistemas de Tecnologia da Informação;*
- e) 8698 – Manutenção e modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação;*
- f) 200C – Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária.*

2.3.1.3. Gestão das Ações

a) Ação 1D49 - Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

| Tipo | Projeto |
|---|---|
| <i>Finalidade</i> | <i>Aquisição de um imóvel para instalação da Sede Central do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>Aquisição de um imóvel na cidade de Brasília-DF, com características que atendam às necessidades administrativas do DPRF, com área útil de aproximadamente 10 (dez) mil metros quadrados gerando condições de trabalho favoráveis aos recursos humanos da Unidade Central.</i> |
| <i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Unidades executoras</i> | <i>DPRF e Unidades Regionais</i> |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | <i>Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura</i> |
| <i>Coordenador nacional da ação</i> | <i>GIVALDO MEDEIROS DA SILVA</i> |
| <i>Responsável pela execução da ação no nível local</i> | <i>Não há. Ação Centralizada - Não aplicável à 10ª SRPRF/BA</i> |

Resultados: Esta é uma ação exclusiva do DPRF não tendo resultado nas Regionais.

b) Ação 8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

| Tipo | Projeto |
|---|--|
| <i>Finalidade</i> | <i>Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.</i> |
| <i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Unidades executoras</i> | <i>DPRF e Unidades Regionais</i> |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | <i>Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura</i> |
| <i>Coordenador nacional da ação</i> | <i>ROMMEL BRANDÃO</i> |
| <i>Responsável pela execução da ação no nível local</i> | <i>MARCELO CALAZANS URBAN</i> |

Resultados: não houve recurso descentralizado para a 10ª SRPRF/BA no que tange a esta ação.

| Ação 8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal | | |
|---|--------------------------------------|--------------------|
| Plano Interno | Descrição | Valor (R\$) |
| 1400RF | REFORMA DE BASES OPERACIONAIS - DPRF | 0,00 |

A diretriz do DPRF nos últimos anos tem sido priorizar investimentos na infraestrutura diretamente ligada à atividade fim, ou seja, os postos, pois é aquela que causa maior impacto na melhoria dos serviços prestados ao cidadão.

No exercício 2008 houve uma mudança de metodologia do DPRF no que diz respeito à área de infra-estrutura e a meta inicial que era de reformar 133 unidades foi revista. Os recursos em exercícios anteriores eram pulverizados em pequenas intervenções que resolviam apenas parte dos problemas e, além de não se resultar em unidades de fato adequadas, em um curto intervalo de tempo uma nova intervenção se faria necessária. Foi definido, então, que as regionais deveriam prioritariamente contratar empresas especializadas para a elaboração de projetos executivos de

reforma/ampliação de todos os seus postos, de tal forma que todas as demandas existentes fossem contempladas, e ao final da obra, cada posto fique plenamente adequado às atividades nele desenvolvidas. Tais projetos garantiriam, além de informações mais precisas para o planejamento, maior qualidade no acompanhamento e execução das obras.

A nova metodologia resultará em obras mais vultosas, todavia, com maior durabilidade e eficácia no atingimento da meta estabelecida que é a adequação plena de todos os postos do DPRF, enfim, em obras de fato compatíveis com a dimensão dos problemas. Assim, a previsão foi de se contratar os projetos em 2008 e executar a maior parte das obras só em 2009, porém, em virtude da ausência de servidores específicos para tratarem da revisão dos projetos elaborados pela empresa contratada, acabamos por adiar a contratação das reformas para o exercício 2010.

c) Ação 200G – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

| Tipo Ação | Projeto |
|---|---|
| <i>Finalidade</i> | <i>Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.</i> |
| <i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Unidades executoras</i> | <i>DPRF e Unidades Regionais</i> |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | <i>Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura</i> |
| <i>Coordenador nacional da ação</i> | <i>ROMMEL BRANDÃO</i> |
| <i>Responsável pela execução da ação no nível local</i> | <i>Ricardo dos Santos Souza – Núcleo de Serviços Gerais</i> |

Resultados: não houve recurso descentralizado para a 10ª SRPRF/BA no que tange a esta ação.

| Ação 200G – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal | | |
|--|------------------------------|--------------------|
| Plano Interno | Descrição | Valor (R\$) |
| 1406CA | CONSTR. AMPL. DE BASES OPER. | 0,00 |

| | | |
|----------|--|--|
| UNIDADES | | |
|----------|--|--|

d) AÇÃO 1835 – Implantação de Sistemas de Tecnologia da Informação

| Tipo | Projeto |
|---|--|
| <i>Finalidade</i> | <i>Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.</i> |
| <i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Unidades executoras</i> | <i>DPRF e Unidades Regionais</i> |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | <i>Divisão de Telecomunicações</i> |
| <i>Coordenador nacional da ação</i> | <i>EDNILSON BRUNO</i> |
| <i>Responsável pela execução da ação no nível local</i> | <i>LUCIANO PEREIRA DE VASCONCELOS – Núcleo de Informática e Telecomunicações</i> |

Resultados: o valor total descentralizado para esta ação foi de R\$ 20.600,00. Referido valor foi utilizado por esta Regional na aquisição de rádios transceptores banda baixa.

| AÇÃO 1835 – Implantação de Sistemas de Tecnologia da Informação | | |
|--|--|--------------------|
| Plano Interno | Descrição | Valor (R\$) |
| 1406FF | IMPLANTAÇÃO DE SIST. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 20.600,00 |

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. Para realização dessas atividades, a PRF mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, superintendências e sede do departamento. Por isso, os investimentos nesta área se justificam cada vez mais.

e) Ação 8698 – Manutenção e modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

| Tipo | Projeto |
|---|--|
| <i>Finalidade</i> | <i>Manter e modernizar os sistemas / equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações.</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc.</i> |
| <i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Unidades executoras</i> | <i>DPRF e Unidades Regionais</i> |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | <i>Divisão de Telecomunicações</i> |
| <i>Coordenador nacional da ação</i> | <i>EDNILSON BRUNO</i> |
| <i>Responsável pela execução da ação no nível local</i> | <i>LUCIANO PEREIRA DE VASCONCELOS – Núcleo de Informática e Telecomunicações</i> |

Resultados: o valor total descentralizado para esta ação foi de R\$ 606.549,76. Referido valor foi utilizado por esta Regional da seguintes forma: a) R\$ 265.503,31: pagamento do contrato de transmissão de dados através de SMP, para talões eletrônicos e frame relay; b) R\$ 286.869,28: pagamento de contrato de telefonia fixa; c) R\$ 16.360,70: na aquisição de materiais de consumo diversos, inerentes à área de telecomunicações; d) R\$ 37.816,47: pagamento de contrato de telefonia móvel.

| Ação 8698 – Manutenção e modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação | | |
|---|---|--------------------|
| Plano Interno | Descrição | Valor (R\$) |
| <i>1406TEL</i> | <i>SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA</i> | <i>552.372,59</i> |
| <i>1406TIM</i> | <i>MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS</i> | <i>16.360,70</i> |
| <i>1406CEL</i> | <i>SERVIÇO DE TELEFONIA CELULAR</i> | <i>37.816,47</i> |

A Rede da PRF é constituída de diversos serviços relevantes para a Segurança Pública, tais como:

- *INFOSEG: sistema em que disponibiliza informações de Justiça e Segurança Pública através de uma rede privativa em âmbito nacional. O sistema é uma ferramenta amplamente utilizada pelos órgãos de Segurança Pública, pois integra nacionalmente as informações de indivíduos com mandados de prisão não cumpridos, processos e inquéritos criminais, dados sobre veículos, condutores, armas registradas ou apreendidas pelas Polícias Cíveis, Federais ou pela Justiça Criminal;*
- *BR-Brasil: ferramenta tecnológica com a finalidade de otimizar as ações de policiamento e fiscalização, bem como consolida o banco de dados de acidentes;*
- *ALERTA: de auxílio no combate ao roubo/furto de veículos;*
- *Sistema de Multas: visando garantir a efetiva imposição da penalidade, observando os prazos e rotinas previstas em lei, dentre outros. Todos estes dados somente são integrados e compartilhados por meio da rede da PRF, já que os Estados não os compartilham entre si, razão pela qual há necessidade de sua implantação.*

Por esse motivo, esta Regional teve as referidas despesas concernentes a esta ação no exercício de 2009.

f) Ação 200C – Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

| Tipo | Projeto |
|---|--|
| <i>Finalidade</i> | <i>Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.</i> |
| <i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Unidades executoras</i> | <i>DPRF e Unidades Regionais</i> |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | <i>Divisão de Patrimônio</i> |
| <i>Coordenador nacional da ação</i> | <i>HENRIQUE ARAÚJO DE LIMA</i> |
| <i>Responsável pela execução da ação no nível local</i> | <i>Rodrigo de Oliveira Guedes – Núcleo de Patrimônio e Material</i> |

Resultados: *não houve recurso descentralizado para a 10ª SRPRF/BA no que tange a esta ação.*

| Ação 200C – Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária | | |
|--|------------------|--------------------|
| Plano Interno | Descrição | Valor (R\$) |
| | | |

| | | |
|--------|---|------|
| 1406AV | AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESPECIAIS E AERONAVES PARA POLICIAMENTO | 0,00 |
|--------|---|------|

2.3.1.4. Desempenho do programa - indicadores

Para o Programa 1386, adota-se como indicador o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, com o qual se pretende medir o percentual de unidades com estrutura física, de dados, de comunicações e de viaturas adequadas (eficácia).

| | |
|--|--|
| <i>Fórmula de Cálculo: Iadq=(Unid. Adequadas/ Total de Unidades)x100</i> | |
| <i>Responsável pelo cálculo: SAF/10ª SRPRF/BA</i> | |
| PROGRAMA 1386 | |
| METAS FÍSICAS DO PPA PARA 2009 | 56,67 % dos postos, considerados adequados |
| RESULTADOS ALCANÇADOS | 66,78 % dos postos, considerados adequados |
| COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS | |
| % de postos adeq. Fisicamente | 60,58 % |
| % de postos adeq. quanto à Tecnologia da Informação | 51,29 % |
| % de postos adeq. quanto a Viaturas | 88,46 % |
| <i>Icaif = (60,58% + 51,29% + 88,46%) / 3 = 66,78%</i> | |

O indicador informa que 60,58,% dos postos da PRF no Estado da Bahia estão adequados fisicamente. Em 2009 houve um aumento de 12,5% de melhoria dos postos em relação à 2007, onde o índice ficou em 34,62 %, já em 2009, não houve investimento na área, logo os índices permaneceram inalterados.

| Comparativo 2008/2009 | | | |
|--|---------|---------|------------------------|
| <i>Indicador</i> | 2008 | 2009 | <i>Comparativo</i> |
| % de postos adeq. Fisicamente | 47,12 % | 60,58 % | <i>Melhor – 13,46%</i> |
| % de postos adeq. quanto à Tec. da Inf | 33,33 % | 51,29 % | <i>Melhor – 17,96%</i> |
| % de postos adeq. quanto a Viaturas | 75,00 % | 88,46 % | <i>Melhor – 13,46%</i> |
| <i>Coeficiente Geral</i> | 51,82 % | 66,78 % | <i>Melhor - 14,96%</i> |

Quanto aos fatores que levaram a um aumento do sub-índice % de postos adequados fisicamente, em relação a 2008, o principal motivo foi a execução das obras contratadas no exercício 2008 da Ação 8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal, para a qual foi descentralizado o valor de R\$ 958.341,23, sendo o recurso aplicado na manutenção predial da Sede e dos Postos de Simões Filho, Ribeira do Pombal, Paulo Afonso, Ibotirama, Itaberaba, Itabuna, Capim Grosso e contratação de empresa para realizar levantamento técnico de todos os postos.

Quanto aos fatores que levaram a um aumento do sub-índice % de postos adequados quanto à tecnologia. da informação, em relação a 2008, o principal motivo deve-se ao investimento na área de informática, que permitiu uma melhora considerável no parque de micro-computadores

da regional, já o sistema de Rede está passando por um estudo técnico para que seja contratada uma nova tecnologia para comunicação de dados em todos os postos e delegacias do DPRF, o que justifica sua baixa avaliação. Por outro lado, o sistema de radiocomunicação recebeu avaliação negativa, porém, trata-se de um sistema que, para ser melhorado, necessita de vultosas somas de investimentos, os quais não foram recebidos por Regional.

Quanto aos fatores que levaram a uma melhoria no sub-índice % de postos adequados quanto a viaturas, entendemos que a constante renovação da frota, com o recebimento de viaturas tem sido a causa da elevação desse subindicador.

2.3.2. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

2.3.2.1. Dados Gerais do programa

| Tipo de programa | Finalístico |
|--------------------------------------|--|
| Objetivo geral | <i>Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito</i> |
| Objetivos específicos | <i>Aumentar a repressão de ações delituosas e reduzir os acidentes de trânsito.</i> |
| Gerente do programa | <i>Hélio Cardoso Derenne</i> |
| Gerente executivo | <i>Alvarez Simões Filho</i> |
| Indicadores ou parâmetros utilizados | <i>- Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais - Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais - Sensação de Segurança nas Rodovias Federais</i> |
| Público-alvo (beneficiários) | <i>Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais</i> |

2.3.2.2. Principais Ações do Programa

- a) 2C78 – Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF;
- b) 2B11 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal;
- c) 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal;
- d) 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais;
- e) 2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal;
- f) 4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais;
- g) 4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais;
- h) 4641 – Publicidade de Utilidade Pública;
- i) 86A1 – Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal;
- j) 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais;
- k) 8703 – Atividade Correicional;
- l) 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área da Segurança Pública.

2.3.2.3. Gestão das Ações

a) Ação 2C78 - Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

| Tipo | Atividade |
|---|--|
| <i>Finalidade</i> | <i>Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando à superação de situações críticas.</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.</i> |
| <i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Unidades executoras</i> | <i>DPRF e Unidades Regionais</i> |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | <i>Divisão de Saúde e Assistência Social</i> |
| <i>Coordenador nacional da ação</i> | <i>LEJANDRE MONTEIRO</i> |
| <i>Responsável pela execução da ação no nível local</i> | <i>ÉRICO ANTÔNIO MATHEOS GUEDES DOS SANTOS – Seção de Recursos Humanos</i> |

Resultados: não houve recurso descentralizado para a 10ª SRPRF/BA no que tange a esta ação.

| Ação 2C78 - Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal | | |
|--|--|--------------------|
| Plano Interno | Descrição | Valor (R\$) |
| <i>1408PSI</i> | <i>ACOMPANHAMENTO PSICOSOCIAL DE SERVID.</i> | <i>0,00</i> |

b) AÇÃO 2B11 - Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

| Tipo | Atividade |
|-------------------|--|
| <i>Finalidade</i> | <i>Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos</i> |

| | |
|---|---|
| | <i>de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.</i> |
| <i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Unidades executoras</i> | <i>DPRF e Unidades Regionais</i> |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | <i>Divisão de Modernização e Tecnologia</i> |
| <i>Coordenador nacional da ação</i> | <i>LUCIANO DA SILVA FERNANDES</i> |
| <i>Responsável pela execução da ação no nível local</i> | <i>LUCIANO PEREIRA DE VASCONCELOS – Núcleo de Informática e Telecomunicações</i> |

Resultados: os recursos descentralizados para esta Regional no que tange a esta ação foram de R\$ 10.246,00, os quais foram utilizados no pagamento da aferição dos Medidores de velocidade desta Regional, adequando-os ao que dispõe a legislação da matéria.

| AÇÃO 2B11 - Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal | | |
|--|---|--------------------|
| Plano Interno | Descrição | Valor (R\$) |
| 1404M | MONITORAMENTO, CONTROLE E FISC. ELETRON | 10.296,00 |

c) AÇÃO: 2524 - Capacitação do Policial Rodoviário Federal

| Tipo | Atividade |
|-------------------|--|
| <i>Finalidade</i> | <i>Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atividades.</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e</i> |

| | |
|---|---|
| | <i>diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico.</i> |
| <i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Unidades executoras</i> | <i>DPRF e Unidades Regionais</i> |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | <i>Coordenação de Ensino/DPRF</i> |
| <i>Coordenador nacional da ação</i> | <i>RICARDO DE OLIVEIRA BETAT</i> |
| <i>Responsável pela execução da ação no nível local</i> | <i>LAÉRCIO MIRANDA BRAGA</i> |

Resultados: nesta ação foram empenhados por esta Regional um montante de R\$ 97.866,49, sendo referentes a diárias para capacitação R\$:73.904,01, R\$ 14.872,48 em passagens aéreas para servidores que se deslocaram para participar de algum curso, R\$:8.640,00 paga pagamento da palestrante no III encontro de Superintendentes e R\$:450,00 para atender a despesa com participação de servidores na VI semana de administração orçamentária, financeira e de contratações publicas .

| AÇÃO: 2524 - Capacitação do Policial Rodoviário Federal | | |
|--|--|--------------------|
| Plano Interno | Descrição | Valor (R\$) |
| <i>1404G</i> | <i>CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL</i> | <i>87.371,18</i> |
| <i>1404G1</i> | <i>CAPACITACAO DE SERVIDORES DO DPRF - AREA MEIO</i> | <i>10.495,31</i> |

O Programa de Atualização para o Efetivo Policial do quadro do DPRF, tem como objetivo padronizar e atualizar nossos policiais com conhecimentos necessários para o desempenho de suas atividades. O Programa foi dividido em módulos de forma a poder ser realizado com pequena carga horária cada um deles e propiciar a participação de um maior número de policiais tendo em vista o regime de escalas de serviço e dos módulos estarem sendo ministrados em todas as Delegacias desta Regional.

Nesta forma de capacitação foram utilizados instrutores e multiplicadores da própria regional, minimizando os custos de execução tendo em vista não haver necessidade de deslocamentos aéreos dentro de cada regional, tendo os recursos destinados apenas para pagamento de diárias para os instrutores. Desta forma conseguimos atingir um grande número de policiais capacitados com um custo reduzido.

Mais informações sobre a capacitação na Regional no exercício a que se refere o presente Relatório de Gestão está descrito no item 3.5.

d) AÇÃO: 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

| Tipo | Atividade |
|---|--|
| <i>Finalidade</i> | <i>Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>a) Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito...</i> <i>b) Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção...</i> |
| <i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Unidades executoras</i> | <i>DPRF e Unidades Regionais</i> |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | <i>Coordenação Geral de Operações</i> |
| <i>Coordenador nacional da ação</i> | <i>Coraci Ricardo Fernandes Vieira</i> |
| <i>Responsável pela execução da ação no nível local</i> | <i>VIRGÍLIO DE PAULA TOURINHO</i> |

Resultados: os recursos descentralizados para esta Regional no que tange a esta ação somam R\$ 1.521.506,70, os quais foram utilizados nas despesas a seguir descritas:

- a) Aquisição de Uniformes – R\$ 15.116,44;*
- b) Contratação de empresa para gerenciamento de combustível para a Frota – R\$ 28.508,00;*
- c) Aquisição de combustível – R\$ 937.730,38;*
- d) Manutenção de viaturas – R\$ 430.101,07;*
- e) Pagamento de diárias operacionais – R\$ 299.503,86;*

- f) *Pagamento de passagens aéreas referentes a viagens de natureza operacional – R\$ 149,00;*
g) *Material de Manobra e Patrulhamento – R\$19.370,00;*
h) *Aquisição de sobressalentes de armamento – R\$ 2.882,39 ;*
i) *Consertos de viaturas acidentadas – R\$ 13.815,18.*

| AÇÃO: 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais | | |
|---|---|--------------------|
| Plano Interno | Descrição | Valor (R\$) |
| 1402UF | AQUISICAO DE UNIFORMES/FARDAMENTO | 15.116,44 |
| 1408E | ABASTECIMENTO DA FROTA DO DPRF | 1.062.474,01 |
| 1408DCC | PAGAMENTO DE DIARIAS DE OPERACOES DE COMCATE AO CRIME | 7.641,78 |
| 1408H | MANUTENCAO DA FROTA DO DPRF | 430.101,07 |
| 1408J | PAGAMENTO DE DIARIAS DE OPERACOES DA | 299.652,86 |
| 1408L | AQUISICAO DE MATERIAL E SRV.POLICIAME | 81.544,01 |
| 1408VS | POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS ROD. E EST | 13.815,18 |

e) AÇÃO 2816 - Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

| Tipo | Atividade |
|---|--|
| <i>Finalidade</i> | <i>Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.</i> |
| <i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Unidades executoras</i> | <i>DPRF e Unidades Regionais</i> |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | <i>Coordenação de Inteligência</i> |
| <i>Coordenador nacional da ação</i> | <i>JOSEMAR MONTEIRO BARROS</i> |
| <i>Responsável pela execução da ação no nível local</i> | <i>ALBERTO PEREIRA DOS SANTOS FILHO – Núcleo de Inteligência</i> |

Resultados: esta Regional recebeu recursos no montante de R\$ 24.910,83 para a execução desta ação, os quais foram gastos no pagamento de diárias (R\$ 18.289,42) e passagens para viagens dos servidores (R\$ 6.621,41).

| AÇÃO 2816 - Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal | | |
|--|--------------------------------|--------------------|
| Plano Interno | Descrição | Valor (R\$) |
| 1409H | SERVICO DE INTELIGENCIA DA PRF | 24.910,83 |

f) AÇÃO 4290 - Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

| Tipo | Atividade |
|--|---|
| Finalidade | Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias. |
| Descrição | Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Saúde e Assistência Social/CGRH |
| Coordenador nacional da ação | LEJANDRE MONTEIRO |
| Responsável pela execução da ação no nível local | JOAQUIM ANTÃO DE ALENCAR COSTA |

Resultados: nesta ação, a 10ª SRPRF recebeu recursos no valor de R\$ 813,75, os quais foram gastos na aquisição de fitas reagentes.

| AÇÃO 4290 - Atividades de Saúde nas Rodovias Federais | | |
|--|---------------------------------------|--------------------|
| Plano Interno | Descrição | Valor (R\$) |
| 1410ª | ATIVIDADES DE SAUDE NAS RODOVIAS FEDE | 813,75 |

No ano de 2009, os Comandos de Saúde nas Rodovias conseguiram ser realizados com maior uniformidade, com atendimento a vários motoristas que trafegavam pela rodovias federais do Estado da Bahia.

As principais dificuldades foram a falta de equipamentos, fato esse que impediu o preenchimento completo de todas as fichas, a padronização nos circuitos de exames, já solucionado, e o lançamento dos dados coletados, pois o sistema para tal ainda está em desenvolvimento.

A parceria com o Ministério da Saúde, por intermédio do convênio SAMU-DPRF, tem possibilitado um aumento e melhoria nas unidades de atendimento.

g) AÇÃO 4526 - Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

| Tipo | Atividade |
|---|---|
| <i>Finalidade</i> | <i>Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.</i> |
| <i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Unidades executoras</i> | <i>DPRF e Unidades Regionais</i> |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | <i>Divisão de Combate ao Crime/CGO</i> |
| <i>Coordenador nacional da ação</i> | <i>GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO</i> |
| <i>Responsável pela execução da ação no nível local</i> | <i>JUNALDO GONÇALVES CORREIA – Núcleo de Operações Especiais</i> |

Resultados: foi descentralizado para esta Regional o valor de R\$ 23.127,76, os quais foram gastos no pagamento de diárias operacionais.

| AÇÃO 4526 - Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais | | |
|---|------------------|--------------------|
| Plano Interno | Descrição | Valor (R\$) |

| | | |
|-------|--|-----------|
| 1410E | OPERACOES ESP. CONJ.C/OUTROS ORGAOS DE COBATE AO CRIME | 23.127,76 |
|-------|--|-----------|

h) AÇÃO 4641 - Publicidade de Utilidade Pública

| Tipo | Atividade |
|---|--|
| <i>Finalidade</i> | <i>Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.</i> |
| <i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> | DPRF |
| <i>Unidades executoras</i> | DPRF e Unidades Regionais |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | Assessoria de Comunicação Social |
| <i>Coordenador nacional da ação</i> | AFRÂNIO ANDRADE |
| <i>Responsável pela execução da ação no nível local</i> | ADIRLEI HIROSHI KABUTOMORI / MÉRCIA MARIA LEMOS DE OLIVEIRA |

Resultados: foi descentralizado para esta Regional o valor de R\$ 6.072,00, na aquisição de backdrop's (painéis de fundo para entrevistas).

| AÇÃO 4641 - Publicidade de Utilidade Pública | | |
|---|--------------------------------|--------------------|
| Plano Interno | Descrição | Valor (R\$) |
| 1405D | PUBLICIDADE DE UNIDADE PUBLICA | 6.072,00 |

i) AÇÃO 86A1 – Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

| Tipo | Atividade |
|-------------------|--|
| <i>Finalidade</i> | <i>Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio</i> |

| | |
|---|---|
| | <i>administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.</i> |
| <i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Unidades executoras</i> | <i>DPRF e Unidades Regionais</i> |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | <i>Divisão de Multas e Penalidades</i> |
| <i>Coordenador nacional da ação</i> | <i>Jerry Adriane Dias Rodrigues</i> |
| <i>Responsável pela execução da ação no nível local</i> | <i>JASSOM PINHEIRO DOS SANTOS</i> |

Resultados: *para esta ação não foram descentralizados recursos para a regional.*

| AÇÃO 86A1 – Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal | | |
|--|---|--------------------|
| Plano Interno | Descrição | Valor (R\$) |
| <i>1410RD</i> | <i>REMUNERACAO DEP. ESTADUAIS DE TRANSITO</i> | <i>0,00</i> |

j) Ação 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais

| Tipo | Atividade |
|-------------------|--|
| <i>Finalidade</i> | <i>Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.</i> |

| | |
|---|---------------------------------------|
| <i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Unidades executoras</i> | <i>DPRF e Unidades Regionais</i> |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | <i>Coordenação de Ensino</i> |
| <i>Coordenador nacional da ação</i> | <i>MARIA ISABEL NOGUEIRA DE FARIA</i> |
| <i>Responsável pela execução da ação no nível local</i> | <i>LAÉRCIO MIRANDA BRAGA</i> |

Resultados: para esta ação foram descentralizados recursos no montante de R\$ 22.553,78, os quais foram gastos com diárias.

| <i>Ação 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais</i> | | |
|--|--|---------------------------|
| <i>Plano Interno</i> | <i>Descrição</i> | <i>Valor (R\$)</i> |
| <i>1410EDU</i> | <i>EDUCACAO DE TRANSITO P/ USUARIOS DAS RODOVIAS</i> | <i>22.553,78</i> |

Dentro da Educação para o Trânsito vários públicos foram atingidos, abrangendo motoristas profissionais, motoristas eventuais e os futuros motoristas (crianças e adolescentes).

A receptividade verificada no público dos trabalhos desenvolvidos, bem como o envolvimento da equipe no desempenho das ações indica que as orientações da área tendem para um caminho que produzirá excelentes resultados principalmente na prevenção de acidentes.

O valor foi totalmente executado na forma de diárias, por termos em nosso quadro de pessoal, excelentes instrutores, que estão constantemente se atualizando para repassarem seus conhecimentos em projetos como o FETRAN.

Mais informações sobre a capacitação na Regional no exercício a que se refere o presente Relatório de Gestão está descrito no item 3.5.

k) Ação 8703 – Atividade Correicional

| <i>Tipo</i> | <i>Atividade</i> |
|----------------------------------|---|
| <i>Finalidade</i> | <i>Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas, investigatórias e apuratórias.</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores.</i> |
| <i>Unidade responsável pelas</i> | <i>DPRF</i> |

| | |
|---|---|
| <i>decisões estratégicas</i> | |
| <i>Unidades executoras</i> | <i>DPRF e Unidades Regionais</i> |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | <i>Corregedoria Geral</i> |
| <i>Coordenador nacional da ação</i> | <i>CIDENOR GUERRA</i> |
| <i>Responsável pela execução da ação no nível local</i> | <i>ALEX OLIVEIRA DO CARMO – Corregedoria Regional</i> |

Resultados: para esta ação foram descentralizados recursos no montante de R\$ 88.806,76, dos quais, foi gasto R\$ 69.980,49, com pagamento de diárias e R\$ 18.826,27 com a aquisição de passagens aéreas.

| Ação 8703 – Atividade Correicional | | |
|---|--|--------------------|
| Plano Interno | Descrição | Valor (R\$) |
| <i>1408CG</i> | <i>ATIVIDADE CORREICIONAL-DEPART.POL. RODOVIÁRIA</i> | <i>88.806,76</i> |

A análise da gestão correicional será desenvolvida no item 4, onde serão descritos os principais resultados das ações correspondentes.

l) Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

| Tipo | Atividade |
|---|--|
| <i>Finalidade</i> | <i>Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.</i> |
| <i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Unidades executoras</i> | <i>DPRF e Unidades Regionais</i> |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | <i>Coordenação de Inteligência</i> |
| <i>Coordenador nacional da ação</i> | <i>JOSEMAR MONTEIRO BARROS</i> |
| <i>Responsável pela execução da ação no nível local</i> | <i>ALBERTO PEREIRA DOS SANTOS FILHO – Núcleo de Inteligência</i> |

Resultados: para esta ação não foram descentralizados recursos para esta Regional.

2.3.2.4. Desempenho do programa

Para o Programa 0663 foram definidos como indicadores de desempenho para as unidades Regionais, a Sensação de Segurança, a Taxa de Variação de Acidentes, a Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e os Procedimentos de fiscalização.

A percepção de segurança resulta da verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra (efetividade), mediante pesquisa conduzida pela Coordenação Geral de Operações do DPRF a qual levou em consideração dados de todos os Estados do Brasil, inclusive a Bahia.

A taxa de mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), tendo como responsável pelo cálculo a Seção de Policiamento e Fiscalização da 10ª SRPRF/BA.

No que tange a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, faz-se análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), sendo responsável pelo cálculo a Seção de Policiamento e Fiscalização da 10ª SRPRF/BA.

O indicador procedimentos de fiscalização é aferido pela quantidade de veículos fiscalizados, pessoas fiscalizadas e testes de alcoolemia realizados.

Assim, seguem abaixo as informações concernentes a cada um desses indicadores.

a) Percepção de segurança nas rodovias federais:

O presente indicador tem por base pesquisa conduzida pela Assessoria de Comunicação Social do DPRF, conforme ficou assentado anteriormente, e teve como resultado um percentual de 68,2%, o que revela uma taxa pouco aquém da meta do PPA para 2009.

b) Taxa de mortalidade nas rodovias federais no Estado da Bahia:

| | | |
|---|--------------|--------------|
| <i>- Número de Mortos 2006</i> | <i>-----</i> | <i>487</i> |
| <i>- Número de Mortos 2007</i> | <i>-----</i> | <i>632</i> |
| <i>- Número de Mortos 2008</i> | <i>-----</i> | <i>665</i> |
| <i>- Número de Mortos 2009</i> | <i>-----</i> | <i>631</i> |
| <i>- Número Total de Feridos 2006</i> | <i>-----</i> | <i>4.304</i> |
| <i>- Número Total de Feridos 2007</i> | <i>-----</i> | <i>5.103</i> |
| <i>- Número Total de Feridos 2008</i> | <i>-----</i> | <i>5.059</i> |
| <i>- Número Total de Feridos 2009</i> | <i>-----</i> | <i>5.044</i> |
| <i>- Taxa de mortalidade nas rodovias federais da Bahia em 2008: 12,15</i> | | |
| <i>- Taxa de mortalidade nas rodovias federais da Bahia em 2009: 10,63</i> | | |
| <i>Observação: A taxa de mortalidade é relativa à frota nacional de veículos.</i> | | |

Com a constante atuação da Polícia Rodoviária Federal no Estado da Bahia no sentido de reprimir o excesso de velocidade, as ultrapassagens indevidas, a embriaguez ao volante e outras tantas que levam às mortes no trânsito, registrou-se uma redução no número de feridos e no número de mortos. Porém, constatou-se um aumento no número de acidentes, o que ocorreu

principalmente em decorrência da melhoria das condições das rodovias, o que levam os condutores a imprimir uma maior velocidade, da imprudência dos condutores, da falta de experiência de alguns condutores em dirigir nas rodovias e pelo aumento de 12,70 da frota baiana de veículos em 2009 (fonte DENATRAN).

c) Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais do Estado da Bahia

- Número de Acidentes 2006 ----- 6.114*
 - Número de Acidentes 2007 ----- 7.076*
 - Número de Acidentes 2008 ----- 7.623*
 - Número de Acidentes 2009 ----- 8.088*
 - Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais da Bahia 2008: 139,31*
 - Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais da Bahia em 2009: 136,25*
- Observação: a Taxa de variação de acidentes é relativa à frota nacional de veículos.*

Embora tenha havido um aumento da quantidade de acidentes no ano de 2009 em relação ao ano de 2008, esse aumento considera números absolutos. Não leva, portanto, em consideração o aumento da frota nacional, o acréscimo do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, motivado pelo aquecimento da economia, bem como não observa a melhoria da trafegabilidade nos principais corredores de trânsito e de transporte. Com a economia aquecida e com estradas em melhores condições, mais cidadãos utilizam desse modal para empreender suas viagens, principalmente em épocas de férias e feriados prolongados. Ressalta-se que a maioria dos municípios brasileiros cresceram em torno da rodovia e esta se tornou uma grande "avenida" por onde a população se locomove.

Sobre essa possibilidade, já tinha sido lançado um alerta na avaliação do PPA 2004-2007 - Ano Base 2006, cujo texto é abaixo reproduzido:

“Dados levantados pela PRF demonstram que 80% dos acidentes ocorrem em pistas em boas condições de trafegabilidade. Por isso, a preocupação apresentada é pertinente. Para mitigar o problema, faz-se necessário atualizar o efetivo da PRF, atualmente 10.098 vagas com 9.700 preenchidas. Faz-se necessário preencher as vagas legais existentes, bem como anualmente aumentar esse limite. Estudos preliminares da PRF demonstram que o efetivo suficiente para impactar o resultado do programa seria de 20 mil policiais.

Vale ressaltar que, com essa providência seria possível estabelecer meta para reduzir substancialmente o índice de acidentes e não apenas mantê-lo em patamar aceitável considerando a média histórica. A redução do índice de acidente, além da preservação da maior riqueza da Nação - a vida do cidadão - possibilitaria reduzir o impacto econômico dos acidentes. O custo de acidentes em rodovias federais, segundo o estudo do IPEA, passa de 6,5 bilhões de reais por ano. O orçamento total do DPRF/MJ gira em torno de 2 bilhões. A majoração desse orçamento para próximo de 3 bilhões possibilitaria aumentar substancialmente o efetivo e melhorar o custeio e investimento do órgão.

Além da economia quanto aos impactos econômicos dos acidentes, seria produzido outro efeito - aumentar o combate à criminalidade organizada, que se utiliza das rodovias para escoar o produtos de suas ações criminosas. O aumento da ostensividade, conseguida com efetivo maior e em melhores condições quanto a equipamento, viaturas, etc., teria o poder de dar ao cidadão usuário das rodovias, bem como à população lindeira, maior sensação de segurança. Isso significa melhor avaliação do órgão junto à opinião pública, bem como confere maior credibilidade ao Governo Federal no sentido de dar o exemplo necessário aos entes federados, quanto à preocupação com a segurança pública e com a qualidade de vida da população.”

Embora tenha sido registrado acréscimo no número de acidentes, vale ressaltar que não seria razoável considerar números absolutos para avaliar o desempenho do órgão, tendo em vista

a existência de outros fatores que influenciam na ocorrência de acidentes como os já citados acima: aumento da frota nacional e estadual de veículos em circulação; melhoria das condições das rodovias federais na Bahia; aumento do fluxo de veículos nas rodovias em decorrência da crise no sistema aéreo, entre outros. Esse fato, motivou a mudança da metodologia de aferição para o próximo PPA (2008-2011), sendo necessário dotar a Polícia Rodoviária Federal dos meios necessários para fazer frente às demandas que o novo cenário econômico tem apresentado.

Vale ressaltar que a atividade da PRF não se restringe ao controle de trânsito. A PRF tem oferecido duro combate ao tráfico de drogas, ao contrabando/descaminho, aos crimes ambientais (apreensões de madeira e animais silvestres) e, principalmente, aos crimes contra a dignidade da pessoa (trabalho escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de seres humanos). A PRF, nesse exercício, mapeou os pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes, notificou todos os seus proprietários e exerce vigilância contínua.

No final do ano de 2007 houve um mapeamento da rota das drogas no Estado da Bahia, o que resultou no aumento da apreensão de drogas no ano de 2008. Deu-se continuidade ao trabalho de combate ao trabalho escravo e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Foi feito trabalho no combate ao tráfico de animais silvestres resultando em desarticulação de quadrilha na cidade de cipó e apreensão de vários animais silvestres. Em 2009 foi desarticulada uma quadrilha que traficava animais da região de cipó e proximidades para a cidade de São Paulo.

Assim, apesar do aumento do número de acidentes em termos absolutos, os indicadores taxa de mortalidade e taxa de acidentes ficaram abaixo das metas físicas do PPA para 2009, conforme demonstram as tabelas abaixo:

**INDICADOR TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES
METAS CONFORME PORTARIA 30/2009/DG/DPRF**

| REGIONAL 10ª SRPRF/BA | ACIDENTES POR UM MILHÃO DE VEÍCULOS | | | |
|--------------------------|-------------------------------------|---------|--------|--------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
| | 144,98 | 142,305 | 139,62 | 136,94 |

**INDICADOR TAXA DE MORTALIDADE
METAS CONFORME PORTARIA 30/2009/DG/DPRF**

| REGIONAL 10ª SRPRF/BA | MORTOS POR UM MILHÃO DE VEÍCULOS | | | |
|--------------------------|----------------------------------|-------|-------|-------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
| | 14,33 | 13,76 | 13,29 | 12,81 |

Observação: Frota nacional (Fonte: DENATRAN)

2008 = 54.718.300

2009 = 59.361.642

Como pode ser verificado na apresentação das taxas de mortalidade e variação de acidentes, essa regional não só alcançou as metas propostas pelo DPRF como também reduziu essas taxas em 2009 com relação a 2008.

d) Procedimentos de fiscalização

De acordo com a Portaria 030/09, iniciamos com a mensuração dos procedimentos de fiscalização em julho de 2009. Atingimos, durante os seis meses de atuação da Portaria, 97,86 %

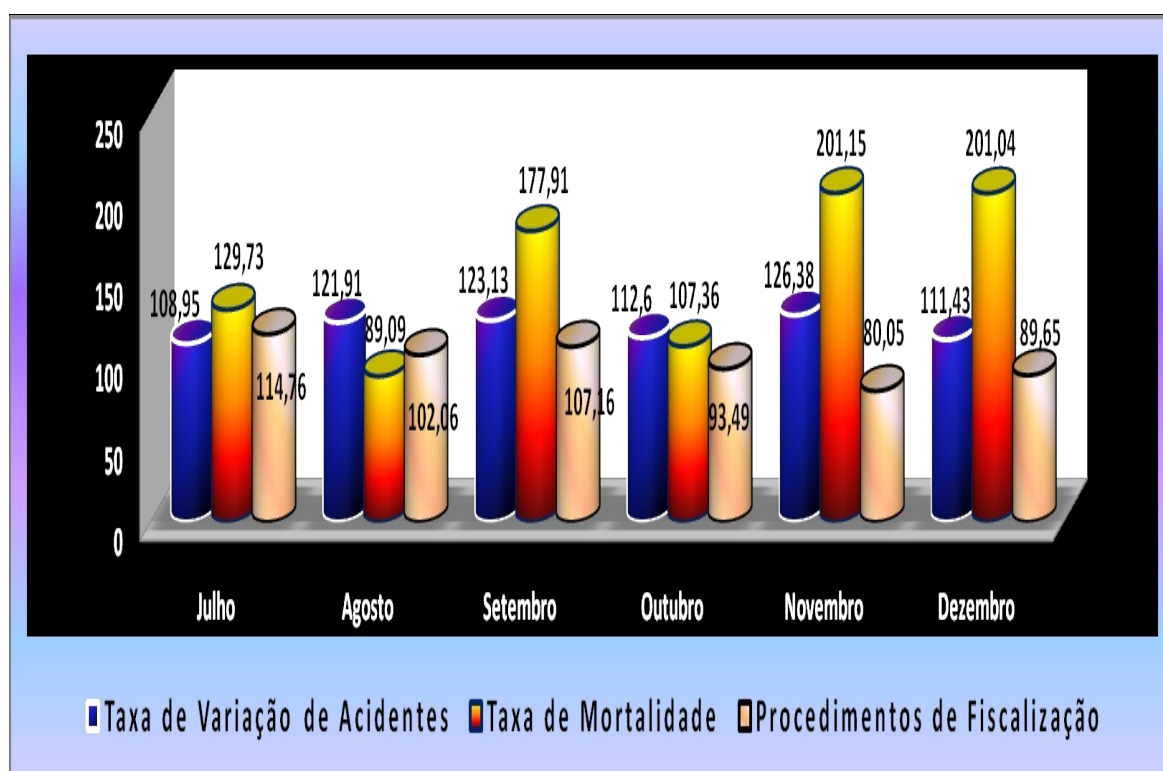
da meta estipulada pelo DPRF.

Algumas situações que ocorreram durante todo o segundo semestre de 2009 contribuíram para que essa regional não atingisse os 100% da meta estipulada pelo DPRF, foram elas:

- A redução do efetivo, quando foi estipulada as metas, no primeiro semestre de 2009, nosso efetivo era maior;
- A cessão mensal de policiais para atuar no Estado do Paraná em virtude do retorno de 4.000 km de rodovias federais que antes estavam concedidas ao Estado;
- O fato de algumas equipes dos postos PRF, devido a falta de efetivo, estarem trabalhando com apenas um policial no posto. Lembro que é proibido, devido a falta de segurança, a fiscalização individual de veículos e pessoas, portanto, esse policial fica impossibilitado de fiscalizar durante suas 24h de plantão.

INDICADORES DE DESEMPENHO 2009 - 10ª SRPRF/BA

| INDICADORES (% Meta Atingida) | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
|-------------------------------|--------|--------|----------|---------|----------|----------|
| Taxa de Variação de Acidentes | 108,95 | 121,91 | 123,13 | 112,6 | 126,38 | 111,43 |
| Taxa de Mortalidade | 129,73 | 89,09 | 177,91 | 107,36 | 201,15 | 201,04 |
| Procedimentos de Fiscalização | 114,76 | 102,06 | 107,16 | 93,49 | 80,05 | 89,65 |



2.3.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo

2.3.3.1. Dados Gerais do programa

| Tipo de programa | Apoio Administrativo |
|---|---|
| <i>Objetivo geral</i> | <i>Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos</i> |
| <i>Objetivos específicos</i> | <i>Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.</i> |
| <i>Gerente do programa</i> | <i>Não existe</i> |
| <i>Gerente executivo</i> | <i>Não existe</i> |
| <i>Indicadores ou parâmetros utilizados</i> | <i>Não existe</i> |
| <i>Público-alvo (beneficiários)</i> | <i>Governo</i> |

2.3.3.2. Principais Ações do Programa

- a) 2000 – *Administração da Unidade;*
- b) 2003 – *Ações de Informática;*
- c) 2004 – *Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;*
- d) 2010 – *Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados;*
- e) 2011 – *Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados;*
- f) 2012 – *Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados;*
- g) 09HB – *Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.*

2.3.3.3. Gestão das Ações

a) Ação 2000 Administração da Unidade

| Tipo | Atividade |
|-------------------|---|
| <i>Finalidade</i> | <i>Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de</i> |

| | |
|---|--|
| | <i>imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</i> |
| <i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Unidades executoras</i> | <i>DPRF e Unidades Regionais</i> |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | <i>Divisão de Planejamento Orçamentário-DIPLAN</i> |
| <i>Coordenador nacional da ação</i> | <i>Erinaldo Rodrigues Roberto</i> |
| <i>Responsável pela execução da ação no nível local</i> | <i>Jackson Andrade Spinola- Seção Administrativa e Financeira</i> |

Resultados: para esta ação foi descentralizado o recurso no montante de R\$ 2.041.900,15, os quais foram utilizados da seguinte forma: a) pagamento de despesas prediais (energia elétrica, água, contribuição de iluminação pública); b) contratos com os correios (malote e fornecimento de selos); c) diárias e passagens aéreas; d) pagamento de convênio com o CIEE – Centro de Integração Empresa Escola (estagiários); e) aquisição de materiais de consumo diversos; f) contratos de limpeza e conservação, apoio administrativo, vigilância armada, locação de copiadoras, manutenção de computadores, entre outros; g) pagamento de multas de trânsito; h) suprimento de fundos; i) licenciamento de viaturas; entre outros.

| Ação 2000 Administração da Unidade | | |
|---|--|---------------------|
| Plano Interno | Descrição | Valor (R\$) |
| <i>1402AC</i> | <i>INDENIZACOES/AJUDA DE CUSTO</i> | <i>40.108,54</i> |
| <i>1403CFP</i> | <i>CURSO DE FORMACAO PROFISSIONAL</i> | <i>92.824,35</i> |
| <i>1403CGA</i> | <i>DIARIAS ADMINISTRATIVAS – CGA</i> | <i>5.581,61</i> |
| <i>1403CGO</i> | <i>DIARIAS ADMINISTRATIVAS – CGO</i> | <i>7.284,31</i> |
| <i>1403CGPLAM</i> | <i>DIARIAS ADMINISTRATIVAS CGPLAM</i> | <i>7.556,83</i> |
| <i>1403CGRH</i> | <i>DIARIAS ADMINISTRATIVAS – CGRH</i> | <i>21.730,96</i> |
| <i>1403DG</i> | <i>DIARIAS ADMINISTRATIVAS DIRECAO-GERAL</i> | <i>2.174,05</i> |
| <i>1403LO</i> | <i>LEILOES DE VEICULOS OFICIAS</i> | <i>7.456,87</i> |
| <i>1403RT</i> | <i>DIARIAS E PASSAGENS REUNIOES DE TRABA</i> | <i>37.072,08</i> |
| <i>1403S</i> | <i>GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA</i> | <i>1.840.596,85</i> |
| <i>1403VA</i> | <i>LEILOES DE VEICULOS APREENDIDOS</i> | <i>7.554,74</i> |
| <i>156PR8</i> | <i>PAGAMENTO DE ATIVOS</i> | <i>19.622,24</i> |

b) Ação 2003 – Ações de informática

| Tipo | Atividade |
|---|--|
| <i>Finalidade</i> | <i>Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.</i> |
| <i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Unidades executoras</i> | <i>DPRF e Unidades Regionais</i> |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | <i>DITEL/CGPLAM</i> |
| <i>Coordenador nacional da ação</i> | <i>Ednilson Bruno</i> |
| <i>Responsável pela execução da ação no nível local</i> | <i>Luciano Pereira de Vasconcelos - Núcleo de Informática e Telecomunicações</i> |

Resultados: para esta ação foi descentralizado o recurso no montante de R\$ 21.472,69, os quais foram utilizados da seguinte forma: a) R\$ 18.532,69 em material para processamento de dados; b) R\$ 2.940,00 em equipamentos de informática .

| Ação 2003 Ações de Informática | | |
|---------------------------------------|----------------------|--------------------|
| Plano Interno | Descrição | Valor (R\$) |
| 1403AI | AÇÕES DE INFORMÁTICA | 21.472,69 |

c) Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

| Tipo | Atividade |
|--|---|
| <i>Finalidade</i> | <i>Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.</i> |
| <i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> | <i>DPRF</i> |

| | |
|---|---|
| <i>Unidades executoras</i> | <i>DPRF e Unidades Regionais</i> |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | <i>Divisão de Saúde e Assistência Social/CGRH</i> |
| <i>Coordenador nacional da ação</i> | <i>GETÚLIO CÂMARA</i> |
| <i>Responsável pela execução da ação no nível local</i> | <i>ÉRICO ANTÔNIO MATHEOS GUEDES DOS SANTOS</i> |

Resultados: para esta ação, não foi descentralizado nenhum recurso para esta Regional.

d) Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

| Tipo | Atividade |
|---|--|
| <i>Finalidade</i> | <i>Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.</i> |
| <i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Unidades executoras</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | <i>Divisão de Cadastro/DPRF</i> |
| <i>Coordenador nacional da ação</i> | <i>Alecsander Dias Tavares Reis</i> |
| <i>Responsável pela execução da ação no nível local</i> | <i>Não houve</i> |

Resultados: Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

e) Ação 2011- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

| Tipo | Atividade |
|-------------------|--|
| <i>Finalidade</i> | <i>Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e</i> |

| | |
|---|---|
| | <i>sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</i> |
| <i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Unidades executoras</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | <i>Divisão de Cadastro/DPRF</i> |
| <i>Coordenador nacional da ação</i> | <i>Alecsander Dias Tavares Reis</i> |
| <i>Responsável pela execução da ação no nível local</i> | <i>Não houve</i> |

Resultados: Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

f) Ação 2012- Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

| Tipo | Atividade |
|---|---|
| <i>Finalidade</i> | <i>Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.</i> |
| <i>Descrição</i> | <i>Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.</i> |
| <i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Unidades executoras</i> | <i>DPRF</i> |
| <i>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</i> | <i>Divisão de Cadastro/DPRF</i> |
| <i>Coordenador nacional da</i> | <i>Alecsander Dias Tavares Reis</i> |

| | |
|--|-----------|
| ação | |
| Responsável pela execução da ação no nível local | Não houve |

Resultados: Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

g) Ação 09HB- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

| Tipo | Atividade |
|--|---|
| Finalidade | Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. |
| Descrição | Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Cadastro/DPRF |
| Coordenador nacional da ação | Alecsander Dias Tavares Reis |
| Responsável pela execução da ação no nível local | Não Houve |

Resultados: Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

2.4. Desempenho Operacional

O desempenho operacional da 10ª SRPRF/BA, com a descrição dos indicadores de desempenho e sua análise foram relacionados nos itens correspondentes aos programas a que cada indicador correspondia.

2.5. Programação Orçamentária

Não se aplica à 10ª SRPRF/BA. Assim, os dados a seguir constam do relatório de gestão do DPRF (unidade central responsável pela programação orçamentária do órgão).

2.5.1. Programação de Despesas Correntes

| Origem dos Créditos Orçamentários | 1 - Pessoal e Encargos Sociais | 2 - Juros e Encargos da | 3- Outras Despesas Correntes |
|--|---------------------------------------|--------------------------------|-------------------------------------|
|--|---------------------------------------|--------------------------------|-------------------------------------|

| | | | Dívida | | | | | |
|------------------|--------------------------|---------------|---------------|-----------|------|-------------|-------------|------------|
| | | | Exercícios | | | | | |
| | | | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 |
| LOA | Dotação proposta pela UO | 1.664.593.373 | 1.959.165.733 | 0 | 0 | 340.817.518 | 288.700.814 | |
| | PLOA | 1.664.593.373 | 1.959.165.733 | 0 | 0 | 189.044.452 | 193.446.850 | |
| | LOA | 1.664.593.373 | 1.959.165.733 | 0 | 0 | 189.044.452 | 185.102.742 | |
| CRÉDITOS | Suplementares | | 59.923.996 | 9.900.000 | 0 | 0 | 18.849.554 | 58.183.993 |
| | Especiais | Abertos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10.000 |
| | | Reabertos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Extraordinários | Abertos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | Reabertos | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.658.811 | 0 |
| | Créditos Cancelados | | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.082.500 | 6.385.000 |
| Outras Operações | | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Total | | | 59.923.996 | 9.900.000 | 0 | 0 | 21.425.865 | 51.808.993 |

2.5.2. Programação de Despesas de Capital

| Origem dos Créditos Orçamentários | | | 4 - Investimentos | | 5 - Inversões Financeiras | | 6- Outras Despesas de Capital | |
|-----------------------------------|--------------------------|-------------|-------------------|------------|---------------------------|-----------|-------------------------------|------|
| | | | Exercícios | | | | | |
| | | | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 |
| LOA | Dotação proposta pela UO | 126.055.794 | 109.779.370 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| | PLOA | 31.008.548 | 26.633.400 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| | LOA | 55.560.388 | 48.483.400 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| CRÉDITOS | Suplementares | | 16.811.828 | 34.485.000 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Especiais | Abertos | 0 | 0 | 0 | 5.501.000 | 0 | 0 |
| | | Reabertos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Extraordinários | Abertos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | Reabertos | 230.754 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Créditos Cancelados | | 20.100.368 | 25.501.000 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outras Operações | | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | | | 3.057.786 | 8.984.000 | 0 | 5.501.000 | 0 | 0 |

2.5.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

| Origem dos Créditos Orçamentários | | | Despesas Correntes | | Despesas de Capital | | 9 - Reserva de Contingência | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|---------------|--------------------|-------------------|---------------------|-------------------|-----------------------------|----------|------|------|
| | | | Exercícios | | | | | | 2008 | 2009 |
| | | | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | | |
| LOA | Dotação proposta pela UO | 2.005.410.891 | 2.247.866.547 | 126.055.794 | 109.779.370 | 0 | 0 | | | |
| | PLOA | 1.853.637.825 | 2.152.612.583 | 31.008.548 | 26.633.400 | 0 | 28.601.553 | | | |
| | LOA | 1.853.637.825 | 2.144.268.475 | 55.560.388 | 48.483.400 | 0 | 28.601.553 | | | |
| CRÉDITOS | Suplementares | | 78.773.550 | 68.083.993 | 16.811.828 | 34.485.000 | 0 | 0 | | |
| | Especiais | Abertos | 0 | 10.000 | 0 | 5.501.000 | 0 | 0 | | |
| | | Reabertos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | |
| | Extraordinários | Abertos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | |
| | | Reabertos | 4.658.811 | 0 | 230.754 | 0 | 0 | 0 | | |
| | Créditos Cancelados | | -2.082.500 | 6.385.000 | -20.100.368 | -25.501.000 | 0 | 0 | | |
| Outras Operações | | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | |
| Total | | | 81.349.861 | 61.708.993 | 3.057.786 | 14.485.000 | 0 | 0 | | |

2.5.4. Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional

Por se tratar de informação do DPRF, a análise crítica constará no Relatório de Gestão deste.

2.5.5. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

| Despesas Correntes | | | | | | |
|-------------------------------------|------------|-----------------------------|-----------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG concedente ou recebedora | Classificação da ação | 1 - Pessoal e Encargos Sociais | 2 - Juros e Encargos da Dívida | 3 - Outras Despesas Correntes |
| Interna | Concedidos | 200109 - DPRF | | 1.968.097.535 | | 146.836.399 |
| | Recebidos | | | | | |
| Externa | Concedidos | 170009 - ESAF | | | | 6.250 |
| | | 153103 - UFRN | | | | 627.433 |
| | | 200006 - CGRH/MJ | | | | 11.528.481 |
| | Recebidos | 153978 - INEP | | | | 62.810 |

| | | | | | | |
|--|-------------------|------------------------------------|------------------------------|--------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|
| | dos | 200094 - CGOF/MJ | | | | 2.931.780 |
| | | 200331 - FNSP | | | | 181.855 |
| | | 257001 - FNS | | | | 3.358.295 |
| | | 393001 - ANTT | | | | 5.666.159 |
| Despesas de Capital | | | | | | |
| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG concedente ou recebedora | Classificação da ação | 4 - Investimentos | 5- Inversões Financeiras | 6 - Outras Despesas de Capital |
| Interna | Concedidos | 200109 - DPRF | | 14.329.642 | 5.501.000 | |
| | Recebidos | | | | | |
| Externa | Concedidos | 153103 - UFRN | | 232.268 | | |
| | Recebidos | 110244 - FNCA | | 224.370 | | |
| | | 200094 - CGOF/MJ | | 8.874.975 | | |

2.6. Execução Orçamentária

Salienta-se que não existem créditos originários da 10ª SRPRF/BA, sendo toda a execução orçamentária decorrente de movimentação de financeiro e orçamentário do DPRF. Assim, as tabelas abaixo se referem a créditos recebidos do DPRF e executados por esta Regional.

ORÇAMENTO RECEBIDO X EXECUTADO

MANUTENÇÃO DA FROTA

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|----------|-------|----------------|----------------|
| 4393 | 100000000 | 33903919 | 1408H | ----- | ----- |
| 4393 | 174020197 | 33903919 | 1408H | R\$ 169.281,88 | R\$ 126.190,34 |
| 4393 | 374020197 | 33903919 | 1408H | ----- | ----- |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 169.281,88 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 126.190,34 | |

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|----------|-------|----------------|----------------|
| 4393 | 100000000 | 33903039 | 1408H | ----- | ----- |
| 4393 | 174020197 | 33903039 | 1408H | R\$ 358.443,44 | R\$ 303.910,73 |
| 4393 | 374020197 | 33903039 | 1408H | ----- | ----- |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 358.443,44 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 303.910,73 | |

RECUPERAÇÃO DE VIATURAS SINISTRADAS

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|----------|--------|---------------|---------------|
| 4393 | 174020197 | 33903919 | 1408VS | R\$ 21.505,18 | R\$ 13.815,18 |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 21.505,18 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 13.815,18 | |

ABASTECIMENTO DA FROTA

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|-------|-----------|----------|-------|------------------|----------------|
| 4393 | 174020197 | 33903001 | 1408E | R\$ 1.049.825,01 | R\$ 937.730,38 |

| | |
|------------------------|------------------|
| TOTAL RECEBIDO | R\$ 1.049.825,01 |
| TOTAL EXECUTADO | R\$ 937.730,38 |

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO ABASTECIMENTO DA FROTA

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|----------|-------|---------------|---------------|
| 4393 | 100000000 | 33903903 | 1408E | ---- | ---- |
| 4393 | 174020197 | 33903903 | 1408E | R\$ 31.142,68 | R\$ 28.508,00 |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 31.142,68 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 28.508,00 | |

REPROGRAFIA

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|----------|-------|---------------|---------------|
| 4388 | 174020197 | 33903912 | 1403S | R\$ 7.493,67 | R\$ 7.493,67 |
| 4388 | 174020197 | 33903983 | 1403S | R\$ 28.801,00 | R\$ 19.200,00 |
| 4388 | 374020197 | 33903912 | 1403S | ---- | ---- |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 36.294,67 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 26.693,67 | |

MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|----------|-------|---------------|---------------|
| 4393 | 174020197 | 33903044 | 1408L | R\$ 47.996,00 | R\$ 47.996,00 |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 47.996,00 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 47.996,00 | |

PESSOAL DE APOIO ADMINISTRATIVO

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|----------|-------|----------------|----------------|
| 4388 | 100000000 | 33903701 | 1403S | ---- | ---- |
| 4388 | 174020197 | 33903701 | 1403S | R\$ 278.688,42 | R\$ 278.688,42 |
| 4388 | 374020197 | 33903701 | 1403S | ---- | ---- |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 278.688,42 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 278.688,42 | |

LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|----------|-------|----------------|----------------|
| 4388 | 100000000 | 33903702 | 1403S | ---- | ---- |
| 4388 | 174020197 | 33903702 | 1403S | R\$ 455.351,26 | R\$ 445.239,09 |
| 4388 | 374020197 | 33903702 | 1403S | ---- | ---- |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 455.351,26 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 445.239,09 | |

VIGILÂNCIA

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|----------|-------|----------------|----------------|
| 4388 | 100000000 | 33903703 | 1403S | ---- | ---- |
| 4388 | 174020197 | 33903703 | 1403S | R\$ 281.921,71 | R\$ 233.177,91 |
| 4388 | 374020197 | 33903703 | 1403S | ---- | ---- |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 281.921,71 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 233.177,91 | |

TELEFONIA

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|----------|---------|----------------|----------------|
| 21435 | 174020197 | 33903958 | 1406CEL | R\$ 52.751,44 | R\$ 37.514,38 |
| 21435 | 174020197 | 33903958 | 1406TEL | R\$ 264.525,28 | R\$ 210.682,00 |
| 21435 | 174020197 | 33909239 | 1406TEL | R\$ 22.742,35 | R\$ 22.742,35 |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 340.019,07 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 270.938,73 | |

FRAME RELAY

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|----------|---------|----------------|----------------|
| 21435 | 174020197 | 33903997 | 1406TEL | R\$ 506.605,25 | R\$ 265.503,31 |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 506.605,25 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 265.503,31 | |

AQUISIÇÃO DE UNIFORMES

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|----------|--------|---------------|---------------|
| 4393 | 100000000 | 33903023 | 1402UF | ----- | ----- |
| 4393 | 174020197 | 33903023 | 1402UF | R\$ 20.181,19 | R\$ 15.116,44 |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 20.181,19 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 15.116,44 | |

ENERGIA ELETRICA

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|----------|-------|----------------|----------------|
| 4388 | 100000000 | 33903943 | 1403S | ----- | ----- |
| 4388 | 174020197 | 33903943 | 1403S | R\$ 472.334,83 | R\$ 425.469,76 |
| 4388 | 374020197 | 33903943 | 1403S | ----- | ----- |
| 4388 | 100000000 | 33904722 | 1403S | ----- | ----- |
| 4388 | 174020197 | 33904722 | 1403S | R\$ 25.267,65 | R\$ 21.803,72 |
| 4388 | 100000000 | 33904722 | 1403S | ----- | ----- |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 497.602,48 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 447.273,48 | |

ÁGUA TRATADA E ESGOTO

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|----------|-------|---------------|---------------|
| 4388 | 100000000 | 33903944 | 1403S | ----- | ----- |
| 4388 | 174020197 | 33903944 | 1403S | R\$ 52.842,95 | R\$ 48.025,78 |
| 4388 | 374020197 | 33903944 | 1403S | ----- | ----- |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 52.842,95 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 48.025,78 | |

CORREIOS

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|----------|-------|---------------|---------------|
| 4388 | 100000000 | 33903947 | 1403S | ----- | ----- |
| 4388 | 100000000 | 33903947 | 1403S | ----- | ----- |
| 4388 | 174020197 | 33903947 | 1403S | R\$ 45.043,91 | R\$ 37.264,27 |
| 4388 | 374020197 | 33903947 | 1403S | ----- | ----- |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 45.043,91 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 37.264,27 | |

CLIPPING DIGITAL

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|----------|-------|---------------|---------------|
| 4388 | 174020197 | 33903959 | 1403S | R\$ 30.000,00 | R\$ 30.000,00 |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 30.000,00 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 30.000,00 | |

SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|----------|-------|----------------|----------------|
| 4388 | 174020197 | 33913947 | 1403S | R\$ 138.031,69 | R\$ 138.031,69 |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 138.031,69 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 138.031,69 | |

MATERIAL PERMANENTE

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|----------|--------|----------------|---------------|
| 4388 | 174020197 | 44905234 | 1403S | R\$ 19.643,00 | R\$ 13.949,00 |
| 21437 | 174020197 | 44905206 | 1406FF | R\$ 31.772,20 | R\$ 20.600,00 |
| 21437 | 174020197 | 44905235 | 1406FF | R\$ 79.660,00 | R\$ 77.210,00 |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 131.075,20 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 111.759,00 | |

| MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES | | | | | |
|-----------------------------------|-----------|----------|---------|---------------|---------------|
| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
| 21434 | 174020197 | 33903030 | 1406TIM | R\$ 16.360,70 | R\$ 16.360,70 |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 16.360,70 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 16.360,70 | |

| MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | | | | | |
|--|-----------|----------|-------|---------------|---------------|
| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
| 4393 | 174020197 | 33903917 | 1408L | R\$ 11.295,62 | R\$ 11.295,62 |
| 004388 0174020197 33903917 | | | 1403S | R\$ 12.797,36 | R\$ 12.797,36 |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 24.092,98 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 24.092,98 | |

| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | |
|---------------------------------------|------------------|-----------------|------------------|------------------|
| ANO DE INSCRIÇÃO | VALOR INSCRITO | VALOR CANCELADO | VALOR PAGO | VALOR A PAGAR |
| 2007 | R\$ 59.103,33 | R\$ 3.476,23 | R\$ 142,80 | R\$ 55.484,30 |
| 2008 | R\$ 2.340.757,22 | R\$ 118.082,02 | R\$ 1.422.166,34 | 800508,86 |
| 2009 | R\$ 2.193.243,65 | - | - | R\$ 2.193.243,65 |

2.6.1. Diárias e passagens aéreas

ORÇAMENTO DIÁRIAS E PASSAGENS AÉREAS RECEBIDO X EXECUTADO EM 2008.

| DIÁRIAS ADMINISTRATIVAS | | | | | |
|--------------------------------|-----------|--------|------------|----------------|---------------|
| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
| 4388 | 174020197 | 339014 | 1403CFP | R\$ 87.656,62 | R\$ 87.656,62 |
| 4388 | 174020197 | 339014 | 1403CGA | R\$ 3.417,88 | R\$ 3.417,88 |
| 4388 | 174020197 | 339014 | 1403CGO | R\$ 4.263,75 | R\$ 4.263,75 |
| 4388 | 174020197 | 339014 | 1403CGPLAM | R\$ 5.898,12 | R\$ 5.898,12 |
| 4388 | 174020197 | 339014 | 1403CGRH | R\$ 18.725,92 | R\$ 18.725,92 |
| 4388 | 174020197 | 339014 | 1403DG | R\$ 795,81 | R\$ 795,81 |
| 4388 | 174020197 | 339014 | 1403LO | R\$ 7.456,87 | R\$ 7.456,87 |
| 4388 | 174020197 | 339014 | 1403RT | R\$ 25.548,09 | R\$ 25.548,09 |
| 4388 | 174020197 | 339014 | 1403S | R\$ 36.248,53 | R\$ 36.248,53 |
| 4388 | 174020197 | 339014 | 1403VA | R\$ 7.554,74 | R\$ 7.554,74 |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 197.566,33 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 197.566,33 | |

| DIÁRIAS OPERACIONAIS | | | | | |
|-----------------------------|-----------|--------|---------|--------------|--------------|
| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
| 4393 | 174020197 | 339014 | 1408DCC | R\$ 7.641,78 | R\$ 7.641,78 |

| | | | | | |
|------------------------|-----------|--------|----------|----------------|----------------|
| 4393 | 174020197 | 339014 | 1408J | R\$ 299.503,86 | R\$ 299.503,86 |
| 22154 | 174039282 | 339014 | LOGIN11 | R\$ 98.854,86 | R\$ 98.854,86 |
| 22154 | 174039282 | 339014 | PASIN18 | R\$ 36.177,56 | R\$ 36.177,56 |
| 22155 | 174039282 | 339014 | LOGIN11 | R\$ 7.840,13 | R\$ 7.840,13 |
| 22155 | 100000000 | 339014 | LOGIN011 | ----- | ----- |
| 22155 | 174039301 | 339014 | LOGIN05 | R\$ 11.656,87 | R\$ 11.656,87 |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 461.675,06 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 461.675,06 | |

DIÁRIAS CAPACITAÇÃO

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|--------|--------|---------------|---------------|
| 4389 | 100000000 | 339014 | 1404G | R\$ 22.010,56 | R\$ 22.010,56 |
| 4389 | 100000000 | 339014 | 1404G1 | R\$ 808,13 | R\$ 808,13 |
| 4389 | 174020197 | 339014 | 1404G | R\$ 51.085,32 | R\$ 51.085,32 |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 73.904,01 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 73.904,01 | |

DIÁRIAS CORREGEDORIA

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|--------|--------|---------------|---------------|
| 21431 | 174020197 | 339014 | 1408CG | R\$ 69.980,49 | R\$ 69.980,49 |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 69.980,49 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 69.980,49 | |

DIÁRIAS EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|--------|---------|---------------|--------------|
| 21438 | 174020197 | 339014 | 1410EDU | R\$ 22.553,78 | R\$22.553,78 |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 22.553,78 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 22.553,78 | |

DIÁRIAS INTELIGÊNCIA

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|--------|-------|---------------|---------------|
| 4402 | 174020197 | 339014 | 1409H | R\$ 18.289,42 | R\$ 18.289,42 |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 18.289,42 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 18.289,42 | |

DIÁRIAS CONVENIO DPRF X SAMU

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|---------------------|---------|---------------|--------------|
| 21875 | 151000000 | 339014 | 1448ALA | R\$ 4.238,40 | R\$ 4.238,40 |
| 21875 | 151000000 | 339014 1448EUN | | R\$ 3.452,36 | R\$ 3.452,36 |
| 21875 | 151000000 | 339014 1448- JEQ | | R\$ 2,536,94 | R\$ 2.536,94 |
| 21875 | 151000000 | 339014 | 1448SAL | R\$ 3.386,46 | R\$ 3.386,46 |
| 21875 | 151000000 | 339014 | 1448VCO | R\$ 1.812,10 | R\$ 1.812,10 |
| 21885 | 151000000 | 339014 | 1448CAP | R\$ 1.445,33 | R\$ 1.445,33 |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 16.871,59 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 16.871,59 | |

PASSAGEM AEREA OPERACIONAL

| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
|------------------------|-----------|----------|---------|--------------|--------------|
| 4393 | 174020197 | 33903301 | 1408J | R\$ 1.546,42 | R\$ 149,00 |
| 22154 | 174039282 | 33903301 | LOGIN11 | R\$ 4.600,63 | R\$ 4.538,27 |
| 22154 | 174039282 | 33903301 | PASIN18 | R\$ 1.485,27 | R\$ 1.276,69 |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 7.632,32 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 5.963,96 | |

| PASSAGEM AEREA CAPACITAÇÃO | | | | | |
|-----------------------------------|--------------|-----------|-----------|-----------------|------------------|
| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
| 4389 | 100000000 | 33903301 | 1404G | R\$ 11.509,20 | R\$ 6.965,27 |
| 4389 | 100000000 | 33903301 | 1404G1 | R\$ 659,24 | R\$ 597,18 |
| 4389 | 174020197 | 33903301 | 1404G | R\$ 8.899,76 | R\$ 7.310,03 |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 21.068,20 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 14.872,48 | |

| PASSAGEM AEREA CONV. DPRF X SAMU | | | | | |
|---|--------------|-----------|-----------|-----------------|------------------|
| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
| 21885 | 151000000 | 33903301 | 1448CAP | R\$ 856,24 | R\$ 774,46 |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 856,24 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 774,46 | |

| PASSAGEM AEREA ADMINISTRATIVA | | | | | |
|--------------------------------------|--------------|-----------|------------|-----------------|------------------|
| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
| 4388 | 174020197 | 33903301 | 1403CFP | R\$ 5.814,50 | R\$ 5.167,73 |
| 4388 | 174020197 | 33903301 | 1403CGA | R\$ 3.206,96 | R\$ 2.163,73 |
| 4388 | 174020197 | 33903301 | 1403CGO | R\$ 3.130,76 | R\$ 3.020,56 |
| 4388 | 100000000 | 33903301 | 1403CGO | ----- | ----- |
| 4388 | 174020197 | 33903301 | 1403CGPLAM | R\$ 1.834,48 | R\$ 1.658,71 |
| 4388 | 100000000 | 33903301 | 1403CGPLAM | ----- | ----- |
| 4388 | 174020197 | 33903301 | 1403CGRH | R\$ 4.045,00 | R\$ 3.005,04 |
| 4388 | 100000000 | 33903301 | 1403DG | ----- | ----- |
| 4388 | 174020197 | 33903301 | 1403DG | R\$ 1.523,28 | R\$ 1.378,24 |
| 4388 | 174020197 | 33903301 | 1403RT | R\$ 14.274,84 | R\$ 11.523,99 |
| 4388 | 100000000 | 33903301 | 1403S | ----- | ----- |
| 4388 | 174020197 | 33903301 | 1403S | R\$ 1.628,73 | R\$ 1.552,45 |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 35.458,55 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 29.470,45 | |

| PASSAGEM AEREA CORREGEDORIA | | | | | |
|------------------------------------|--------------|-----------|-----------|-----------------|------------------|
| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
| 21431 | 174020197 | 33903301 | 1408CG | R\$ 20.672,50 | R\$ 18.826,27 |
| 21431 | 100000000 | 33903301 | 1408CG | ----- | ----- |
| 21431 | 374020197 | 33903301 | 1408CG | ----- | ----- |
| 21431 | 100000000 | 33903301 | 1408CR | ----- | ----- |
| 21431 | 174020197 | 33903301 | 1408CR | ----- | ----- |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 20.672,50 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 18.826,27 | |

| PASSAGEM AEREA UNACI | | | | | |
|-----------------------------|--------------|-----------|-----------|-----------------|------------------|
| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
| 21394 | 100000000 | 33903301 | ----- | ----- | ----- |
| TOTAL RECEBIDO | | | | ----- | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | ----- | |

| PASSAGEM AEREA INTELIGÊNCIA | | | | | |
|------------------------------------|--------------|-----------|-----------|-----------------|------------------|
| PTRES | FONTE | ND | PI | RECEBIDO | EXECUTADO |
| 4402 | 174020197 | 33903301 | 1409H | R\$ 9.412,98 | R\$ 6.621,41 |
| 4402 | 374020197 | 33903301 | 1409H | ----- | ----- |
| TOTAL RECEBIDO | | | | R\$ 9.412,98 | |
| TOTAL EXECUTADO | | | | R\$ 6.621,41 | |

RESUMO DOS PAGAMENTOS COM DIARIAS NO EXERCICIO DE 2009

| TIPO DE DIARIAS | TOTAL EXECUTADO |
|--|-------------------|
| DIARIAS ADMINISTRATIVAS | 197.566,33 |
| DIARIAS OPERACIONAIS | 461.675,06 |
| DIARIAS CAPACITAÇÃO | 73.904,01 |
| DIARIAS CORREGEDORIA | 69.980,49 |
| DIARIAS INTELIGÊNCIA | 18.289,42 |
| DIARIAS PROJETO EDUCAÇÃO PARA O TRANSITO | 22.553,78 |
| DIARIAS CONVENIO DPRF X SAMU | 16.871,59 |
| TOTAL DIARIAS EXERCÍCIO 2009 | 860.840,68 |

| RESUMO DOS PAGAMENTOS COM PASSAGENS AEREAS NO EXERCICIO DE 2009 | |
|---|------------------|
| TIPO DE PASSAGEM | TOTAL EXECUTADO |
| PASSAGEM ADMINISTRATIVAS | 29.470,45 |
| PASSAGEM OPERACIONAIS | 5.963,96 |
| PASSAGEM CAPACITAÇÃO | 14.872,48 |
| PASSAGEM CORREGEDORIA | 18.826,27 |
| PASSAGEM INTELIGÊNCIA | 6.621,41 |
| PASSAGEM PROJETO UNACI | ----- |
| PASSAGEM CONVENIO DPRF X SAMU | 774,46 |
| TOTAL PASSAGENS AEREAS EXERCÍCIO 2009 | 76.529,03 |

2.6.2. Evolução de Gastos Gerais

| DESCRIÇÃO | ANO | | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 |
| 1. PASSAGENS | 60.509,09 | 117.763,99 | 82.171,56 |
| 2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS | 728.523,79 | 442.337,48 | 916.152,94 |
| 3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS | - | - | - |
| 3.1. Publicidade | 25.907,00 | 86.904,37 | 138.031,69 |
| 3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação | 291.759,29 | 577.412,36 | 678.417,00 |
| 3.3. Tecnologia da informação | 0 | 0 | 0 |
| 3.4. Apoio Administrativo | 0 | 207.783,06 | 278.688,42 |
| 3.5. Outras Terceirizações | 0 | 0 | 0 |
| 4. SUPRIMENTO DE FUNDOS | 946,3 | 12.867,73 | 11.522,64 |
| TOTAIS | 1.107.645,47 | 1.445.068,99 | 2.104.984,25 |

2.6.3. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.6.3.1. Despesas por Modalidade de Contratação

| Modalidade de Contratação | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | |
|---------------------------|-------------------|------|-------------------|----------|
| | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 |
| Licitação | | | | |
| Convite | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Tomada de Preços | 64.211,00 | 0 | 0 | 8.033,60 |
| Concorrência | 0 | 0 | 0 | 0 |

| | | | | |
|--|--------------|--------------|---------------|---------------|
| <i>Pregão</i> | 5.138.196,80 | 4.783.525,65 | 6.294.285,77 | 5.133.811,57 |
| <i>Concurso</i> | 0 | 0 | 0 | 0 |
| <i>Consulta</i> | 0 | 0 | 0 | 0 |
| <i>Contratações Diretas</i> | | | | |
| <i>Dispensa</i> | 438.701,49 | 502.660,73 | 438.701,49 | 502.660,73 |
| <i>Inexigibilidade</i> | 217.052,22 | 281.206,40 | 217.052,22 | 281.206,40 |
| <i>Regime de Execução Especial</i> | | | | |
| <i>Suprimento de Fundos</i> | 12867,73 | 11.522,64 | 12.867,73 | 11.522,64 |
| <i>Pagamento de Pessoal - Pagamento em Folha</i> | | | | |
| <i>Ativos e aposentados</i> | - | - | 91.552.053,76 | 99.700.097,36 |
| <i>Instituidores de pensão</i> | - | - | 9.039.280,96 | 11.035.119,31 |
| <i>Diárias</i> | - | 916.097,14 | 442.337,48 | 916.097,14 |
| <i>Outros</i> | - | - | - | - |

2.6.3.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa ***

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|---|--------------------------|------------|--------------------------|------------|---------------------------|------|----------------------|------------|
| | Exercícios | | | | | | | |
| | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 |
| 1 - Despesas de Pessoal | S | S | S | S | S | S | S | S |
| 08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS | 51.081,48 | 65.567,88 | 51.081,48 | 65.567,88 | 0 | 0 | 51.081,48 | 65.567,88 |
| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
| | Exercícios | | | | | | | |
| | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 |
| 2 - Juros e Encargos da Dívida | S | S | S | S | S | S | S | S |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3- Outras Despesas Correntes | S | S | S | S | S | S | S | S |
| 03 - PENSOES | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 14 - DIÁRIAS | 442.337,48 | 916.152,94 | 442.337,48 | 916.097,14 | 0 | 0 | 442.337,48 | 916.097,14 |

| | | | | | | | | |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 30 - MATERIAL DE CONSUMO | 1.322.144,05 | 2.003.112,89 | 1.322.144,05 | 1.501.949,14 | 536.487,78 | 590.525,54 | 800.342,57 | 1.472.100,89 |
| 33 - PASSAGENS E DESP. COM LOCOMOÇÃO | 117.763,99 | 114.262,02 | 117.763,99 | 82.171,56 | 0 | 32.090,46 | 117.763,99 | 82.171,56 |
| 36 - SERVIÇOS DE TERCEIROS | 3.767,60 | 7.200,00 | 0 | 7.200,00 | 0 | 0 | 3.767,60 | 7.200,00 |
| 37 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA | 785.195,42 | 1.015.961,39 | 785.195,42 | 957.105,42 | 0 | 58.855,97 | 763.062,05 | 957.105,42 |
| 39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS | 2.932.346,62 | 1.935.516,57 | 2.932.346,62 | 1.131.912,62 | 1.218.286,50 | 1.238.393,30 | 1.788.028,21 | 1.331.912,62 |
| 47 - OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB. | 12.211,54 | 25.267,65 | 12.211,54 | 21.803,72 | 0 | 3.463,93 | 12.211,54 | 21.803,72 |
| 51 - OBRAS E INSTALAÇÕES | 0 | 0 | | | 64.211,00 | 39.670,00 | 0 | 24.541,00 |
| 52 - EQUIP MAT PERMANENTE | 0 | 0 | | | 558.767,24 | 197.935,64 | 0 | 502.836,59 |
| 92 - DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR | 202,70 | 172.350,75 | 202,70 | 172.350,75 | 0 | 0 | 202,70 | 172.350,75 |
| 93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 0 | 40.108,54 | 0 | 40.108,54 | 41,66 | 0 | 0 | 40.108,54 |

2.6.3.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

| Grupo de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|---|-------------------|------------|-------------------|----------|--------------------|------------|---------------|----------|
| | Exercícios | | | | | | | |
| | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 |
| 4 - Investimentos | S | S | S | S | S | S | S | S |
| 51 - OBRAS E INSTALAÇÕES | 64.211,00 | 0 | 0 | 0 | 64.211,00 | 0 | 0 | 0 |
| 52 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE | 563.023,89 | 197.640,00 | 0 | 0 | 563.023,89 | 197.640,00 | 0 | 0 |
| 6 - Amortização da Dívida | S | S | S | S | S | S | S | S |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|----------------------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

2.6.3.4. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação:

Durante o exercício 2009, não ocorreram fatos relevantes que impedissem a execução orçamentária, a não ser o fato do prazo para emissão de Notas de empenho ter sido antecipada, o que acabou por não permitir a conclusão da concorrência 01/2009, que tinha como escopo, a reforma de 07 postos policiais, em tempo hábil para que fosse empenhado o recurso ora disponibilizado naquele exercício.

2.6.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Este item constará no relatório de gestão do DPRF.

2.6.5. Acompanhamento da execução contratual

No que se refere ao desempenho administrativo na gestão dos contratos, o DPRF implementou com êxito a partir de 2004, ações com vistas à qualificação e treinamento dos gestores.

Com a prática de uma gestão qualificada, conseguiu-se conscientizar os gestores da importância da atuação diligente quanto às minúcias contratuais, diminuindo as incidências ou evitando o acúmulo de transtornos.

Por via de consequência, o reflexo tem sido positivo em vários aspectos, quais sejam: planejamento, com estimativa real de despesas; obtenção de melhores serviços e materiais; otimização no tempo para deflagração de nova licitação; diminuição de riscos de perdas e prazos para liquidação de despesas; garantia de que os pagamentos sejam realizados corretamente (quantitativo e qualitativo); redução dos riscos trabalhistas e previdenciários relacionados aos contratos de terceirização; maior agilidade e confiabilidade nos procedimentos licitatórios; maior economia para Administração; eliminação da ocorrência de multas; segurança na aplicação de penalidades às contratadas; e por fim, maior transparência nos atos administrativos.

Assim, os procedimentos de gestão dos contratos, passaram a fazer parte do cotidiano da seara administrativa. Os gestores são previamente orientados a recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado em edital e seus anexos, na proposta e/ou no contrato.

Ademais, acompanham e controlam o prazo de vigência do contrato, notificando, se necessário, a contratada e à Administração sobre o interesse e oportunidade para deflagração de novo processo licitatório, prorrogação ou alteração contratual.

Nos casos de prorrogação, alteração ou deflagração de nova contratação, os procedimentos respeitam a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias para a preparação da nova licitação.

Destaca-se, ainda, que a 10ª SRPRF/BA, apesar de manter fiscalização contínua sobre os contratos vigentes, inclusive com notificação de algumas empresas, no exercício de 2009 não foi aplicada nenhuma penalidade.

Tal medida visa a garantir que a aplicação de recursos públicos no âmbito da 10ª SPRF/BA atinja os graus de efetividade desejados ao cumprimento dos objetivos colimados no procedimento licitatório.

2.6.6. Desfazimento de bens - Leilão

Em atendimento à política implementada pelo DPRF, no que tange ao desfazimento de veículos oficiais classificados como inservíveis ou antieconômicos, com vistas à otimização da gestão de renovação da frota, treze veículos oficiais da 10ª SRPRF/BA foram encaminhados para a Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Alagoas para realização de hasta pública.

3. Recursos Humanos

A força de trabalho da 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal é composta por servidores do Quadro de Pessoal Específico, em sua maioria ocupantes do Cargo NI 911001 (Policial Rodoviário Federal), servidores estatutários redistribuídos de outros Ministérios, bem como por pessoal terceirizado e estagiários.

Para manutenção da estrutura organizacional da 10ª SPRF/BA, os trabalhos são realizados pela Seção de Recursos Humanos, com execução diária, merecendo destaque para a análise da legalidade dos pleitos que consistem na verificação da legitimidade e legalidade das petições, dos processos relativos à concessão de benefícios e vantagens, de aposentadorias e pensões, bem como manutenção da folha de pagamento mensal.

No âmbito de sua competência regimental e em articulação com o Órgão Normativo do Sistema de Pessoal Civil do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, além de valer-se dos subsídios dos Pareceres advindos da Advocacia-Geral da União, a 10ª SRPRF/BA cumpre sua missão em perfeita sintonia com as normas legais vigentes.

3.1. Composição do Quadro de Recursos Humanos

| <i>Composição do Quadro de Recursos Humanos</i> | | | |
|---|------------------------|---------------------------|----------------------|
| <i>Situação apurada em 31/12/2009</i> | | | |
| <i>Regime do Ocupante do Cargo</i> | <i>Lotação Efetiva</i> | <i>Lotação Autorizada</i> | <i>Lotação Ideal</i> |

| <i>Estatutários</i> | Σ | Σ | Σ |
|--|----------|----------|----------|
| <i>Próprios</i> | 571 | 571 | 848 |
| <i>Requisitados</i> | 0 | 0 | 0 |
| <i>Celetistas</i> | 0 | 0 | 0 |
| <i>Cargos de livre provimento</i> | 1 | 1 | 16 |
| <i>Estatutários</i> | 1 | 1 | 16 |
| <i>Não Estatutários</i> | 0 | 0 | 0 |
| <i>Terceirizados</i> | | | |
| <i>Total</i> | 573 | 572 | 864 |

3.1.1. Quadro de pessoal discriminado por unidade, área meio/fim, servidores efetivos/estagiários/terceirizados

A 10ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal conta, atualmente, com um quadro de 1.055 servidores, sendo que destes 571 estão em atividade no Órgão, 1 está cedido, 314 estão aposentados e há 169 beneficiários de pensão. Dispõe, também, de um total de 60 estagiários dos quais 8 estão matriculados e cursando curso de nível superior e os demais, em escolas de nível médio. Os servidores ativos e estagiários são distribuídos da seguinte forma nas unidades administrativas desta Superintendência pelo Estado:

Sede - Salvador

*Gabinete da 10ª SRPRF
02 PRFs – área meio.
01 estagiário*

Seção de Policiamento e Fiscalização

*11 PRF's – 02 na área meio e 09 na área fim;
1 servidor administrativo
02 estagiários.*

j) Núcleo de Operações especiais

k) 11 PRF's – todos na área fim;

- Núcleo de Multas e Penalidades*
- 06 PRF's – todos na área meio;*
- 02 servidores administrativos;*
- 09 estagiários.*

- Núcleo de Telemática*
- 04 PRF's – todos na área meio;*
- 02 estagiários.*

- Núcleo de Registro de acidentes e Medicina Rodoviária*
- 03 PRF's – todos na área meio;*
- 02 estagiários.*

- Seção Administrativa e Financeira*

- 03 PRF's – todos na área meio;
- 02 estagiários.

- Núcleo de Orçamento e Finanças
- 02 PRF's – todos na área meio.

- Núcleo de Patrimônio e Material
- 03 PRF's – todos na área meio;
- 02 estagiários.

- Núcleo de Documentação
- 03 PRF's – todos na área meio;
- 01 servidor administrativo;
- 07 estagiários.

- Núcleo de Serviços Gerais
- 04 PRF's – todos na área meio;
- 07 servidores administrativos.

- Corregedoria Regional
- 04 PRF's – todos na área meio;
- 01 estagiário.

- Núcleo de Assuntos Internos
- 04 PRF's – todos na área meio;

- Seção de Recursos Humanos
- 03 PRF's – todos na área meio;
- 04 servidores administrativos;
- 02 estagiários.

- Núcleo de Administração de Pessoal
- 03 PRF's – todos na área meio;
- 01 servidor administrativo;
- 01 estagiário.

- Núcleo de Capacitação e Legislação de Pessoal
- 02 PRFs – na área meio
- 01 servidor administrativo;
- 01 estagiário.

- Núcleo de Apoio Técnico
- 02 PRF's – todos na área meio;
- 02 estagiários.

- Núcleo de Comunicação Social
- 02 PRF's – todos na área meio;
- 01 estagiário.

- Núcleo de Inteligência
- 03 PRF's – todos na área meio;
- 01 estagiário.

Delegacia 10/01 – Simões Filho

- 04 PRF's – todos na área meio;
- 01 servidor administrativo;
- 04 estagiários.

- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/01
- 111 PRF's – na área fim;

Delegacia 10/02 – Feira de Santana

- 04 PRF's – 04 na área meio;
- 02 estagiários.

- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/02
- 49 PRF's – na área fim;

Delegacia 10/03 – Jequié

- 02 PRF's – todos na área meio;
- 02 estagiários.

- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/03
- 34 PRFs – na área fim;

Delegacia 10/04 – Senhor do Bonfim

- 02 PRF's – todos na área meio;

- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/04
- 27 PRFs – na área fim;

Delegacia 10/05 – Itabuna

- 04 PRF's – todos na área meio;
- 01 servidor administrativo;
- 02 estagiários.

- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/05
- 43 PRFs – na área fim;

Delegacia 10/06 – Seabra

- 03 PRF's – todos na área meio;
- 02 estagiários.

- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/06
- 35 PRFs – na área fim;

Delegacia 10/07 – Paulo Afonso

- 02 PRF's – todos na área meio;

- 03 estagiários.
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/07
- 28 PRFs – na área fim;

Delegacia 10/08 – Vitória da Conquista

- 04 PRF's – todos na área meio;
- 02 estagiário.
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/08
- 54 PRFs – na área fim;

Delegacia 10/09 – Eunápolis

- 04 PRF's – todos na área meio;
- 01 servidor administrativo;
- 04 estagiários.
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/09
- 52 PRFs – todos na área fim;

Delegacia 10/10 – Barreiras

- 02 PRF's – 02 na área meio;
- 02 estagiários.
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/10
- 17 PRF's – na área fim;

Totais

- 571 PRF's – 90 na área meio e 481 na área fim;
- 20 servidores administrativos;
- 57 estagiários.

3.1.2. Quadro de cargos comissionados distribuídos por unidades e área meio/fim

Sede - Salvador

- Gabinete da 10ª SRPRF
- 01 - DAS 1013 – área meio;
- Seção de Policiamento e Fiscalização
- 01 - FG I – área meio;
- Núcleo de Operações especiais
- 01 - FG III – área fim;
- Núcleo de Multas e Penalidades
- 01 - FG III – área meio;
- Núcleo de Telemática.
- 01 - FG III – área meio;

- *Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária*
- *01 - FG III – área meio;*

- *Seção Administrativa e Financeira*
- *01 - FG I – área meio;*

- *Núcleo de Orçamento e Finanças*
- *01 - FG III – área meio;*

- *Núcleo de Patrimônio e Material*
- *01 - FG III – área meio;*

- *Núcleo de Documentação*
- *01 - FG III – área meio;*

- *Núcleo de Serviços Gerais*
- *01 - FG III – área meio;*

- *Corregedoria Regional*
- *01 - FG I – área meio;*

- *Núcleo de Assuntos Internos*
- *01 - FG III – área meio;*

- *Seção de Recursos Humanos*
- *01 - FG I – área meio;*

- *Núcleo de Administração de Pessoal*
- *01 - FG III – área meio;*

- *Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal*
- *01 - FG III – área meio;*

- *Núcleo de Apoio Técnico*
- *01 - FG III – área meio;*

- *Núcleo de Comunicação Social*
- *01 - FG III – área meio;*

- *Núcleo de Inteligência*
- *01 - FG III – área meio;*

Delegacia 10/01 – Simões Filho

- *01 - FG II – área meio;*
- *Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/01*
- *01 - FG III – área fim;*

Delegacia 10/02 – Feira de Santana

- *01 - FG II – área meio;*

- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/02
- 01 - FG III – área fim;

Delegacia 10/03 – Jequié

- 01 - FG II – área meio;
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/03
- 01 - FG III – área fim;

Delegacia 10/04 – Senhor do Bonfim

- 01 - FG II – área meio;
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/04
- 01 - FG III – área fim;

Delegacia 10/05 – Itabuna

- 01 - FG II – área meio;
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/05
- 01 - FG III – área fim;

Delegacia 10/06 – Seabra

- 01 - FG II – área meio;
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/06
- 01 - FG III – área fim;

Delegacia 10/07 – Paulo Afonso

- 01 - FG II – área meio;
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/07
- 01 - FG III – área fim;

Delegacia 10/08 – Vitória da Conquista

- 601 - FG II – área meio;
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/08
- 01 - FG III – área fim;

Delegacia 10/09 – Eunápolis

- 01 - FG II – área meio;
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/09
- 01 - FG III – área fim;

Delegacia 10/10 – Barreiras

- 01 - FG II – área meio;
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/10
- 01 - FG III – área fim;

Totais

- **01 DAS 1013** – área meio;
- **04 FG I** – área meio;
- **10 FG II** – área meio;
- **24 FG III** – 13 área meio e 11 área fim.

3.1.3. Concessão de Benefícios

| Benefício | Servidores beneficiados | Recursos despendidos |
|----------------------------|--------------------------------|-----------------------------|
| <i>Auxílio natalidade</i> | 16 | 6.989,45 |
| <i>Auxílio transporte</i> | 17 | 9.385,82 |
| <i>Auxílio pré-escolar</i> | 197 | 155.844,00 |
| <i>Auxílio alimentação</i> | 592 | 925.740,71 |

3.1.4. Controle e acompanhamento de folha de pagamentos

| Benefício | Servidores beneficiados | Recursos despendidos |
|---|--------------------------------|-----------------------------|
| <i>Adicional por tempo de serviço – servidor ativo</i> | 22 | 60.722,38 |
| <i>Adicional por tempo de serviço – servidor aposentado</i> | 07 | 29.581,69 |
| <i>Adicional noturno</i> | 433 | 2.049.783,30 |
| <i>Férias (1/3 constitucional)</i> | 571 | 1.561.829,36 |
| <i>Licença gestante</i> | 01 | -- |
| <i>Licença prêmio por assiduidade</i> | 01 | -- |
| <i>Afastamento para casamento</i> | 05 | -- |

Folha de pagamentos – normal (ativos e aposentados)

| Mês | Servidores Beneficiados | Recursos despendidos |
|------------------|--------------------------------|-----------------------------|
| <i>Janeiro</i> | 899 | 7.645.245,34 |
| <i>Fevereiro</i> | 896 | 7.665.078,09 |
| <i>Março</i> | 896 | 7.552.791,77 |
| <i>Abril</i> | 894 | 7.441.025,66 |
| <i>Maio</i> | 894 | 7.296.079,60 |
| <i>Junho</i> | 892 | 9.167.315,69 |
| <i>Julho</i> | 890 | 7.879.160,63 |
| <i>Agosto</i> | 889 | 7.929.015,03 |
| <i>Setembro</i> | 887 | 7.938.122,33 |
| <i>Outubro</i> | 888 | 7.884.301,93 |
| <i>Novembro</i> | 886 | 11.961.568,79 |
| <i>Dezembro</i> | 885 | 9.340.392,50 |

Folha de pagamentos – normal (Instituidores de pensão)

| <i>Mês</i> | <i>Instituidores de pensão</i> | <i>Recursos despendidos</i> |
|------------------|--------------------------------|-----------------------------|
| <i>Janeiro</i> | <i>107</i> | <i>764.038,57</i> |
| <i>Fevereiro</i> | <i>107</i> | <i>769.883,92</i> |
| <i>Março</i> | <i>108</i> | <i>801.182,51</i> |
| <i>Abril</i> | <i>109</i> | <i>795.552,29</i> |
| <i>Mai</i> | <i>110</i> | <i>816.393,87</i> |
| <i>Junho</i> | <i>110</i> | <i>1.204.146,41</i> |
| <i>Julho</i> | <i>111</i> | <i>876.322,38</i> |
| <i>Agosto</i> | <i>112</i> | <i>885.876,22</i> |
| <i>Setembro</i> | <i>114</i> | <i>907.062,78</i> |
| <i>Outubro</i> | <i>115</i> | <i>905.670,85</i> |
| <i>Novembro</i> | <i>115</i> | <i>1.356.799,32</i> |
| <i>Dezembro</i> | <i>115</i> | <i>952.190,19</i> |

3.1.5. Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

| QUADRO PRÓPRIO | | | | | | |
|--|-------------|--------------------------------------|---------------------|----------------------|-------------------|---------------------|
| <i>TIPOLOGIA</i> | <i>Qty.</i> | <i>Vencimentos e vantagens fixas</i> | <i>Retribuições</i> | <i>Gratificações</i> | <i>Adicionais</i> | <i>Indenizações</i> |
| Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus) | | | | | | |
| 2007 | 618 | 49.484.824,48 | 130.676,85 | 4.550.877,37 | 1.433.178,1 1 | 1.186.535,34 |
| 2008 | 596 | 49.673.311,19 | 162.611,28 | 4.856.432,48 | 1.322.927,2 6 | 1.141.373,82 |
| 2009 | 571 | 55.621.304,38 | 173.407,65 | 4.864.808,69 | 1.580.579,5 6 | 1.070.243,93 |
| Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus) | | | | | | |
| 2007 | 0 | - | - | - | - | - |
| 2008 | 0 | - | - | - | - | - |
| 2009 | 0 | - | - | - | - | - |
| Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo) | | | | | | |
| 2007 | 0 | - | - | - | - | - |
| 2008 | 0 | - | - | - | - | - |
| 2009 | 0 | - | - | - | - | - |
| Requisitados com ônus para a UJ | | | | | | |
| 2007 | 0 | - | - | - | - | - |
| 2008 | 0 | - | - | - | - | - |
| 2009 | 0 | - | - | - | - | - |
| Requisitados sem ônus para a UJ | | | | | | |
| 2007 | 0 | - | - | - | - | - |
| 2008 | 0 | - | - | - | - | - |

| 2009 | 0 | - | - | - | - | - | - | |
|---------------------|--------------------------|------------|----------------------|------------|------------------------|-------|-------------|------------|
| QUADRO TERCEIRIZADO | | | | | | | | |
| Finalidade | Conservação e Vigilância | | Apoio Administrativo | | Atividades de Área-fim | | Estagiários | |
| | Qtd. | Custo | Qtd. | Custo | Qtd. | Custo | Qtd. | Custo |
| 2007 | 33 | 291.757,29 | - | - | | | 54 | 144.321,16 |
| 2008 | 41 | 577.412,36 | 16 | 207.783,06 | | | 57 | 17.423,96 |
| 2009 | 41 | 737.272,97 | 16 | 278.688,42 | | | 60 | 9.035,20 |

* Houve sensível redução no valor do Contrato de Estagiários em razão da mudança da forma de pagamento da bolsa de estágio, que outrora era feita diretamente pelo CIEE, e passou a ser feita diretamente pelo Sistema Siape.

3.2. Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009

Não há contrato de atividades de Área Fim na 10a SRPRF/BA.

3.3. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Preliminarmente se faz necessário ressaltar que as informações gerenciais sobre Recursos Humanos referem-se ao âmbito da Unidade Pagadora da 10a SRPRF/BA.

Sobre absenteísmo, o índice de afastamentos por licenças médicas constitui um fator de grande preocupação para a Administração. Em um percentual acima de 10%, os afastamentos por razão de saúde tendem a estar relacionados com a rotina diária dos servidores policiais da área fim, que laboram sob regime de escala, com exposição direta ao clima (chuva, sol, temperatura) e alteração no regime de sono.

Em razão da inexistência de Junta Médica própria no âmbito dessa Unidade Pagadora, o acompanhamento dos afastamentos por licenças médicas é bastante dificultoso, sendo operacionalizado pelas visitas da Junta Médica Oficial da Sede do DPRF e por convênio com a Junta Médica local da FUNASA.

De acordo com os registros do Sistema Siapecad, o nível de escolaridade dos servidores estatutários lotados na 10a SRPRF/BA apresentam a seguinte denominação:

Nível Alfabetizado: 01

Nível Alfabetizado sem Cursos Regulares: 01

Nível Fundamental Incompleto: 04

Nível Fundamental Completo: 41

Nível Médio Completo: 324

Nível Superior Completo: 201

É de se salientar que, em referência à Carreira de Policial Rodoviário Federal, criada pela Lei 9.654/98, a exigência para ingresso era de nível médio completo. Os requisitos para investidura foram modificados pela Lei 11.784/2008, que determinou a exigência de conclusão de curso em nível de graduação. Quanto aos cargos do Plano Especial de Cargos do DPRF, a legislação estabelece diferentes níveis de escolaridade para investidura: ensino fundamental para os cargos de nível auxiliar, ensino médio para os cargos de nível técnico e ensino superior para os cargos de nível analista.

O perfil etário da força de trabalho da 10a SRPRF/BA, incluindo-se os estagiários, dispõe-se da seguinte forma:

| <i>Idade (anos)</i> | <i>14 a 18</i> | <i>18 a 21</i> | <i>21 a 25</i> | <i>25 a 30</i> | <i>30 a 35</i> | <i>35 a 40</i> | <i>40 a 50</i> | <i>50 a 60</i> | <i>> 60</i> |
|---------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| <i>Masc.</i> | 4 | 14 | 4 | 60 | 86 | 124 | 155 | 70 | 28 |
| <i>Fem.</i> | 15 | 18 | 4 | 9 | 4 | 10 | 16 | 9 | 2 |
| <i>Total</i> | 19 | 32 | 8 | 69 | 90 | 134 | 171 | 79 | 30 |

Em relação aos cargos da área fim (Policia Rodoviário Federal), destaca-se a prevalência do sexo masculino e da faixa etária superior a 35 anos. A maior parcela dos Policiais Rodoviários Federais ingressaram no ano de 1994 (concurso com maior número de vagas do DPRF), seguido dos servidores ingressantes no ano de 2004.

Em relação à temática “satisfação e motivação”, esta Regional não possui elementos suficientemente hábeis à formação de dado conclusivo sobre o indigitado indicador. O quesito disciplina cinge-se à atividade correicional, explicitada em área própria do presente relatório.

A política salarial do Órgão é estabelecida pela Lei Ordinária 9.654/98 e suas alterações. Em 2006, com o advento da Medida Provisória 305/2006, convertida na Lei 11.358 de 2006, o padrão remuneratório da Carreira de Policial Rodoviário Federal modificou-se do vencimento básico para o Subsídio, em parcela única.

Até o supra aludido ano, havia uma distorção no pagamento da Carreira de PRF, posto que a grande maioria das Classes e Padrões recebia vencimento básico abaixo do salário mínimo (ao qual se somava o até então obrigatório complemento de vencimento básico, que equiparava-o ao valor do salário mínimo vigente no país). Em razão disso, as classes D, C e B e seus respectivos padrões, percebiam remuneração quase que equivalentes, já que as gratificações permanentes do cargo se vinculavam ao valor final do vencimento básico.

Com o Subsídio, estabeleceu-se uma escala de remuneração atrelada ao tempo de serviço, havendo uma diferenciação salarial entre cada padrão. A última alteração salarial da Carreira de PRF deu-se com o advento da Lei 11.784/2008.

Sobre a rotatividade (ou turnover), o controle de admissões de pessoal e concessões de aposentadorias é feita diretamente pela Seção de Aposentadorias e Pensões da CGRH/DPRF, em Brasília. Destarte, esta Regional não dispõe de fontes de informação suficientes para balizar convictamente o percentual de rotatividade. Entrementes, conforme dados extraídos do Sistema Siape, desprende-se que o efetivo ativo desta Regional vem sofrendo contínua redução desde 2006 (vide tabela abaixo), especialmente em razão de aposentadorias e vacâncias de servidores por posse em cargo público inacumulável.

| <i>Cargo/Ano</i> | <i>2006</i> | <i>2007</i> | <i>2008</i> | <i>2009</i> |
|-----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <i>PRF</i> | 619 | 595 | 574 | 551 |
| <i>Servidores Administrativos</i> | 24 | 23 | 22 | 20 |
| <i>TOTAL</i> | 643 | 618 | 596 | 571 |

Até o advento da Lei 11.358/2006, que mudou o requisito de investidura da Carreira PRF, os Policiais Rodoviários Federais percebiam a maior remuneração do Executivo Federal entre os servidores com requisito de ingresso em nível médio. Com a reformulação ocorrida em 2006 e, posteriormente, em 2008, a Carreira PRF passou a figurar no rol de cargos com requisito de ingresso de nível de graduação, percebendo remuneração sensivelmente inferior às demais Polícias custeadas pela União (PF e PC-DF)

3.4. Análise Crítica sobre a situação dos recursos humanos

A 10a SRPRF/BA é responsável pela 2a. maior malha rodoviária do Brasil, sendo cortada por diversas rodovias federais importantes (BRs 101, 116, 324, 242, entre outras) e o atual efetivo disponível, principalmente na área fim, está aquém da demanda atribuída ao Órgão em nível estadual. Há anos não ocorre concurso para provimento de cargos na área meio (Plano Especial de Cargos do DPRF), o que faz com que diversos policiais sejam destinados a cobrir as lacunas da área meio.

Devido a essa defasagem numérica, há premente necessidade de ampliação do quadro de servidores administrativos e policiais da Regional, em especial destes últimos. A Lei 11.784/2008 aumentou a quantidade de vagas de cargos de PRF (de aproximadamente 10.000, para aproximadamente 13.000 cargos), mas o provimento dessas vagas ainda não foi totalmente autorizado pelo Ministério do Planejamento (em 2009 houve autorização de provimento de 750 vagas para o Brasil, a partir de abril de 2010). É de se salientar que, em razão da Lei Complementar 51/1985, a aposentadoria dos servidores policiais ocorre em 30 anos e sem limite mínimo de idade, o que aumenta a necessidade de constante admissão de novos PRFs.

] O desempenho funcional da Carreira PRF é mensurado através da ADI (Avaliação de Desempenho Individual), instituída pela Portaria n. 30, de 03 de junho de 2009, do Sr. Diretor-Geral do DPRF, servindo como parâmetro de produtividade da atividade policial. Os servidores administrativos (Plano Especial de Cargos do DPRF) são submetidos à avaliação anual estabelecida pela Lei 11.784/2008, que estabelecem o valor do ponto da Gratificação GDATPRF, refletindo diretamente na remuneração do servidor.

A 10a SRPRF/BA não possui contratos de terceirização da área fim, cingindo-se a prestação de serviços às áreas de Conservação, Vigilância, Apoio Administrativo e Estagiários.

3.5. Gestão de capacitação

Vários são os instrumentos utilizados pela administração pública para promover a valorização do servidor e a consequente execução de um serviço público qualificado e eficaz. Ações de Treinamento, Desenvolvimento e Educação (TD&E) - de pessoas - visam, fundamentalmente, promover o conhecimento, as habilidades e as atitudes relacionadas às competências requeridas para o exercício de uma determinada "função".

Essa relação simbiótica existente entre Organismos Públicos e seus servidores, evidencia a importância vital da atenção à gestão das pessoas. No setor público, a preparação e a instrumentalização adequada das pessoas para o desempenho de suas funções, bem como a valorização do seu trabalho, constituem aspectos críticos para o desenvolvimento institucional.

O processo de capacitação das pessoas deve estar alinhado com as metas da organização. As atividades de educação, capacitação e desenvolvimento das pessoas e as ações sócio-educativas devem ser permanentes, tornando-as aptas a atuarem com proficiência.

De forma específica, a elaboração de planos de capacitação está diretamente relacionada com as necessidades detectadas na organização. A partir desta, serão apresentados mecanismos e práticas determinantes de suas prioridades de capacitação que contribuam para a motivação, o desenvolvimento e o crescimento profissional dos servidores.

A definição de critérios é, portanto, vital para garantir os recursos orçamentários necessários à efetivação dos planos de capacitação.

3.5.1. A Capacitação Regional:

A 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, com o auxílio das coordenação e articulação do Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal(NUCAP), executou várias ações voltadas ao treinamento, desenvolvimento e educação de seus respectivos servidores e de outras Instituições durante o exercício de 2009,

O Plano Anual de Ensino/2009 implementado pela Coordenação de Ensino (COEN) destinou recursos para o atendimento de demandas específicas de cada regional conforme a proporcionalidade dos efetivos das regionais., tendo sido executado, - pela 10ªSR DPRF/BA - quase a totalidade dos recursos de capacitação.

Grande parte das dotações orçamentárias anuais previstas foi carreada para a continuidade do Programa de Atualização Policial(PAP) com o Módulo II(Usos Legais e Progressivos da Força e Armamento e Tiro) e o Módulo III(Policciamento e Fiscalização com uso do EDA) – idealizados pela Coordenação de Ensino(COEN), coordenados pelos NUCAPs e executados pelos Instrutores do DPRF/MJ.

Valendo-se da ampla autonomia concedida pelos gestores responsáveis pelo processo de tomada de decisão: Gabinete, SRH, Delegacias, Instrutores; a equipe integrante desse Núcleo concentrou esforços para a promoção de Cursos presenciais, Conferências, Seminários, em diversas áreas: segurança e defesa, meio ambiente, comunicação, gestão de pessoas, direito e justiça, saúde, planejamento, educação, tecnologia da informação.

Outra estratégia implementada por essa mesma equipe foi a ativa participação de seus membros e convidados de outros Núcleos – a exemplo do NURAM - em comitês, comissões e conferências, as mais diversas, de maneira a fomentar maior participação no debate das agendas: de segurança pública, acadêmicas, políticas e sociais; locais e nacionais; bem como proporcionar maior visibilidade institucional.

Todas as estratégias foram exitosas; em que pese a impossibilidade técnica de realizar o Curso de Motociclismo nesse exercício; sobretudo por causa do empenho de todos os Servidores, Instrutores, Núcleos, Delegacias, Seções e Gabinete.

3.5.2. Ensino à Distância

As ações de Ensino à Distância- EaD, foram – ao longo de 2009 – estimuladas, de modo a proporcionar aos servidores, acesso gratuito aos cursos ofertados pelo DPRF – através da DITRAN/COEN – e pela SENASP/MJ.

Sem previsão específica de participação nos cursos supracitados, esse NUCAP propôs aos servidores a atualização dos respectivos currículos e o envio de cópias dos certificados para os assentamentos funcionais.

3.5.3. Ensino Presencial

No ano de 2009, foram coordenadas isoladamente ou em parceria com outras Instituições, 25(vinte e cinco) ações de capacitação presencial em todas as unidades, sensibilizando um público total de 830 pessoas, entre servidores e convidados. Para todas as ações implementadas ao efetivo, houve a disponibilização de cerca de R\$27.000,00 – COEN(com rubrica específica de capacitação), entretanto, após implementação de novos projetos, em parceria com a SAF, houve aporte de investimentos totais de R\$81.876,70(incluindo rubricas de diárias administrativas e recursos do convênio com o SAMU).

A Delegacia de Simões filho – DEL10/01 – em muito contribuiu para a realização e/ou organização de eventos de treinamento, entre os quais, destacou-se a execução do I Curso de Gestão de Plantão Policial e a participação ativa de seus Instrutores no I Curso de Técnicas Especiais de Segurança Judiciária.

Os Instrutores demonstraram o mais alto grau de profissionalismo e, com todos os desafios enfrentados pela logística inadequada, venceram as etapas previamente programadas.

Senhor do Bonfim – DEL 10/04 – alcançou a totalidade do efetivo com o Curso do Módulo II (Uso Legal e Progressivo da Força e Armamento e Tiro), representando a unidade como a de maior presença proporcional. As demais unidades descentralizadas auxiliaram, sobremaneira, na realização de todos os Cursos e Seminários propostos, registrando-se a relevante participação dos gestores e servidores da Delegacia 10/09(Eunápolis).

Variados mecanismos didáticos foram adotados e diversas parcerias celebradas no intuito de promover uma maior integração e socialização dos conhecimentos adquiridos – vide tabela:

| RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO- 2009 | | | |
|--|--|---|--|
| ÓRGÃO | Departamento de Polícia Rodoviária Federal/10ªSRPRF/BA | | |
| ANO | 2009 | | |
| DIRIGENTE DE RH | Érico Guedes (SRH) | Apoio: L.Miranda, Firme, Paola, Michele (Equipe-NUCAP) | |
| TELEFONE | (71) 2101-2212 | ENDEREÇO ELETRÔNICO: | nucap.ba@dprf.gov.br |

| QUANTITATIVO DE SERVIDORES EM EXERCÍCIO NO ÓRGÃO | | |
|--|---------|---------|
| Não ocupantes de cargos em comissão ou correspondentes: | 551 PRF | 20 Adm. |
| Ocupantes de cargos em comissão ou correspondentes: | 37 PRF | |
| Cargo DAS 3: | 01 PRF | |

| Áreas | Forma de capacitação | Competências desenvolvidas | Total de servidores capacitados | Carga Horária | Valor investido |
|--|---|--|--|----------------------------|------------------------|
| Defesa e Segurança | Curso Presencial | Conhecimentos, habilidades e atitudes para o USO LEGAL E PROGRESSIVO DA FORÇA E ARMAMENTO E TIRO(Módulo II) | 360 | 30h/a | |
| Direito e Justiça | Curso Presencial | Conhecimentos, habilidades e atitudes para o POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO COM USO DE EDAs(Módulo III) | 42 | 20h/a | |
| Saúde | Curso Presencial | Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao emprego de Atendimento Pré-Hospitalar ao Traumatizado (APH Avançado). | 60 | 40h/a | |
| Saúde | Seminário, Congresso, Conferência, Encontro ou Fórum Nacional | Conhecimentos, habilidades e atitudes para participação no Seminário Estadual sobre Violência a Saúde | 2 | 40h/a | |
| Direito e Justiça | Curso Presencial | Conhecimentos, habilidades e atitudes para implementação de Processo Administrativo Disciplinar-CGU | 4 | 40h/a | |
| Defesa e Segurança | Curso Presencial | Conhecimentos, habilidades e atitudes para o uso de Técnicas de Defesa Pessoal (Aikido) | 4 | Curso Permanente SINPRF/BA | |
| Meio Ambiente | Curso Presencial | Conhecimentos, habilidades e atitudes para o uso de Técnicas de Manejo de Animais Silvestres | 2 | 30h/a | |
| Gestão de Pessoas | Curso Presencial | Conhecimentos, habilidades e atitudes para Gestão do Comprometimento Organizacional | 30 | 08h/a | |
| Gestão de Pessoas | Curso Presencial | Conhecimentos, habilidades e atitudes para as Relações Interpessoais | 11 | 08h/a | |
| Comunicação | Curso Presencial | Conhecimentos, habilidades e atitudes para o exercício de Assessoria de Imprensa | 20 | 08h/a | |
| Informática - programação e tecnologia da informação | Seminário, Congresso, Conferência, Encontro ou Fórum Nacional | Conhecimentos, habilidades e atitudes para o emprego de Seminário Nacional de TIC para Gestão Pública (SECOP 2009) | 1 | 40h/a | |
| Defesa e Segurança | Curso Presencial | Conhecimentos, habilidades e atitudes para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas(PRE) | 4 | 40h/a | |

| | | | | | |
|---------------------------|--|--|-----|-------|--|
| <i>Defesa e Segurança</i> | <i>Curso Presencial</i> | <i>Conhecimentos, habilidades e atitudes para Técnicas Especiais de Segurança Judiciária</i> | 42 | 80h/a | |
| <i>Planejamento</i> | <i>Curso Presencial</i> | <i>Conhecimentos, habilidades e atitudes para o emprego de Administração Orçamentário-Financeira e de Contratos Públicos-ESAF</i> | 3 | 40h/a | |
| <i>Direito e Justiça</i> | <i>Curso Presencial</i> | <i>Conhecimentos, habilidades e atitudes para atualização em Análise de Recursos de Infração de Trânsito(DENATRAN)</i> | 4 | 24h/a | |
| <i>Defesa e Segurança</i> | <i>Curso Presencial</i> | <i>Conhecimentos, habilidades e atitudes para Proteção de Autoridades(Exército)</i> | 1 | 80h/a | |
| <i>Educação</i> | <i>Seminário, Congresso, Conferência, Encontro ou Fórum Nacional</i> | <i>Conhecimentos, habilidades e atitudes para o Transporte Seguro para Funcionários do Pólo - Seminário</i> | 110 | 04h/a | |
| <i>Educação</i> | <i>Seminário, Congresso, Conferência, Encontro ou Fórum Nacional</i> | <i>Conhecimentos, habilidades e atitudes para Formação de Multiplicadores visando redução da morbimortalidade de motociclistas na Região Metropolitana</i> | 83 | 40h/a | |
| <i>Defesa e Segurança</i> | <i>Seminário, Congresso, Conferência, Encontro ou Fórum Nacional</i> | <i>Conhecimentos, habilidades e atitudes para Conferência Livre de Segurança Pública - CONSEG:Polícia Uso e Abuso</i> | 88 | 08h/a | |
| <i>Defesa e Segurança</i> | <i>Seminário, Congresso, Conferência, Encontro ou Fórum Nacional</i> | <i>Conhecimentos, habilidades e atitudes para o Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil</i> | 33 | 16h/a | |
| <i>Defesa e Segurança</i> | <i>Seminário, Congresso, Conferência, Encontro ou Fórum Nacional</i> | <i>Conhecimentos, habilidades e atitudes para Conferência de Segurança Pública - etapa eletiva UFBA</i> | 3 | 04h/a | |
| <i>Defesa e Segurança</i> | <i>Seminário, Congresso, Conferência, Encontro ou Fórum Nacional</i> | <i>Conhecimentos, habilidades e atitudes para Conferência Estadual de Segurança Pública</i> | 3 | 40h/a | |
| <i>Defesa e Segurança</i> | <i>Seminário, Congresso, Conferência, Encontro ou Fórum Nacional</i> | <i>Conhecimentos, habilidades e atitudes para Conferência Nacional de Segurança Pública</i> | 1 | 40h/a | |

| | | | | | |
|--------------------|--|--|----------------|----|---------------|
| Defesa e Segurança | Curso a Distância / Treinamento Virtual / E-Learning | Conhecimentos, habilidades e atitudes para a aprendizagem das ementas relacionadas à Matriz Curricular Nacional da SENASP/MJ | Sem estimativa | NI | |
| TOTAL | | | 911 | | R\$ 81.876,70 |

3.5.4. Capacitação para o público externo

Esta regional capacitou vários agentes pertencentes a outras Instituições, entre elas: Polícia Militar da Bahia, Polícia Federal, Polícia Civil da Bahia, Justiça do Trabalho, Conselhos Tutelares, Escolas – Rede Pública Metropolitana -. Com aportes significativos de recursos oriundos da Justiça Federal, mediante convênio de cooperação técnico-científica, foi realizado o I Curso de Técnicas Especiais de Segurança Judiciária, tendo seu corpo docente formado, principalmente, por Instrutores do DPRF/MJ e instruendos compostos por: Agentes de Segurança da Justiça Federal, Agentes da Corregedoria da Polícia Civil, Agente da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e PRFs do GPE de Simões Filho.

Utilizando a mesma filosofia de aumento das relações inter-institucionais da Coordenação de Ensino, esse NUCAP atuou em um sistema de parceria, ministrando instrução, ofertando vagas para outros entes estatais, tendo sido agraciado com a disponibilização de vagas em diversos Cursos ofertados pelo(a): Zoológico de Salvador, Polícia Rodoviária Estadual, UFBA, Exército, DENATRAN, CGU, Transalvador, ENAP/SESAB, Polícia Federal, Receita Federal do Brasil.

3.5.5. Educação para o Trânsito

Quanto à educação para o Trânsito, foram efetivadas várias ações em muitas cidades: Salvador, Simões Filho, Ribeira do Pombal, Vitória da Conquista, Feira de Santana, Cruz das Almas; tendo como público-alvo milhares de crianças, jovens e adultos. Em todo o Estado da Bahia, realizaram-se inúmeras ações sob a tutela de nova e excepcional Comissão Regional de Educação para o Trânsito, instituída em junho de 2009.

Com o empenho decisivo dos membros da CRETrânsito, realizou-se o I FETRAN/BA – primeiro festival estadual temático de teatro de trânsito – na cidade de Feira de Santana. Com o envolvimento de jovens alunos de Escolas públicas, o festival representou grande marco no âmbito das vivências teatrais de trânsito, culminando com a sensibilização dos participantes.

3.5.6. Estratégias do NUCAP/BA para 2010

Nesse exercício serão priorizadas ações que otimizem, ainda mais, os recursos oriundos da COEN, inclusive as que motivem os servidores para maior participação nos cursos de capacitação à distância que forem ofertados pela administração pública federal, a exemplo dos cursos de pós-graduação patrocinados através de convênios com as universidades públicas e privadas e pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ, bem como Cursos EAD.

Planeja-se a execução de duas dinâmicas principais: Atendimento Avançado de Acidentes e Motociclista Batedor, além do complemento do Módulo II (espargidor de pimenta). Presume-se

que haja orçamentário passível de ser empenhado para treinamentos complementares, também, em razão de convênios com o SAMU e ANTT. Parcerias com a UFBA, DETRAN, TRANSALVADOR, PRE, COE/Polícia Civil, BOMBEIROS e com outras Instituições, estão sendo gestadas de modo a possibilitar a complementaridade das ações programadas.

Participação em variados eventos tais como: Fóruns, Colóquios, Seminários, Conferências, capazes de promover debates no âmbito da Segurança Pública, com ênfase nos assuntos relacionados à problemática gerada pelos delitos de toda sorte cometidos nas rodovias.

3.5.7. Conclusão

A 10ª SRPRF/BA, enquanto órgão descentralizado do Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ, planejou, executou e controlou, diretamente, ações voltadas à educação, capacitação e desenvolvimento de pessoas no âmbito de sua competência, com investimentos estimados em R\$81.876,70. Um total de 830 pessoas foram sensibilizadas e/ou capacitadas.

No final do exercício de 2009, iniciou-se o primeiro Curso de Técnicas Especiais em Segurança Judiciária, em razão do Convênio de Cooperação Técnico-Científica com A Justiça Federal de Primeiro Grau – Seção Judiciária da Bahia. Parcerias informais também foram celebradas com: CGU, TRANSALVADOR, UFBA, Ministério Público Federal, Tribunal Regional do Trabalho, Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Federal.

Visando preencher importante lacuna no processo formativo, a capacitação regional celebrou importante parceria com o SINPRF/BA visando a promoção de educação continuada em defesa pessoal – Aikido. Aulas às segundas e quartas, das 17:30h às 19:00h são ministradas, continuamente, desde o mês de março de 2009. Os alunos matriculados regularmente contribuem com os custos operacionais, enquanto os demais servidores – alunos eventuais – tem suas primeiras visitas franqueadas.

Face à crescente demanda por treinamentos exigida pela sociedade e compreendida pela imensa maioria dos servidores da PRF, para uma maior eficácia, seriam necessários avanços na:
a) Gestão de pessoas: lotação de Instrutores no Núcleo, permanentemente; admissão de pessoal especializado (pedagogia, gestão de projetos); b) Logística: ambientação (sala ou auditório), mantimentos diversos (obréas, alvos, etc.), veículo sedan, reboque, toldos; c) Gestão de Recursos: maior aporte de recursos destinados, exclusivamente, à capacitação regional.

Há uma grande perspectiva de descentralizarmos parte do processo de socialização do conhecimento com a criação de grupos de trabalhos/estudos em cada Delegacia, de modo a otimizar o capital intelectual já existente na Instituição. Com a ajuda de Instrutores, aliados aos referenciais teóricos originados na biblioteca da UNED (unidade de Ensino à Distância do DPRF/MJ) e na literatura especializada. Os(as) colegas que possuírem formação adequada irão compor os referidos Gts – responsáveis por positivar e socializar o conhecimento produzido. Disciplinas constantes na nossa grade curricular serão estudadas, sistematicamente, por um número limitado de colaboradores(as), compondo um corpo funcional dotado de maior especialização.

4. Gestão Operacional - atividade fim

Abaixo seguem informações que revelam o desempenho na atividade fim da 10ª SRPRF/BA

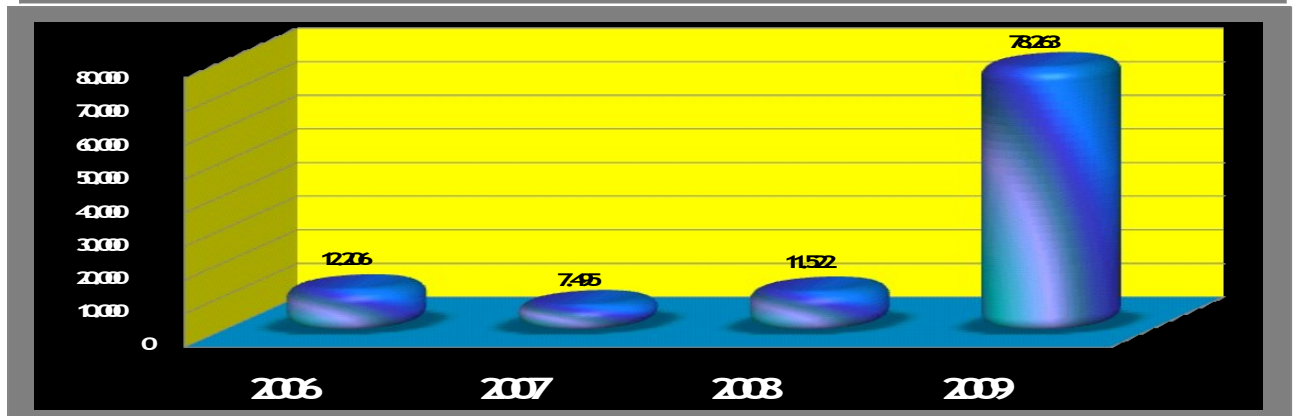
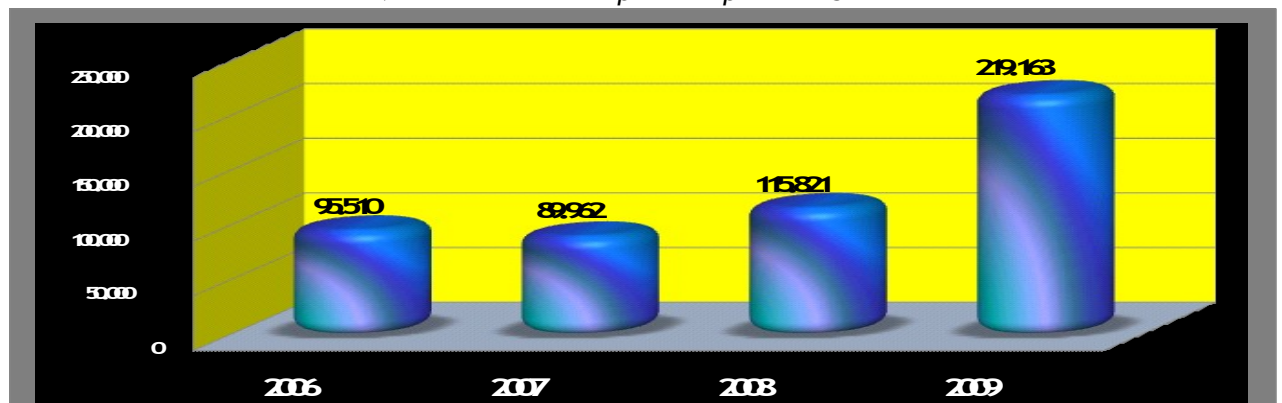
no ano de 2009.

4.1. Multas de trânsito aplicadas

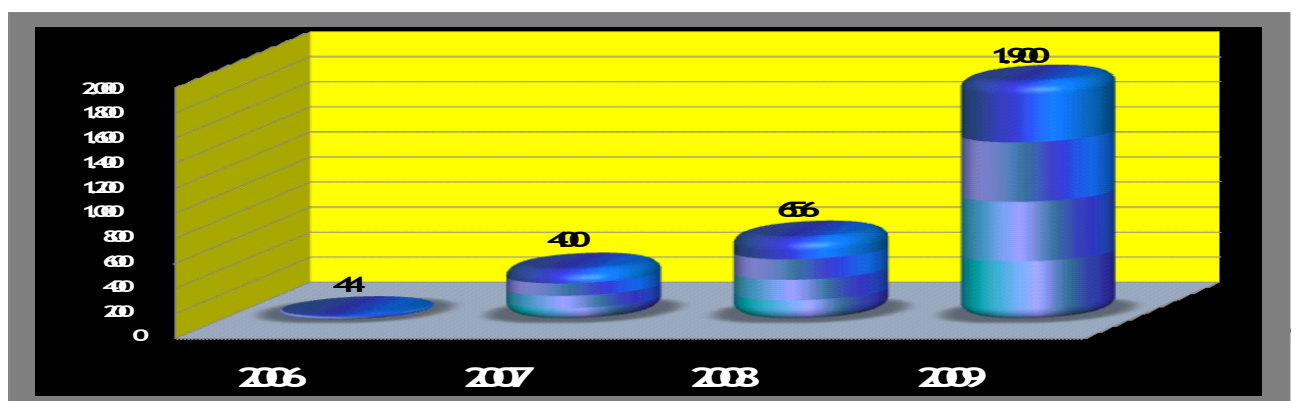
A 10ª SRPRF/BA teve um incremento significativo na quantidade de multas extraídas nos anos de 2008 e 2009. Este aumento pode ser explicado pela intensificação na fiscalização de excesso de velocidade com medidor estático de velocidade na BR 324, entre os Km 622 e 593 intervalo de maior ocorrência de acidentes principalmente por conta do excesso de velocidade, pela intensificação na fiscalização de alcoolemia e das ultrapassagens proibidas. Essas três infrações são consideradas as maiores causadoras de acidentes, principalmente com vítimas graves e fatais.

Sabe-se que os acidentes causam prejuízos imensuráveis às famílias e à sociedade, assim, a 10ª SRPRF/BA tem se empenhado no sentido de coibir diversas infrações de trânsito, uma vez que a principal causa dos acidentes e mortes no trânsito ainda é a imprudência dos motoristas.

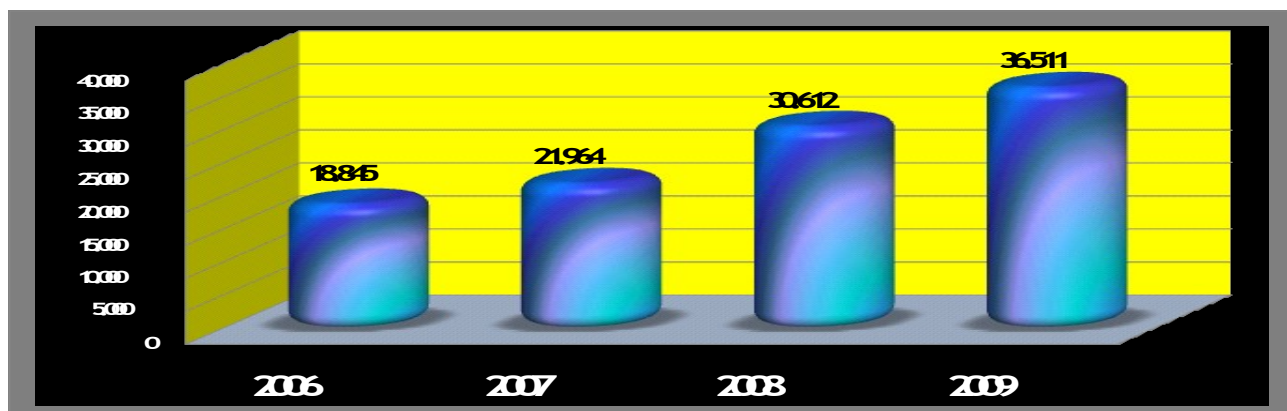
Multas de trânsito aplicadas pela 10ª SRPRF



Multas por embriaguez ao volante aplicadas pela 10ª SRPRF



Multas por ultrapassagens proibidas aplicadas pela 10ª SRPRF



Tal fator explica ainda, o aumento no quantitativo de defesas e de recursos protocolados, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quantidade de defesas e recursos protocolados

| <i>ANO</i> | <i>2006</i> | <i>2007</i> | <i>2008</i> | <i>2009</i> |
|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <i>QUANTIDADE</i> | 5.710 | 5.845 | 6.881 | 14.588 |

4.2. Resultados das ações operacionais desenvolvidas

Conforme já delineado, a estrutura do DPRF propicia uma capilaridade que permite a aplicação de programas com abrangência nacional, promovendo a integração e divulgação das ações de governo, destinadas à prevenção de acidentes e segurança pública.

Entretanto, o crescimento da malha rodoviária federal sob fiscalização do órgão vem se apresentando com um grande desafio ao longo dos anos, pois gera necessárias adequações nas formas de patrulhamento e policiamento, a fim de atender a suas atribuições.

Aliado a isso, a ampliação da frota nacional, quando comparada com o crescimento populacional brasileiro, nos permite a visualização do índice de motorização que cresce acintosamente. O transporte de mercadorias e pessoas no Brasil tem como principal característica a utilização do modal rodoviário, contribuindo para que essa frota transite em rodovias federais. Não obstante esse crescimento da demanda, o efetivo da Instituição diminuiu. Ademais, como já ficou assentado anteriormente, a frota baiana de veículos vem crescendo bastante nos exercícios de 2007, 2008 e 2009.

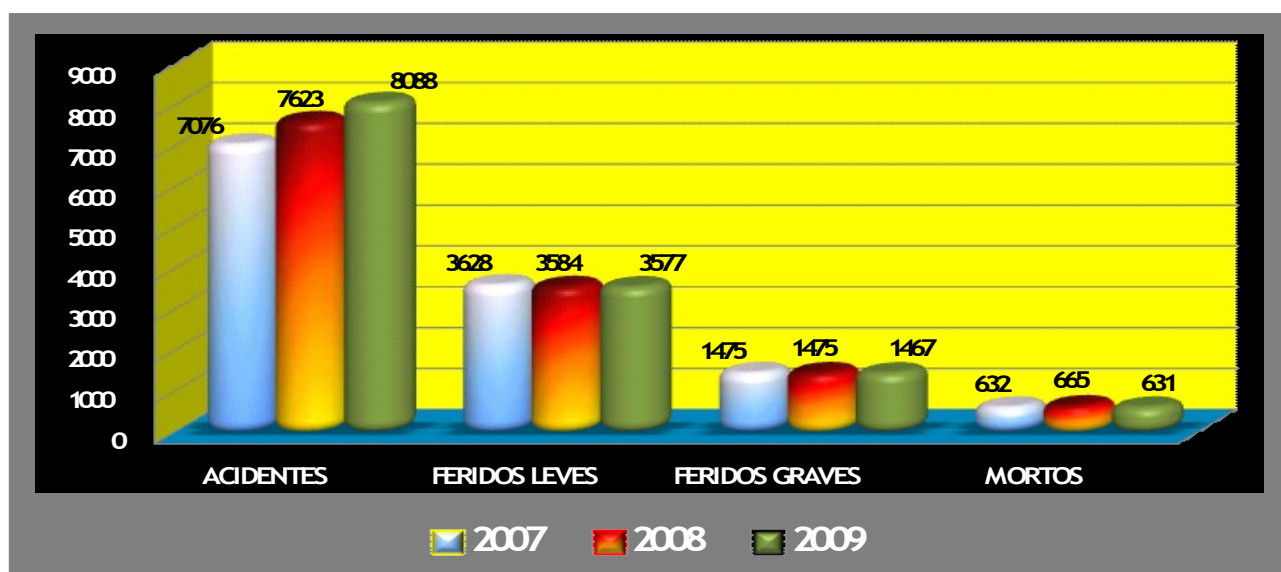
A despeito desse panorama, com uma forma de gestão operacional diferenciada, desde a captação das informações até a realização das operações, aliada à utilização de equipamentos e sistemas adaptados, considera-se positivos os resultados alcançados, conforme se pode verificar nos gráficos abaixo, os quais representam o resultado da atuação da 10ª SRPRF/BA nas rodovias federais do Estado da Bahia.

4.2.1. Acidentes de trânsito

A evolução dos acidentes de trânsito em rodovias federais segue um crescimento numérico constante, sendo que no ano de 2009 as ocorrências superaram o ano de 2008. As informações são oriundas do sistema BR-Brasil e SINGER, que estão sendo aprimorados pelo DPRF na intenção de integrar toda base de dados operacionais.

No ano de 2009 foram registrados 8.088 acidentes de trânsito nas rodovias federais do estado da Bahia. Morreram 631 pessoas vítimas desses acidentes, restando 3.577 com ferimentos leves e 1.467 com ferimentos graves.

Ocorrências de acidentes de trânsito na 10ª SRPRF

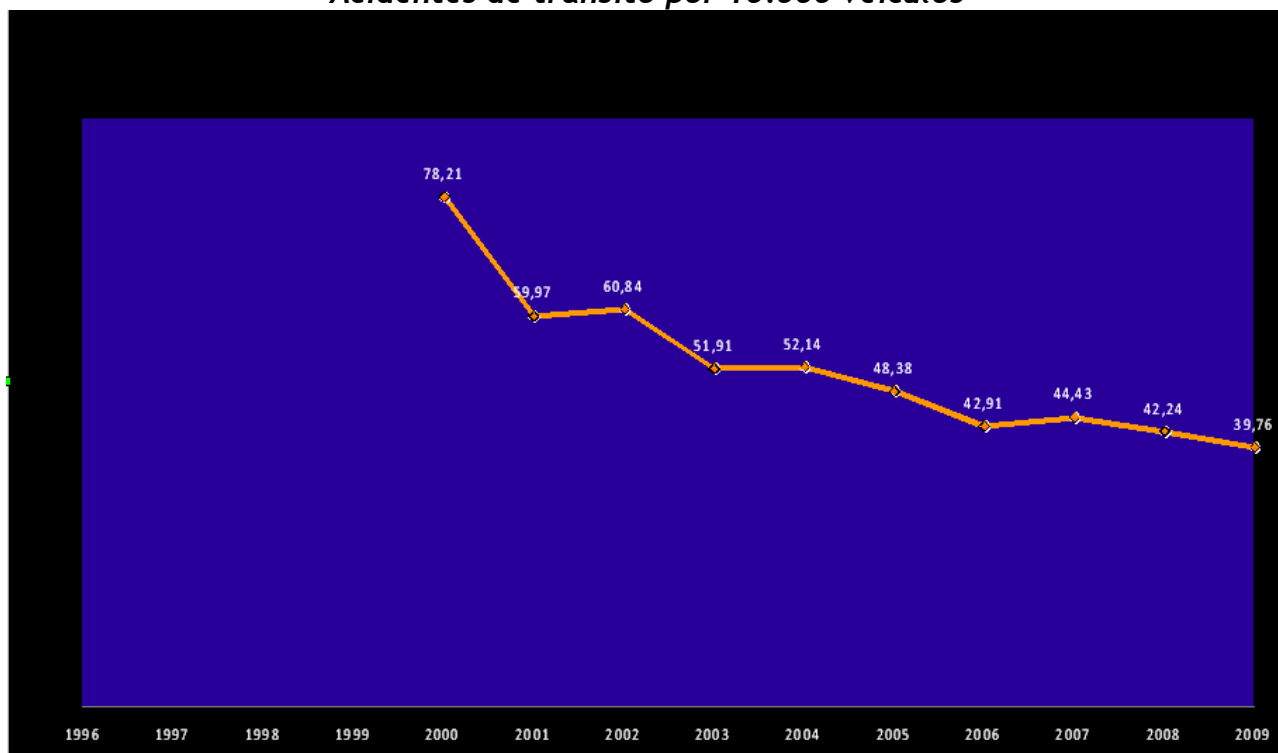


| FATORES CONTRIBUENTES | |
|------------------------------------|--------|
| Animais na Pista | 4,13% |
| Defeito Mecânico em Veículo | 3,96% |
| Defeito na Via | 2,56% |
| Desobediência a Sinalização | 2,10% |
| Dormindo | 2,13% |
| Falta de Atenção | 21,07% |
| Ingestão de Álcool | 2,63% |
| Não Guardar Distância de Segurança | 5,25% |
| Ultrapassagem Indevida | 3,23% |
| Velocidade Incompatível | 4,10% |
| Outras | 48,84% |

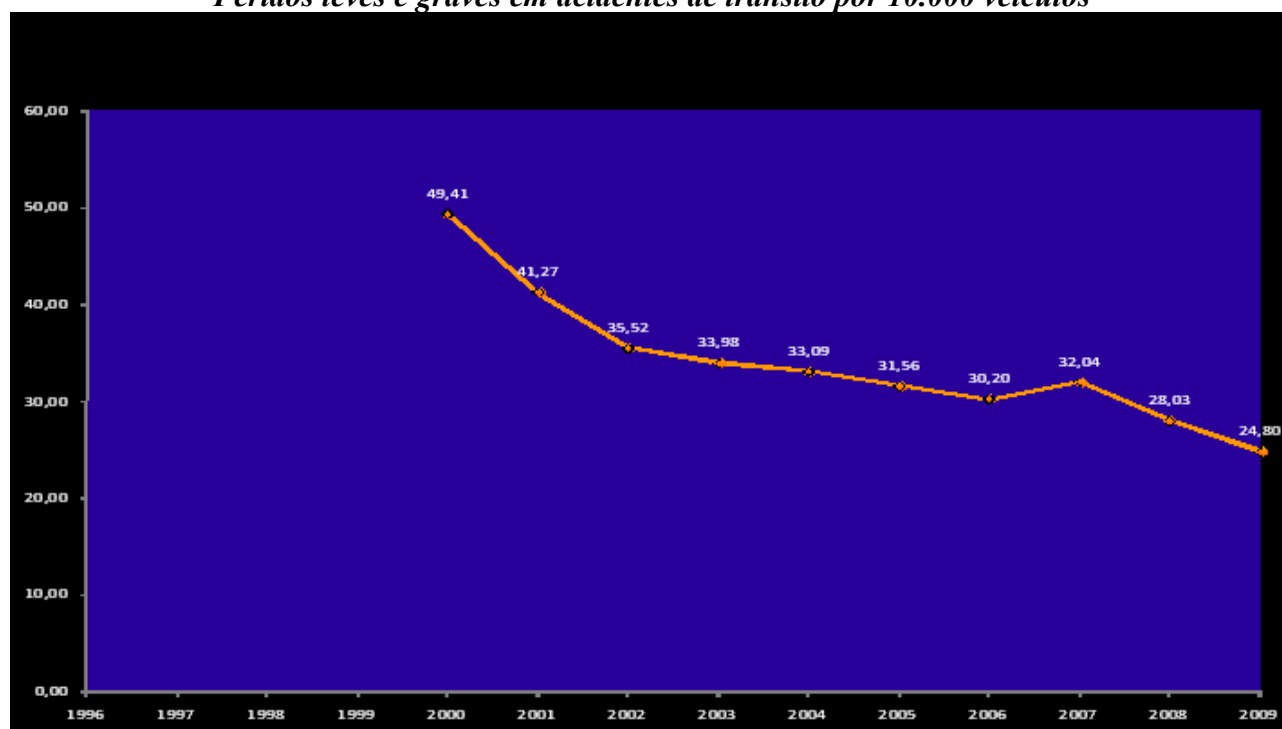
Entre os fatores que foram identificados como causadores, destacam-se a “falta de atenção” dos condutores, seguida pela imprudência de deixar de guardar distância de segurança entre veículos.

Nos gráficos abaixo relacionamos os acidentes, feridos e mortos nas rodovias federais que cortam o Estado da Bahia com a frota de veículos baiana e a população baiana.

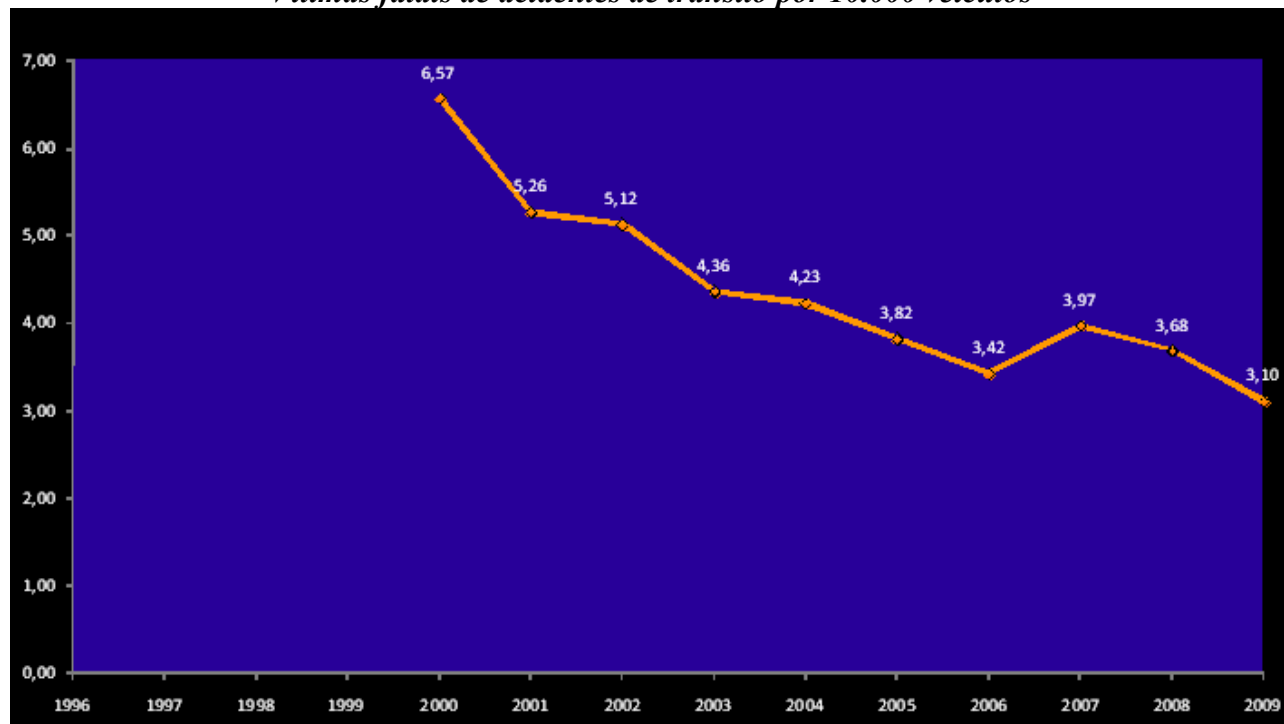
Acidentes de trânsito por 10.000 veículos



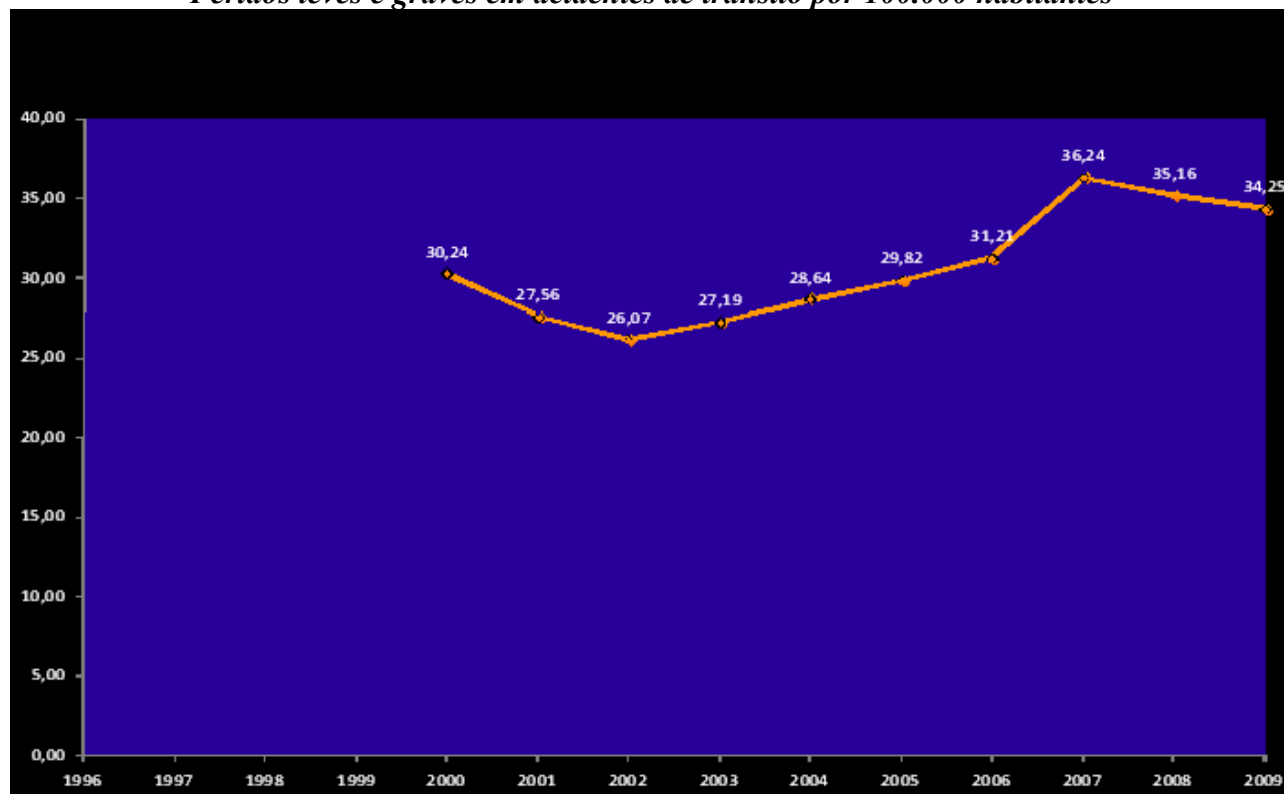
Feridos leves e graves em acidentes de trânsito por 10.000 veículos



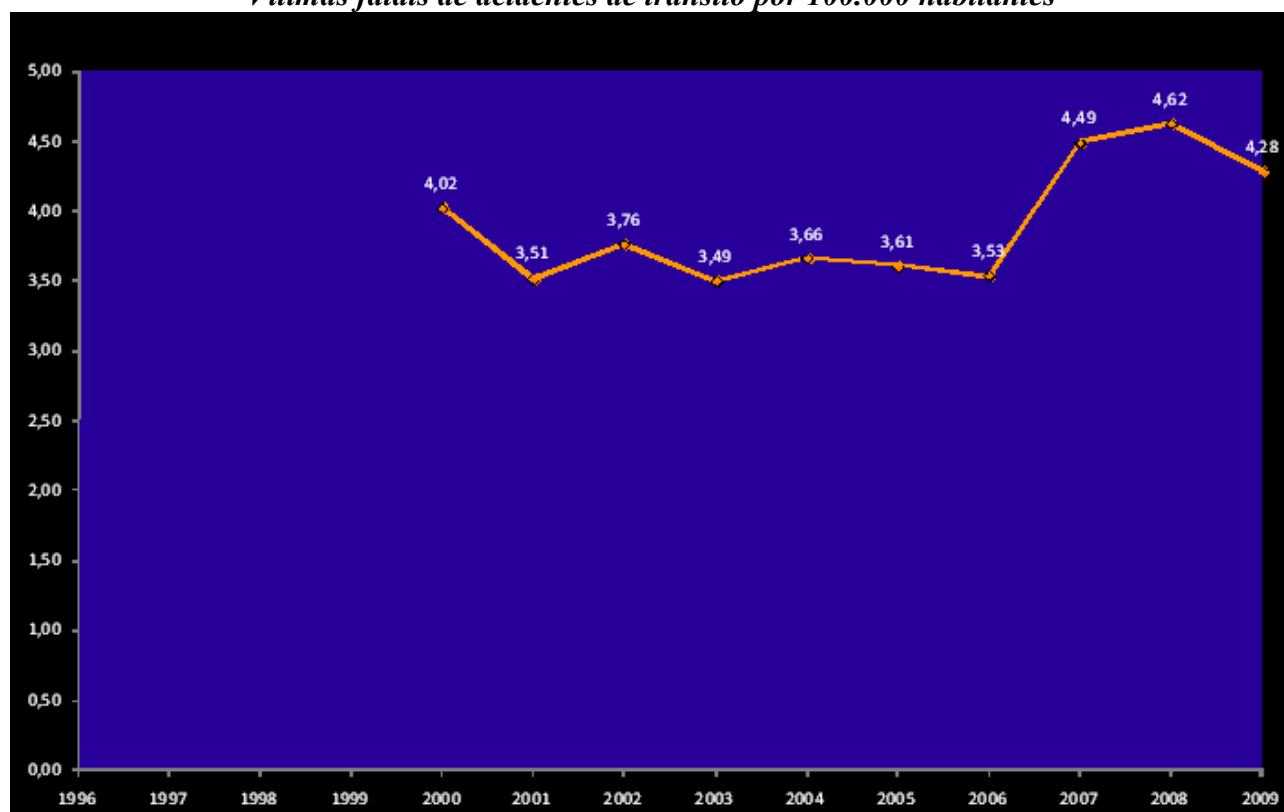
Vítimas fatais de acidentes de trânsito por 10.000 veículos



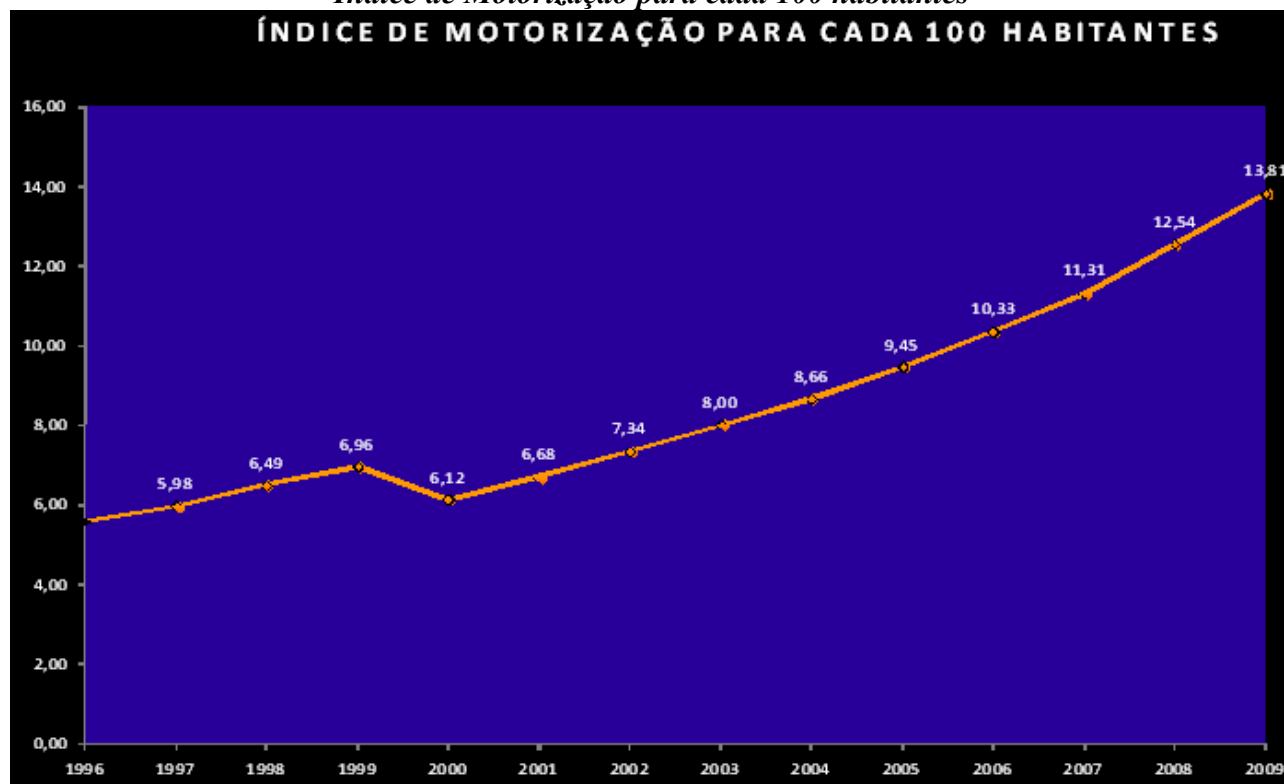
Feridos leves e graves em acidentes de trânsito por 100.000 habitantes



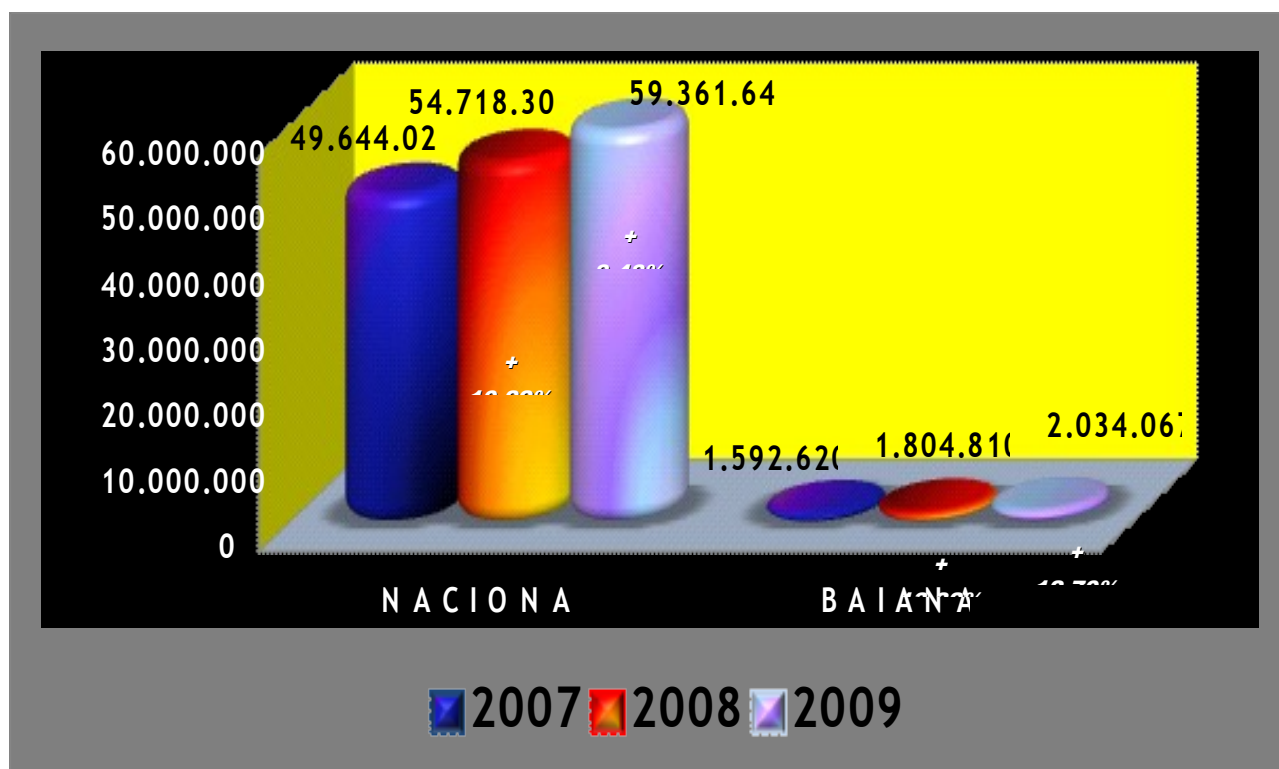
Vítimas fatais de acidentes de trânsito por 100.000 habitantes



Índice de Motorização para cada 100 habitantes



Frota de veículos



A evolução dos acidentes de trânsito em rodovias federais que cortam o Estado da Bahia segue um crescimento numérico constante, sendo que no ano de 2009 as ocorrências superaram as de 2008 que por sua vez superaram as de 2007. As informações são oriundas do Sistema de Informações Operacionais, denominado de BR-Brasil, que está sendo aprimorado pelo DPRF na intenção de integrar toda base de dados operacionais.

Embora o aumento do número de acidentes se reflita, em geral, no quantitativo de feridos, a 10ª SRPRF/BA registrou em 2008 uma pequena redução no número de feridos em acidentes de trânsito, em comparação com o ano de 2007, o mesmo refletiu em 2009 comparado a 2008. Porém, no que tange ao número de mortes nas rodovias federais do Estado da Bahia, foi registrado em 2008 um aumento de 5,22 % em comparação a 2007, e felizmente em 2009 conseguimos uma redução de 5,12 % em comparação ao ano de 2008.

Mesmo com o aumento da frota de veículos nacional e baiana e a redução do nosso efetivo, conseguimos, com um planejamento inteligente e a aplicação de recursos tecnológicos, uma redução significativa no números de vítimas no ano de 2009.

4.2.2. Operações realizadas

Durante o ano de 2009 a área operacional da regional executou diversas ações voltadas para a fiscalização de trânsito, a prevenção de acidentes e ao combate à criminalidade conforme segue:

OPERAÇÕES NACIONAIS (Comparativo com 2008)

| <i>ANO</i> | <i>PERÍODO</i> | | <i>HORÁRIO</i> | <i>TOTAL</i> | | |
|------------|----------------|----------------|-----------------------|-----------------|----------------|---------------|
| | <i>INÍCIO</i> | <i>TÉRMINO</i> | <i>00:00 às 24:00</i> | <i>ACIDENTE</i> | <i>FERIDOS</i> | <i>MORTOS</i> |

OPERAÇÃO VERÃO

| | | | | | | |
|-------------|-----------------|-----------------|--|------------|------------|-----------|
| <i>2008</i> | <i>01/01/08</i> | <i>15/02/08</i> | | <i>939</i> | <i>650</i> | <i>96</i> |
| <i>2009</i> | <i>01/01/09</i> | <i>15/02/09</i> | | <i>834</i> | <i>545</i> | <i>83</i> |

OPERAÇÃO CARNAVAL

| | | | | | | |
|-------------|-----------------|-----------------|--|------------|-----------|----------|
| <i>2008</i> | <i>01/02/08</i> | <i>06/02/08</i> | | <i>100</i> | <i>56</i> | <i>9</i> |
| <i>2009</i> | <i>20/02/09</i> | <i>25/02/09</i> | | <i>104</i> | <i>77</i> | <i>8</i> |

OPERAÇÃO SEMANA SANTA

| | | | | | | |
|-------------|-----------------|-----------------|--|------------|-----------|-----------|
| <i>2008</i> | <i>20/03/08</i> | <i>23/03/08</i> | | <i>105</i> | <i>77</i> | <i>10</i> |
| <i>2009</i> | <i>09/04/09</i> | <i>12/04/09</i> | | <i>114</i> | <i>71</i> | <i>9</i> |

OPERAÇÃO TIRADENTES

| | | | | | | |
|-------------|-----------------|-----------------|--|------------|-----------|-----------|
| <i>2008</i> | <i>18/04/08</i> | <i>21/04/08</i> | | <i>100</i> | <i>83</i> | <i>11</i> |
| <i>2009</i> | <i>18/04/09</i> | <i>21/04/09</i> | | <i>115</i> | <i>59</i> | <i>7</i> |

OPERAÇÃO DIA DO TRABALHADOR

| | | | | | | |
|-------------|-----------------|-----------------|--|------------|-----------|----------|
| <i>2008</i> | <i>30/04/08</i> | <i>04/05/08</i> | | <i>84</i> | <i>54</i> | <i>6</i> |
| <i>2009</i> | <i>30/04/09</i> | <i>03/05/09</i> | | <i>107</i> | <i>73</i> | <i>7</i> |

OPERAÇÃO CORPUS CHRISTI

| | | | | | | |
|-------------|-----------------|-----------------|--|-----------|-----------|----------|
| <i>2008</i> | <i>21/05/08</i> | <i>25/05/08</i> | | <i>71</i> | <i>35</i> | <i>5</i> |
|-------------|-----------------|-----------------|--|-----------|-----------|----------|

| | | | | | | |
|------|----------|----------|--|----|----|---|
| 2009 | 11/06/09 | 14/06/09 | | 70 | 39 | 8 |
|------|----------|----------|--|----|----|---|

OPERAÇÃO SETE DE SETEMBRO

| | | | | | | |
|------|----------|----------|--|-----|----|----|
| 2007 | 06/09/07 | 09/09/07 | | 111 | 41 | 12 |
| 2009 | 04/09/09 | 07/09/09 | | 109 | 46 | 11 |

Obs.: Essa operação em 2008 não foi realizada pois caiu no final de semana.

OPERAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA

| | | | | | | |
|------------|----------|----------|--|-----|----|----|
| 7 setembro | 04/09/09 | 07/09/09 | | 109 | 46 | 11 |
| 2009 | 09/10/09 | 12/10/09 | | 116 | 62 | 4 |

Obs.: Essa operação em 2008 não foi realizada (final de semana) e o comparativo foi feito com a operação sete de setembro 2009

OPERAÇÃO FINADOS

| | | | | | | |
|------------|----------|----------|--|-----|----|----|
| 7 setembro | 04/09/09 | 07/09/09 | | 109 | 46 | 11 |
| 2009 | 30/10/09 | 02/11/09 | | 96 | 74 | 9 |

Obs.: Essa operação em 2008 não foi realizada (final de semana) e o comparativo foi feito com a operação sete de setembro 2009.

OPERAÇÃO FIM DE ANO

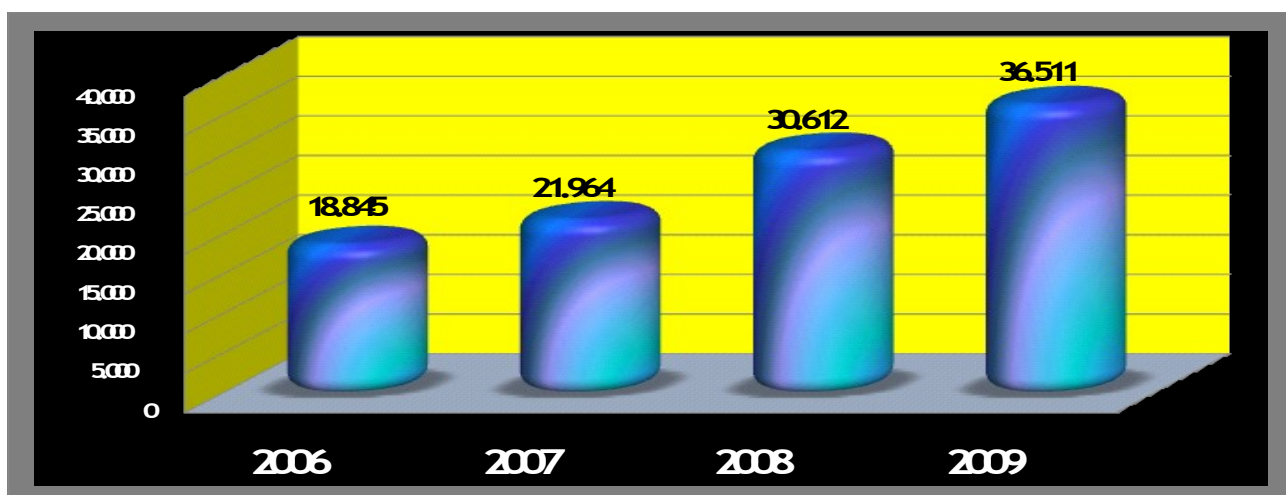
| | | | | | | |
|------|----------|----------|--|-----|-----|----|
| 2008 | 17/12/08 | 04/01/09 | | 467 | 297 | 44 |
| 2009 | 16/12/09 | 03/01/10 | | 497 | 311 | 37 |

OPERAÇÕES REGIONAIS

OPERAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ULTRAPASSAGEM PROIBIDA

Essa operação é executada diariamente e visa a combater o cometimento da infração de ultrapassagem proibida, uma das três principais causas de acidentes nas rodovias federais da Bahia.

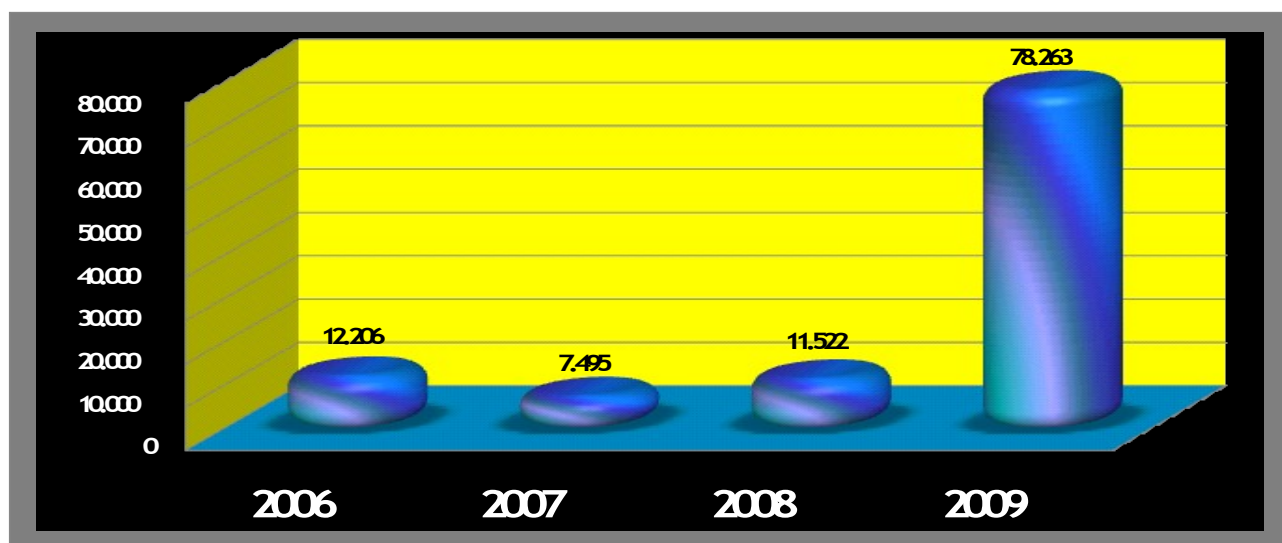
Quantidade de Notificações por Ultrapassagem Proibida aplicadas pela 10ªSRPRF



OPERAÇÃO RADAR – Diária

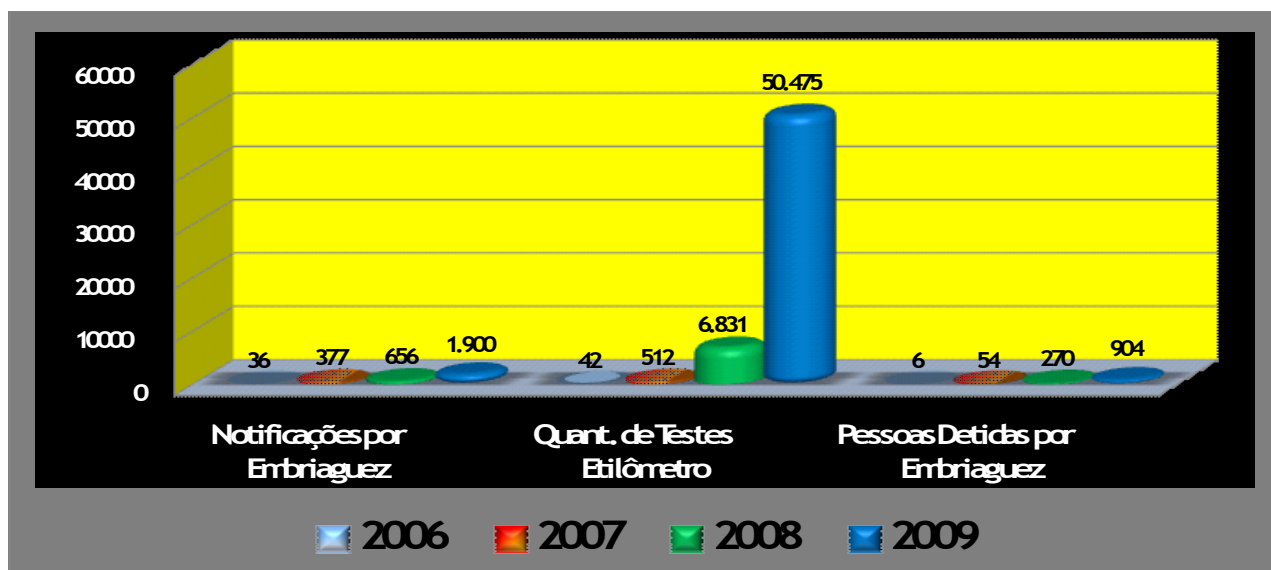
Essa operação é executada diariamente e visa a combater o cometimento da infração de excesso de velocidade, uma das três principais causas de acidentes nas rodovias federais da Bahia.

Quantidade de Notificações por Excesso de Velocidade aplicadas pela 10ª SRPRF



OPERAÇÃO GRAU ZERO

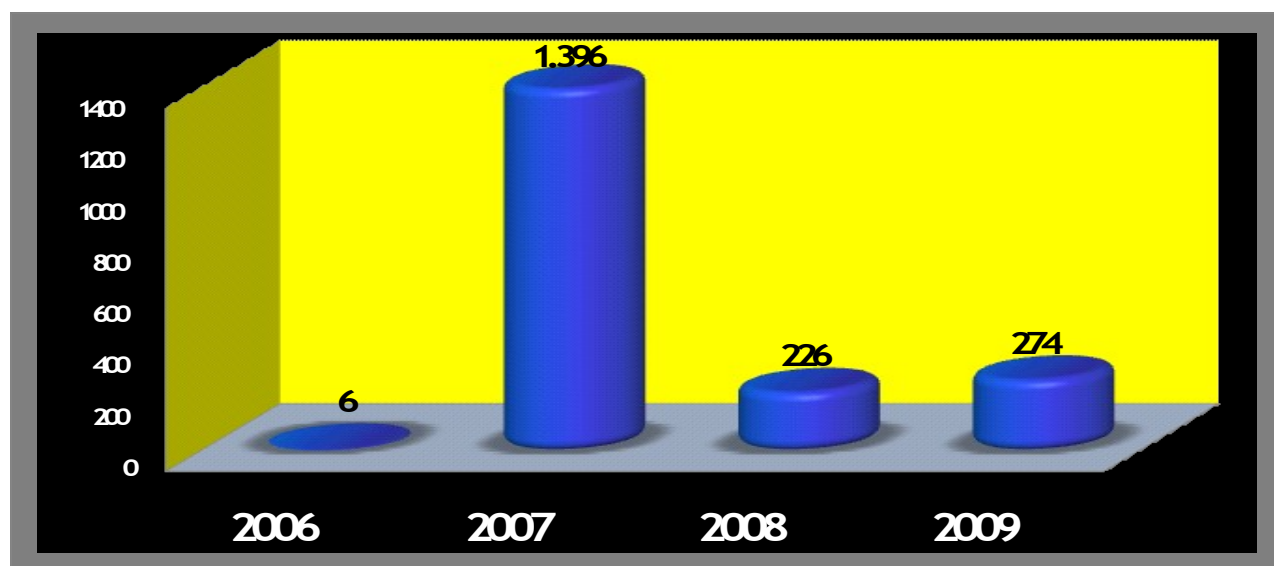
Operação que visa a combater o consumo de bebidas alcoólicas ao volante, uma das três principais causas de acidentes nas rodovias federais da Bahia. Foram realizadas 18 operações desse tipo no ano de 2009.



OPERAÇÃO DEUSES MORFEU E BACO

Operação que visa a combater o uso de substâncias psicoestimulantes, “arrebites”, e o uso de bebidas alcoólicas por condutores nas rodovias federais da Bahia. Foi identificado pela seção de Policiamento e Fiscalização da 10ª SRPRF em 2007 um aumento de acidentes nas rodovias federais causados por condutores fazendo uso de “arrebites”, por esse motivo vem sendo efetuadas essas operações nas rodovias federais da Bahia, sendo que em 2009 foram desencadeadas três operações desse tipo, que também fiscaliza o consumo de álcool ao volante.

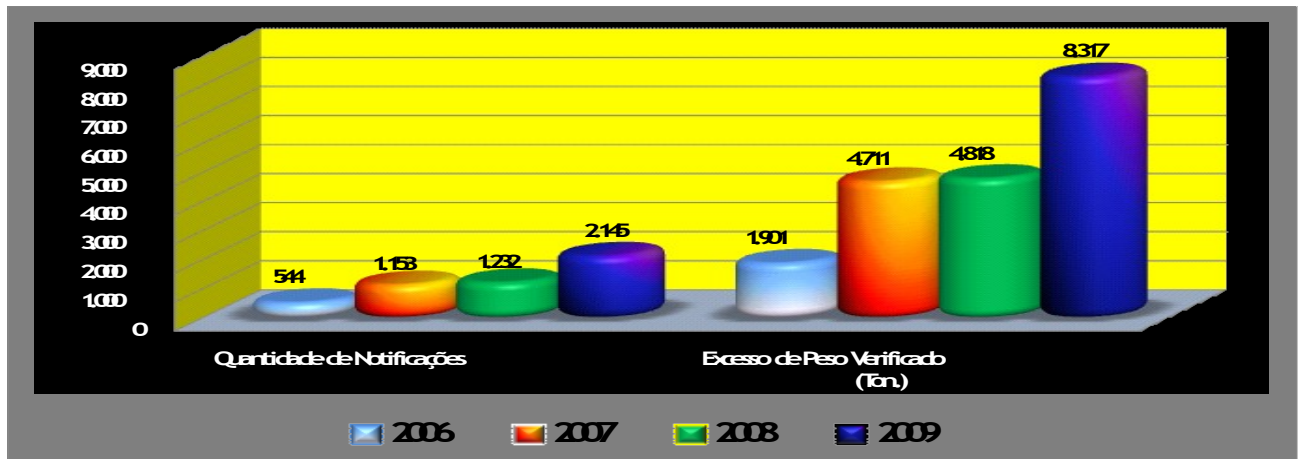
Apreensão de substâncias psicoestimulantes “arrebites”(anfetaminas)



OPERAÇÃO CARGA PESADA

Operação que visa a combater o transporte com excesso de peso nas rodovias federais da Bahia. Essa prática causa um grande prejuízo aos cofres públicos, pois deteriora o piso asfáltico causando a necessidade de reparos nas vias. Outro problema causado pelo excesso de peso em veículos de cargas e passageiros é o aumento dos acidentes, uma vez que a via deteriorada aumenta o risco de acidentes. Foram efetuadas cinco operações desse tipo em 2009.

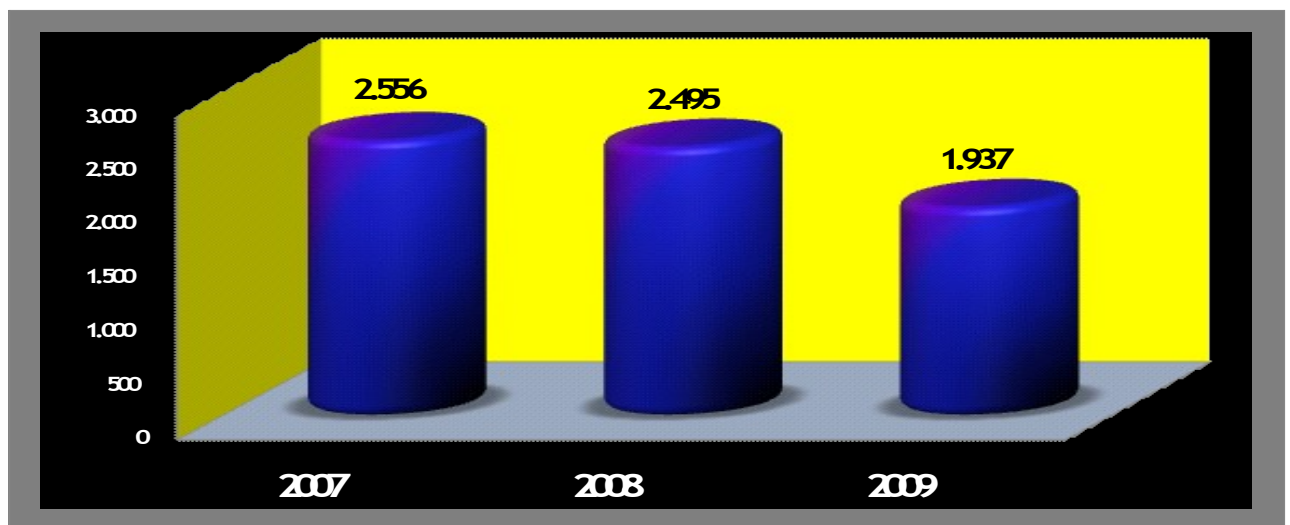
Notificações por excesso de peso e excesso de peso verificado



OPERAÇÃO RÓTULO DE RISCO

Operação que visa a fiscalizar o transporte de produtos perigosos e controlados nas rodovias federais da Bahia. Existe um cuidado muito grande para o transporte desse tipo de carga, pois acidentes envolvendo esses veículos causam consequências graves ao meio ambiente. Foram realizadas cinco operações desse tipo em 2009.

Notificações por transporte irregular de produtos perigosos



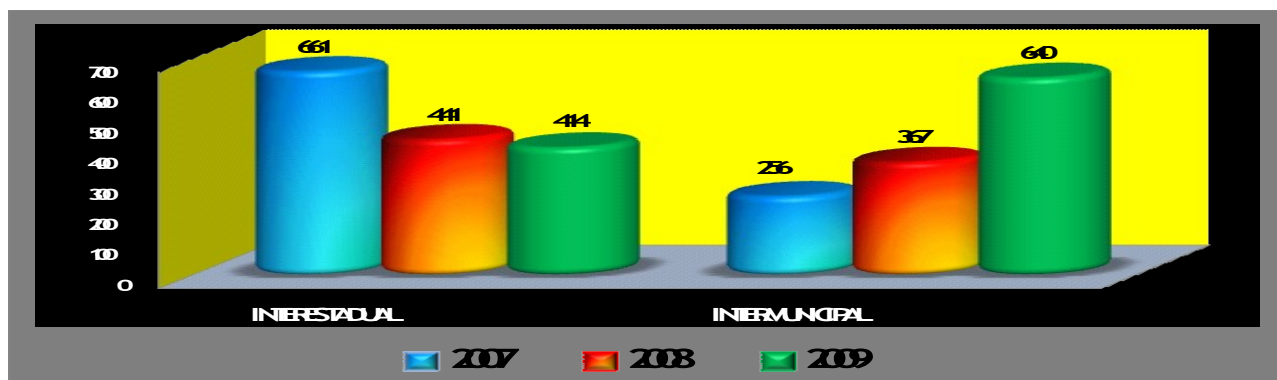
OPERAÇÃO VIAGEM LEGAL

Operação que visa a fiscalizar o transporte irregular de passageiros nas rodovias federais do Estado da Bahia.

O transporte irregular vem causando sérios problemas nas rodovias federais do país, veículos sem a menor condição de trafegabilidade, condutores sem capacitação para transportar passageiros, veículos servindo para traficar entorpecentes e transportar produtos contrabandeados, veículos usados para fugas de foragidos da justiça, além de contribuir para o

aumento de vítimas de acidentes de trânsito nas rodovias federais. Por esses motivos a 10ª SRPRF desencadeou 15 operações desse tipo em 2009.

Notificações de transporte irregular de passageiros



OPERAÇÃO SÃO JOÃO

Essa é a maior operação do ano para a 10ª SRPRF, período onde as rodovias federais recebem o maior fluxo de veículo no ano. No período de festejos juninos, as grandes atrações musicais atraem um público médio muito grande por noite, sendo que várias pessoas que participam dos festejos são oriundas das cidades circunvizinhas, aumentando muito o fluxo de veículos nas rodovias federais da região.

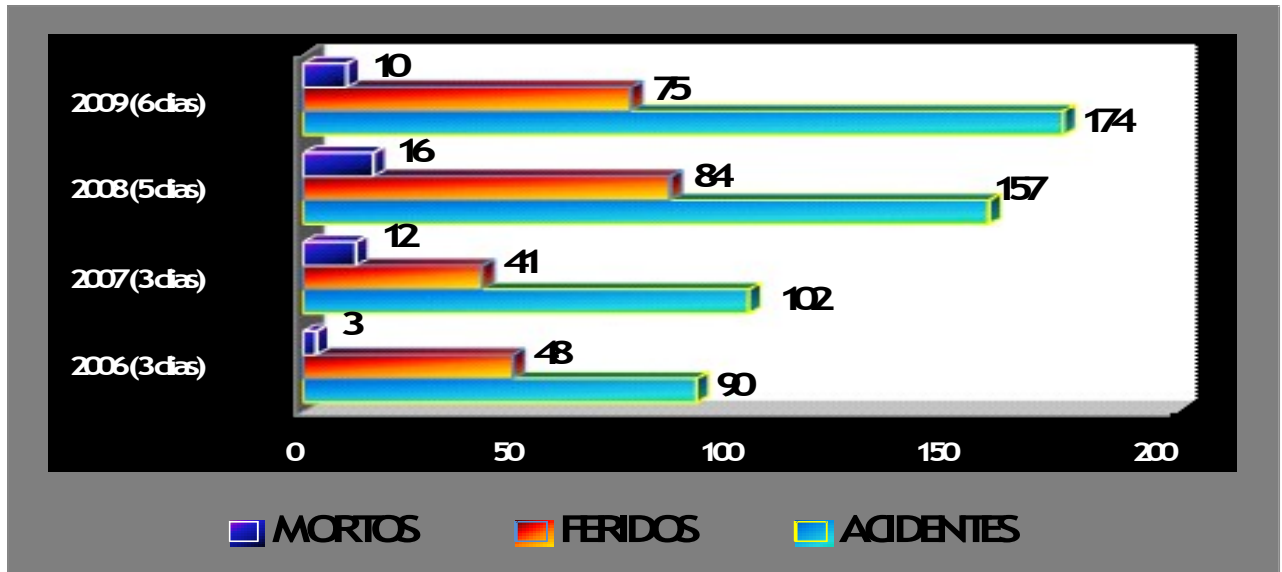
A presença de um policiamento ostensivo com grande aparato nas rodovias federais se faz necessária a fim de coibir o cometimento de infrações de trânsito, principalmente aquelas que tem maior potencial de causar acidentes, além de aumentar a sensação de segurança aos foliões e demais usuários das rodovias federais.

O aumento de efetivo nesse período pode ser justificado por:

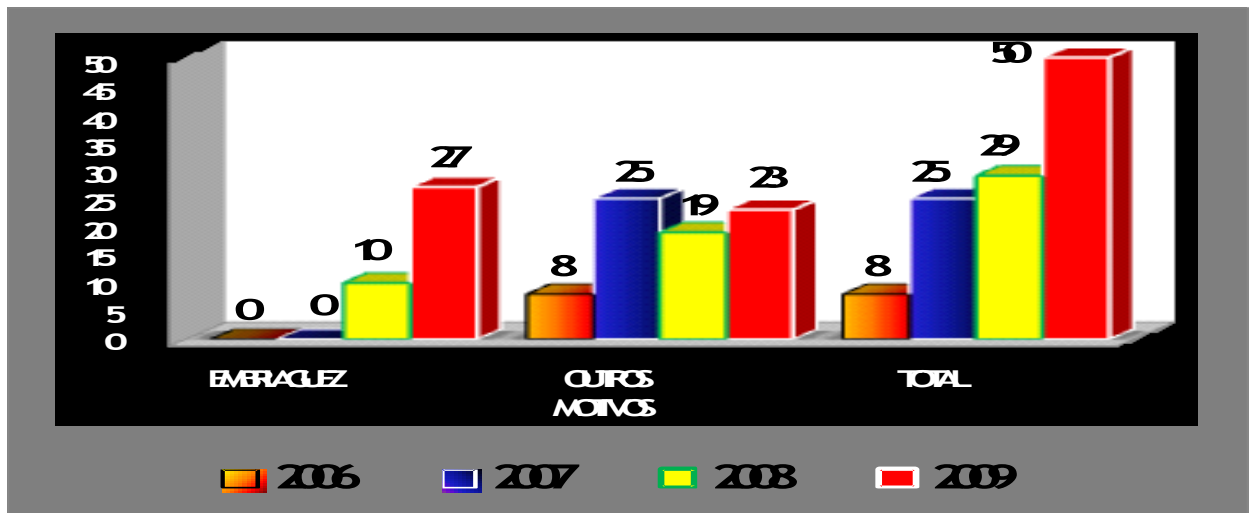
- Registros de intenso consumo de bebidas alcoólicas;*
- Aumento do fluxo de veículos e pessoas que se locomovem pelas vias federais;*
- Aumento de condutores inexperientes para dirigir em rodovias;*
- Realizações de festas em muitas cidades às margens das rodovias federais, com consumo de bebida livre e participação de bandas de renome nacional;*
- Evento tradicionalmente interiorano, registra-se grande aumento de fluxo de veículos com destino aos 416 municípios baianos, principalmente partindo da capital;*
- Motoristas dirigindo em más condições físicas;*
- Aumento da quantidade de veículos nas rodovias federais em más condições de trafegabilidade;*
- Maior necessidade de fiscalização nas rodovias federais;*
- Registro no aumento de acidentes de trânsito.*

RESULTADOS

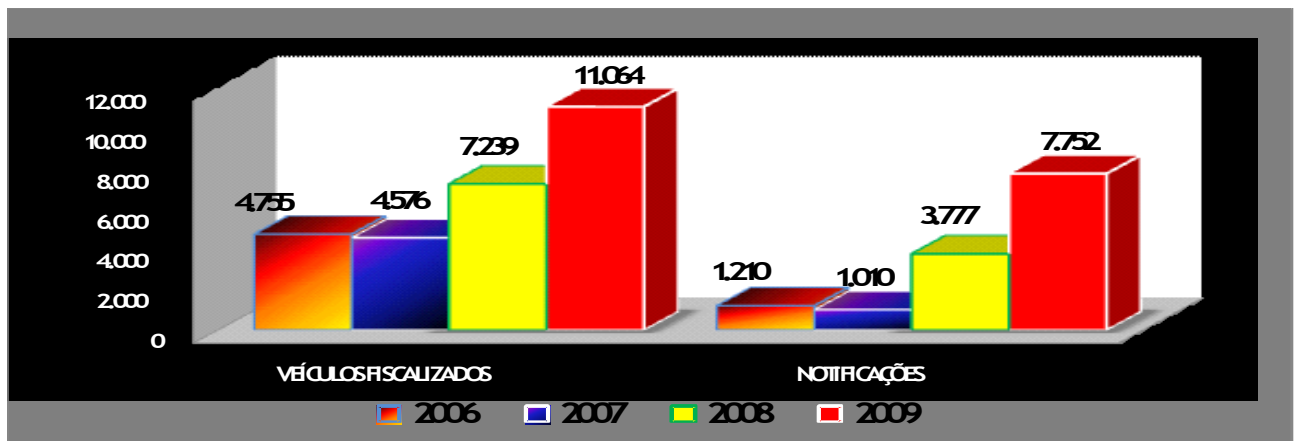
Acidentes, Feridos e Mortos



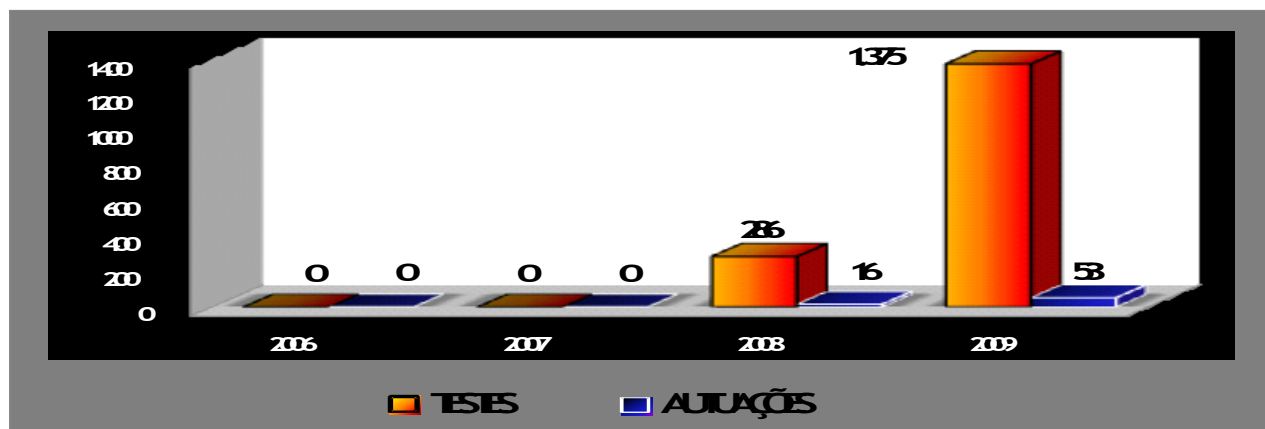
Pessoas Detidas



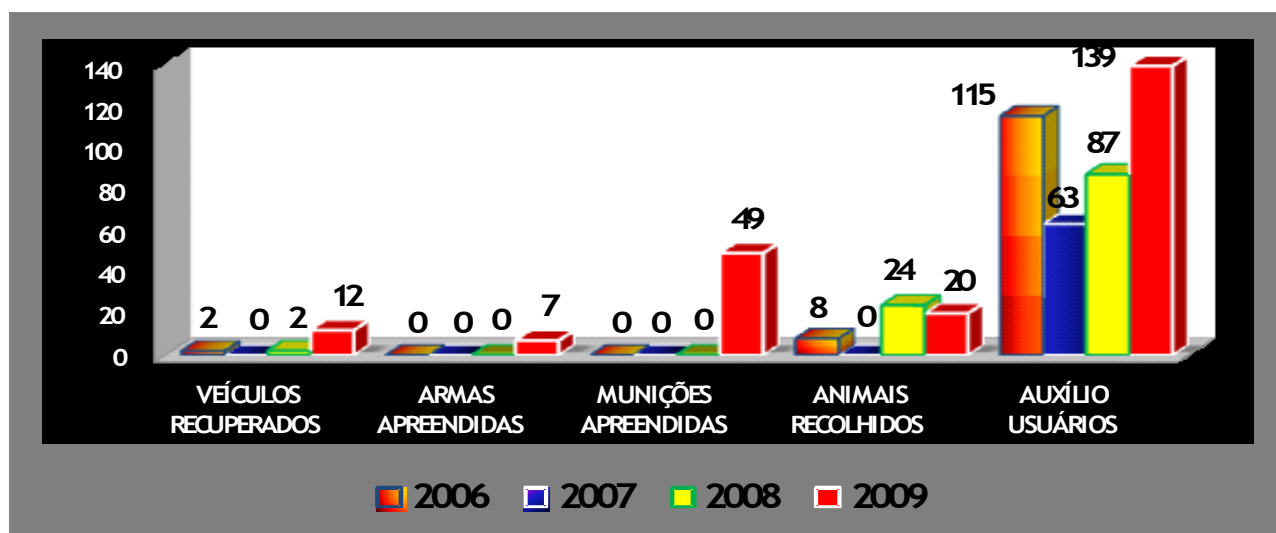
Fiscalização e Notificação



Embriaguez – Testes e Notificações



Diversos



OUTRAS OPERAÇÕES

1) OPERAÇÃO GUARDIÕES DA VIDA (O.S. 001/009):

Operação que tem os seguintes objetivos: proteger e preservar a vida de pedestres, condutores e passageiros de veículos nas rodovias federais que cortam o Estado da Bahia, visando ao manejo sustentável do tráfego, proporcionando qualidade nas viagens pelas rodovias federais da Bahia; combater as ultrapassagens proibidas, o excesso de velocidade e embriaguez ao volante, de modo a conscientizar, repreender e reprimir os condutores infratores e tirar de circulação outros que possam vir a colocar em risco a segurança da coletividade; reforçar a fiscalização de Transporte irregular Intermunicipal, Interestadual e Internacional de passageiros e reforçar as ações de combate ao crime nas rodovias federais. Foram efetuadas 18 operações desse tipo em 2009.

2) OPERAÇÃO URÂNIO (O.S. 005 e 050/2009):

Operação que visa a garantir a segurança dos usuários das rodovias e a fluidez do trânsito, proporcionando livre deslocamento aos comboios utilizados para movimentação do concentrado de Urânio (DUA), da unidade da INB em Caetité para o porto de Salvador. Foram efetuadas duas operações desse tipo em 2009.

3) OPERAÇÃO JUAFEST (O.S. 006/2009):

O JUAFEST é o carnaval antecipado da cidade de Juazeiro/BA, localizada às margens da BR 407, na divisa BA/PE. Tal evento acarreta um aumento no fluxo de veículos, o que demanda da Polícia Rodoviária Federal um reforço no policiamento para prevenir os acidentes de trânsito e ações delituosas.

Por se tratar de um evento carnavalesco, necessário se faz alocar ali equipes de reforço, uma vez que acarretará um grande fluxo de veículos na região eventualmente conduzidos por motoristas embriagados, assim como elementos delituosos que se aproveitam da ocasião para agirem.

4) OPERAÇÃO CARNAVAL GRAPIÚNA (O.S. 007/2009):

O Carnaval GRAPIÚNA é o carnaval antecipado da cidade de Itabuna/BA, localizada às margens da BR 101, no sul do Estado da Bahia. Tal evento, assim como o JUAFEST, acarreta um aumento no fluxo de veículos, o que demanda da Polícia Rodoviária Federal um reforço no policiamento para prevenir os acidentes de trânsito e ações delituosas.

Por se tratar de um evento carnavalesco, necessário se faz alocar ali equipes de reforço, uma vez que acarretará um grande fluxo de veículos na região eventualmente conduzidos por motoristas embriagados, assim como elementos delituosos que se aproveitam da ocasião para agirem.

5) OPERAÇÃO MICARETA DE FEIRA DE SANTANA (O.S. 017/2009):

A Micareta de Feira de Santana constitui o maior carnaval fora de época do país, tendo o agravante de ocorrer no maior entroncamento rodoviário da região Nordeste do país.

Com mais de vinte cidades circunvizinhas e distando da capital 100km, é considerável o aumento no fluxo de veículos, motivado pela festa momesca, aliado ao fluxo normal de veículos pesados, necessitando assim uma atenção maior da Polícia Rodoviária Federal durante o período, sendo necessário também a utilização de uma aeronave, como ocorreu nos anos anteriores, para que possamos passar uma melhor sensação de segurança, prevenir os acidentes de trânsito e ações delituosas.

6) OPERAÇÃO INDEPENDÊNCIA DA BAHIA (O.S. 026/2009):

Operação que teve o objetivo de implementar reforço de policiamento e fiscalização de trânsito e dos transportes intermunicipais, interestaduais e internacionais de passageiros nas rodovias federais, visando à prevenção dos acidentes de trânsito e ao aumento da segurança nas rodovias federais, no período do feriado da Independência da Bahia 2009.

7) OPERAÇÃO NOSSA SENHORA DE SANTANA (O.S. 027/2009):

Operação que teve como objetivo implementar reforço de policiamento e fiscalização de trânsito e dos transportes intermunicipais, interestaduais e internacionais de passageiros nas rodovias federais BRs 324 e 407, visando à prevenção dos acidentes de trânsito e ao aumento da segurança nas rodovias federais, no período dos festejos de Nossa Senhora Santana, e de São Cristóvão, Padroeiro dos Motoristas, aumentando a fiscalização e a vigilância policial, para evitar acidentes.

8) *OPERAÇÃO IBOTIFOLIA (O.S. 028/2009):*

Operação que teve como objetivo implementar reforço de policiamento e fiscalização de trânsito e dos transportes intermunicipais, interestaduais e internacionais de passageiros na rodovia federal BR 242, visando à prevenção dos acidentes de trânsito e ao aumento da segurança, combater o consumo de álcool por condutores de veículos durante o período desse festejo carnavalesco.

9) *OPERAÇÃO FESTIVAL DE INVERNO DE VITÓRIA DA CONQUISTA (O.S. 029/2009):*

O Festival de Inverno se consolidou como um dos principais projetos culturais do estado, especificamente da Região Sudoeste da Bahia e, devido a essa característica, tem atraído a atenção de inúmeros visitantes, tanto do próprio estado, quanto de outras Unidades da Federação. A Polícia Rodoviária Federal na Bahia, com vistas a garantir que o acesso dos turistas ao nosso município seja feito de forma tranqüila e segura, coibirá os excessos praticados por alguns condutores, bem como coibirá práticas criminosas que ponham em risco a incolumidade das pessoas. Por esse motivo houve necessidade de implementar reforço de policiamento e fiscalização de trânsito e dos transportes intermunicipais, interestaduais e internacionais de passageiros nas rodovias federais que levam até a cidade de Vitória da Conquista, visando à prevenção dos acidentes de trânsito e ao aumento da segurança, combater o consumo de álcool por condutores de veículos e o combate à criminalidade.

10) *OPERAÇÃO FESTIVAL DE INVERNO DE LENÇÓIS (O.S. 032/2009):*

Operação que teve o objetivo de reforçar o policiamento ostensivo rodoviário em trechos considerados críticos da BR 242, os quais apontam a necessidade de maior atenção em face do número de acidentes de trânsito que historicamente aumentam no período deste festejo, uma vez que o fluxo de veículos sofre considerável acréscimo, garantir a fluidez e segurança do trânsito, executar ações de combate à criminalidade e implementar reforço de policiamento e fiscalização de trânsito visando a atender às diversas demandas, principalmente no que se refere a repressão aos casos de consumo de bebidas alcoólicas por motoristas em deslocamento naquele trecho de rodovia e o transporte irregular de passageiros.

11) *OPERAÇÃO VAQUEJADA DE SERRINHA (O.S. 033/2009):*

Operação que teve o objetivo de reforçar o policiamento ostensivo nas rodovias federais, nos trechos sob circunscrição da Delegacia 10/02, intensificando principalmente a fiscalização de ultrapassagens em locais proibidos, excesso de velocidade, ingestão de bebidas alcoólicas, bem como a fiscalização dos transportes interestaduais, intermunicipais e internacionais de passageiros, coibindo os infratores na forma da lei, visando à prevenção de acidentes de trânsito e ao aumento da segurança no período da festa no município de Serrinha.

12) *OPERAÇÃO SEMANA DO TRÂNSITO (O.S. 034/2009):*

Operação que teve o objetivo de implementar reforço de policiamento e fiscalização de trânsito e dos transportes intermunicipais, interestaduais e internacionais de passageiros nas rodovias federais, visando à prevenção dos acidentes de trânsito e ao aumento da segurança nas rodovias federais, no período da Semana do Trânsito 2009.

13) *OPERAÇÃO BRASILGÁS (O.S. 038/2009):*

Operação que teve o objetivo de combater organização criminosa, "MILÍCIA", instalada na região da Brasilgás BR 324 e comandada por policiais militares, combater os assaltos à ônibus e furtos em pontos de ônibus existente naquela localidade, e reprimir o transporte irregular de passageiro também na região da Brasilgás que é responsável pela maioria do transporte de contrabandos, drogas e outros ilícitos entre as cidades de Salvador e Feira de Santana.

14) OPERAÇÃO STRIKE (O.S. 039/2009):

Operação que teve o objetivo de dar continuidade a Operação Brasilgás, combater a ação de “MILÍCIA” no transporte irregular intermunicipal de passageiros nas cidades de Salvador e Feira de Santana, reforçar o combate à fiscalização de transporte irregular de passageiros na BR 324, reforçar às ações de combate ao crime na BR 324, trecho Salvador x Feira de Santana.

15) OPERAÇÃO FEIRAGUAI (O.S. 040/2009):

Operação que teve o objetivo de apoiar a Superintendência da Receita Federal na 5ª Região Fiscal no combate ao contrabando, descaminho e contrafação, na localidade denominada “FEIRAGUAI” na cidade de Feira de Santana. Considerada como a maior feira de importados do Nordeste, o FEIRAGUAI é tido pela Receita Federal como grande foco de contrabando e descaminho.

16) OPERAÇÃO BACIA DO SÃO FRANCISCO (O.S. 041/2009):

Operação que teve como objetivo intensificar a fiscalização de veículos nas rodovias federais que cortam a região norte do Estado da Bahia, no trecho que compreende os municípios de São Desidério, Correntina, Coribe, Carinhanha, Serra do Ramalho, Bom Jesus da Lapa, São Félix do Coribe e Santa Maria da Vitória, por solicitação do Ministério Público do Estado da Bahia através de Ofício nº 093/2008 de 13 de maio de 2009, principalmente no que se refere ao comércio ilegal de madeiras e carvão vegetal vendido para as usinas siderúrgicas do estado de Minas Gerais. A operação contará com a participação dos seguintes órgãos: PRF, PM/BA, CRA, IBAMA, DNMP, IMA, INGA, CREA, SEMA, ADAB e DIVISA. Foram realizadas três operações desse tipo em 2009.

17) OPERAÇÃO RASTRO DE FOGO (O.S. 043/2009):

Operação que teve o objetivo de coibir a circulação de veículos com excesso de peso nas rodovias federais da Bahia, intensificando a fiscalização aos esses veículos, coibir a circulação de veículos efetuando transporte irregular interestadual e internacional de passageiros nas rodovias federais da Bahia, intensificar a fiscalização aos veículos que efetuam o transporte regular e irregular de passageiros e atender às demandas na fiscalização do serviço de transporte rodoviário interestadual de passageiros.

18) OPERAÇÃO SOLINARI (O.S. 045/2009):

Operação que teve como objetivo apoiar a ANVISA, considerando o termo de cooperação técnica firmado entre a ANVISA e o Ministério da Justiça/Polícia Rodoviária Federal, atendendo ao Ofício nº 695/2009/ASEGI/ANVISA para fiscalização conjunta na divisa da Bahia com Sergipe, considerando os riscos de uma eventual reação agressiva e a necessidade de preservação da integridade física dos servidores da ANVISA, com a finalidade de comprovar a comercialização de medicamentos falsificados/sem registro/contrabandeados considerando o disposto no Art. 273, caput do código Penal Brasileiro na 5ª Região Fiscal no combate ao contrabando.

19) OPERAÇÃO ANIDRO CARBURANTE (O.S. 046/2009):

Operação que teve como objetivo, considerando o grande tráfego de caminhões tanque transportando álcool automotivo à noite na região de Teixeira de Freitas e Salvador, e percebendo que esta prática visa burlar a fiscalização do produto, articular com a ANP - Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis uma intensificação na fiscalização dos produtos transportados por esses caminhões para assegurar que o produto chegue ao consumidor com total pureza para o consumo e verificar a documentação fiscal. Foram realizadas duas operações desse tipo em 2009.

20) OPERAÇÃO O RAPA (O.S. 049/2009):

Operação que teve como objetivo o combate ao comércio ilegal de CDs e DVDs e a utilização de máquinas caça-níqueis em estabelecimentos comerciais às margens das rodovias federais que cortam o Estado da Bahia.

21) OPERAÇÃO TRUKÁ (O.S. 051/2009):

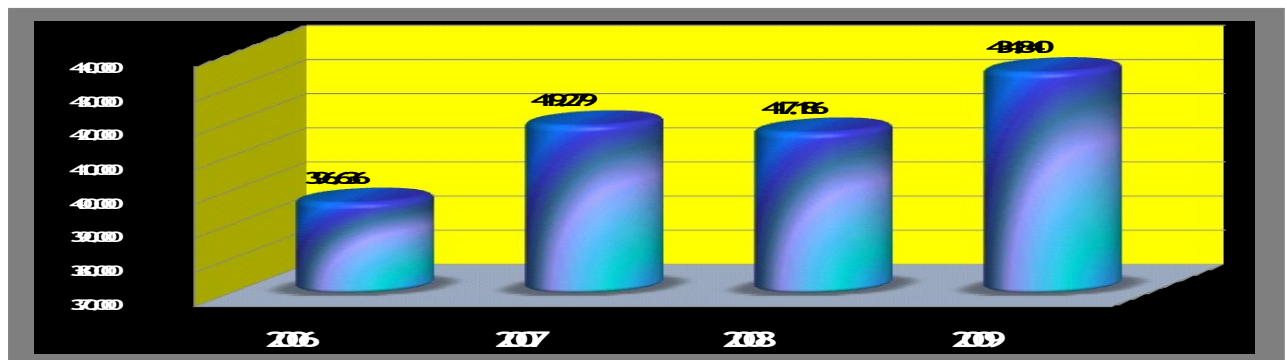
Operação que teve como objetivo o combate ao tráfico de entorpecentes, os assaltos ao transporte de passageiros e cargas, os assaltos à veículos de passeio e o transporte interestadual irregular de passageiros na BR 116 norte.

22) OPERAÇÃO CÃO DE GUARDA (O.S. 11/2009):

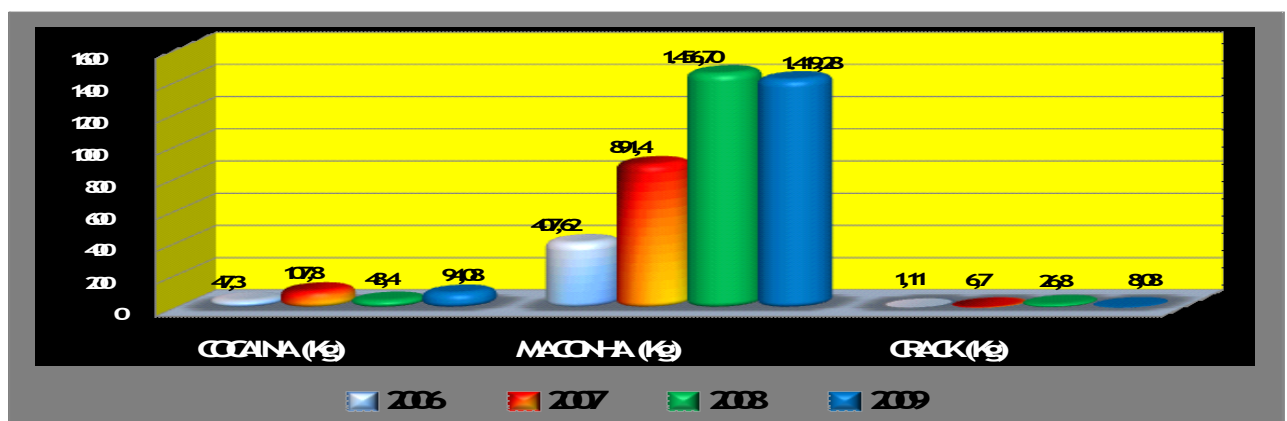
Operação que teve o objetivo de implementar ações focadas no combate à criminalidade nas rodovias federais que cortam o Estado da Bahia, realizar, em todo território estadual, atividades específicas de fiscalização no combate à criminalidade visando combater todo o ilícito que trafega pelas rodovias federais bianas, aumentar a sensação de segurança para o usuário dessas rodovias e assegurar o direito de ir e vir do cidadão baiano e quando houver condições, coordenar, junto com as Polícias Civil e Militar, ações em conjunto para um resultado mais eficaz. Foram realizadas 10 operações desse tipo em 2009.

Apresentamos abaixo gráficos que ilustram outros resultados operacionais da 10ª SRPRF no ano de 2009 comparado com outros anos:

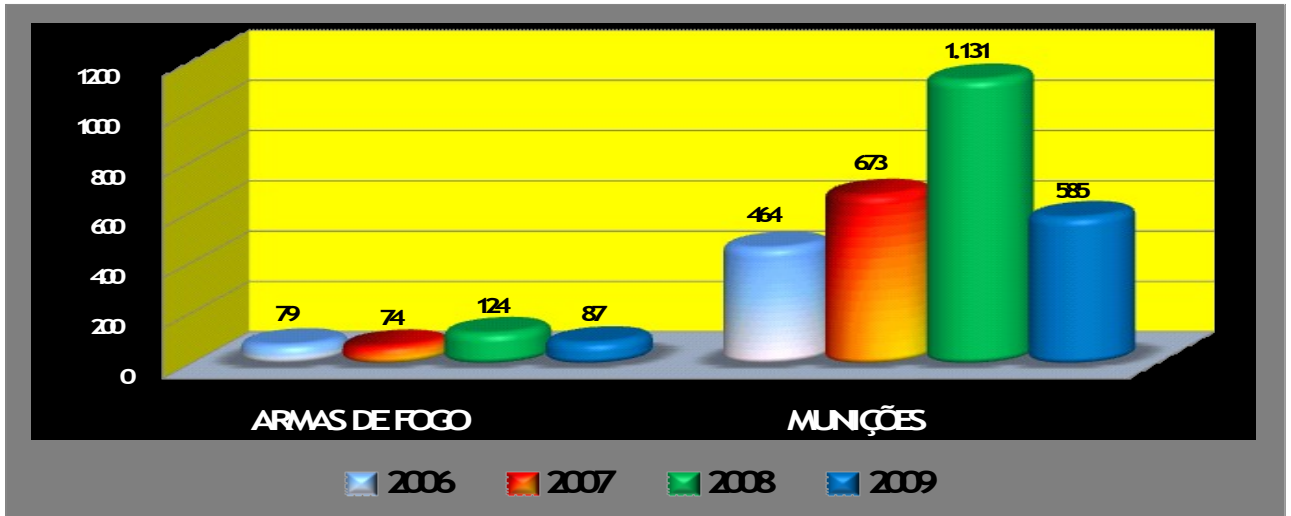
Quantidade de veículos fiscalizados



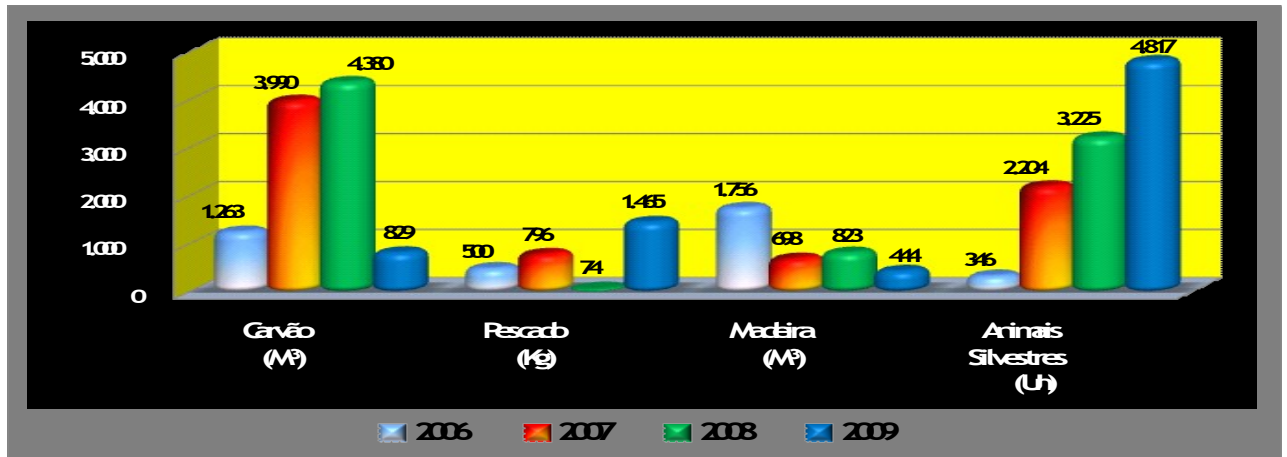
Apreensão de Entorpecentes



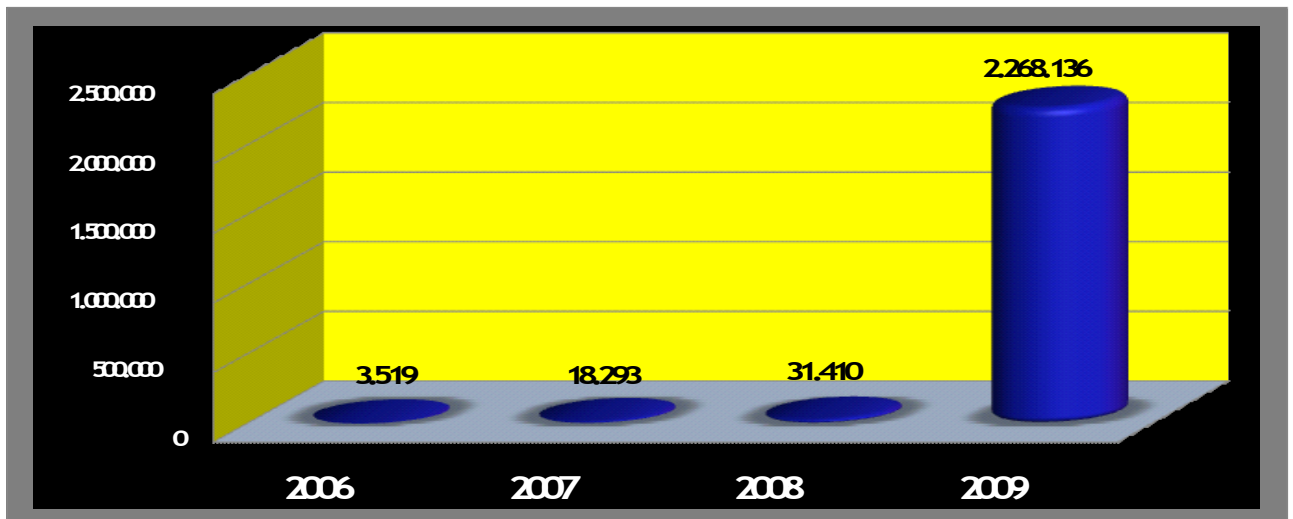
Apreensão de Armas e Munições



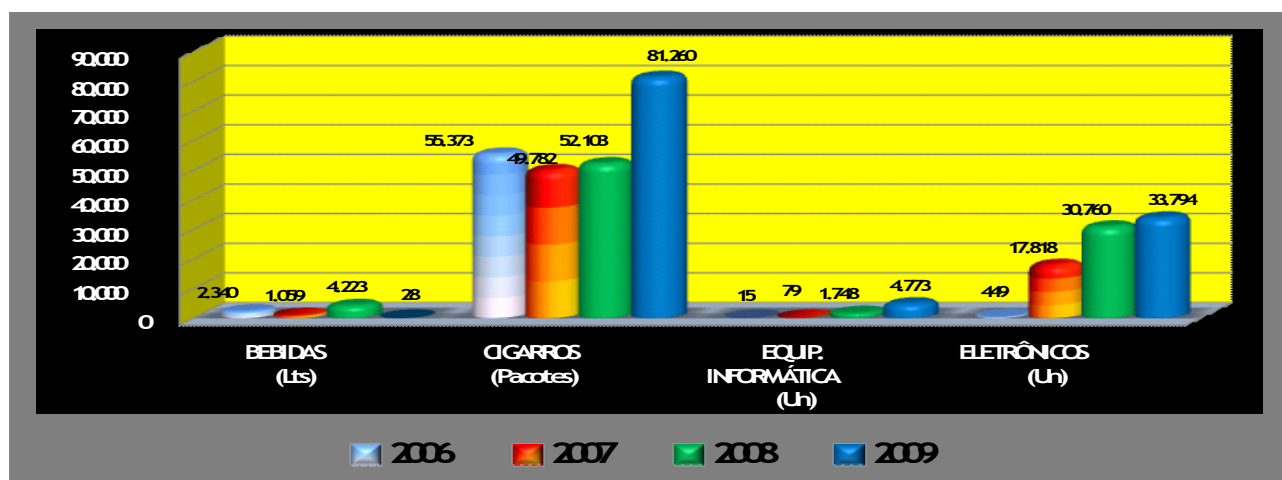
Apreensões relacionadas a Crimes Ambientais



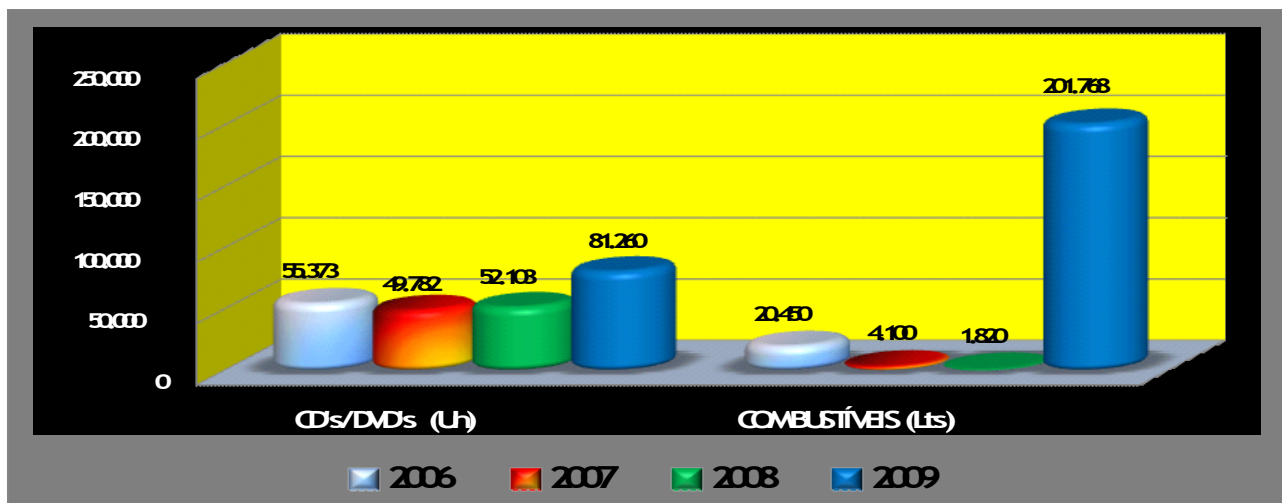
Apreensões de Medicamentos



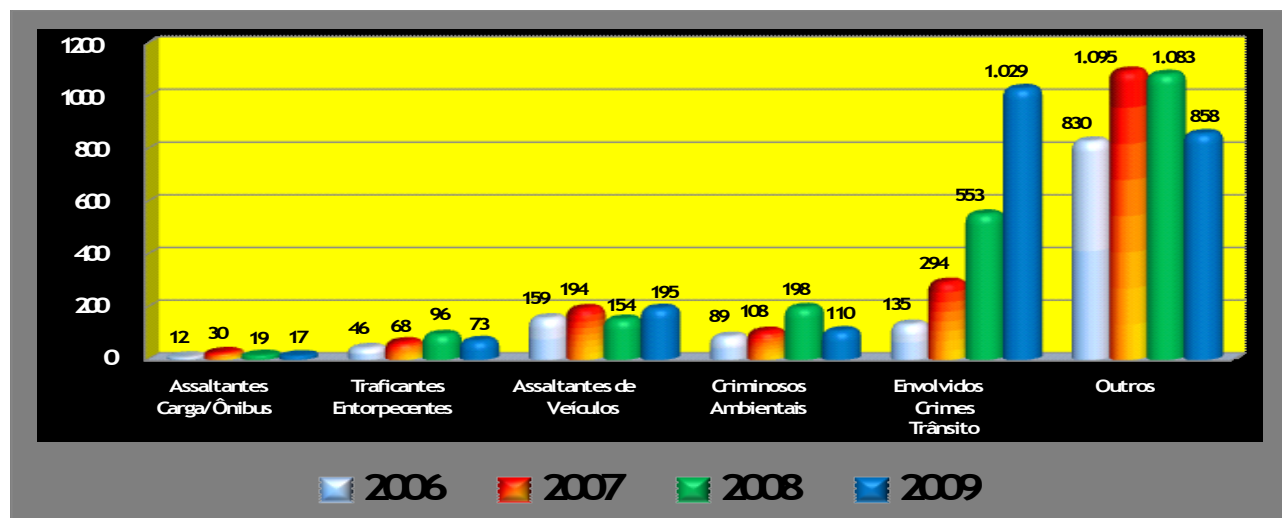
Apreensões de Produtos Contrabandeados/Pirateados

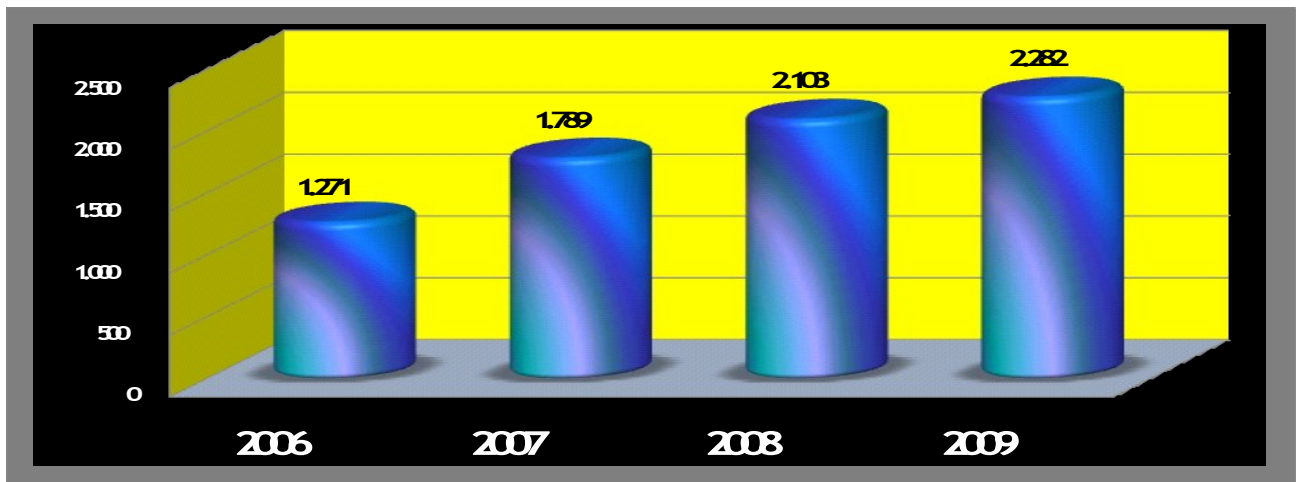


Apreensões de CD's/ DVD's e combustíveis

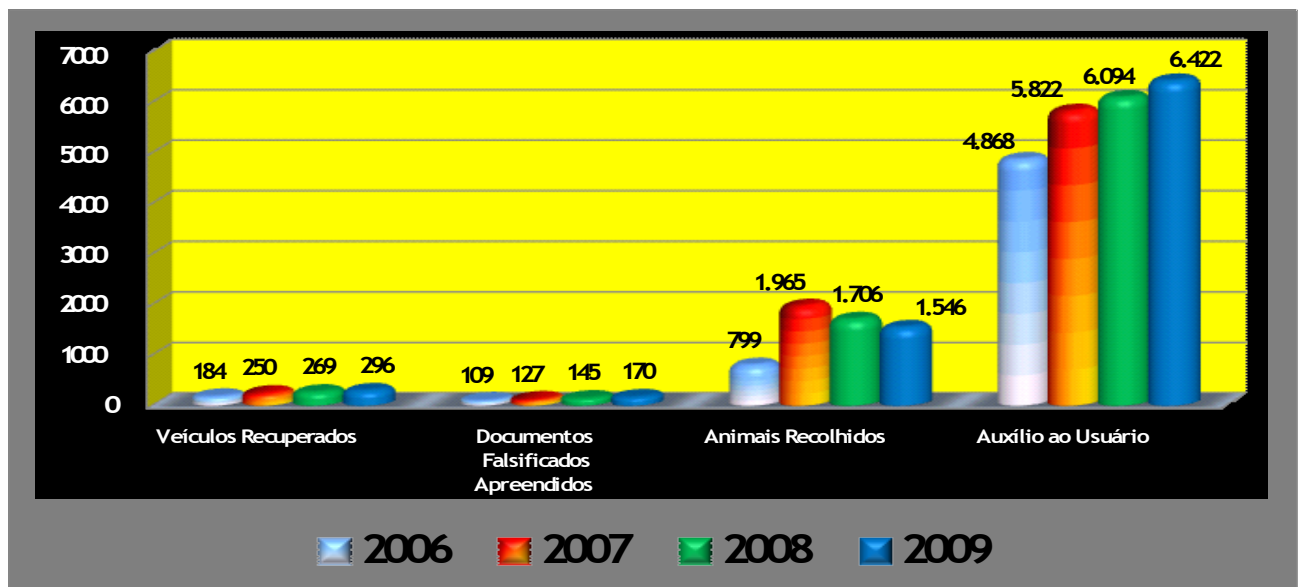


Pessoas Detidas

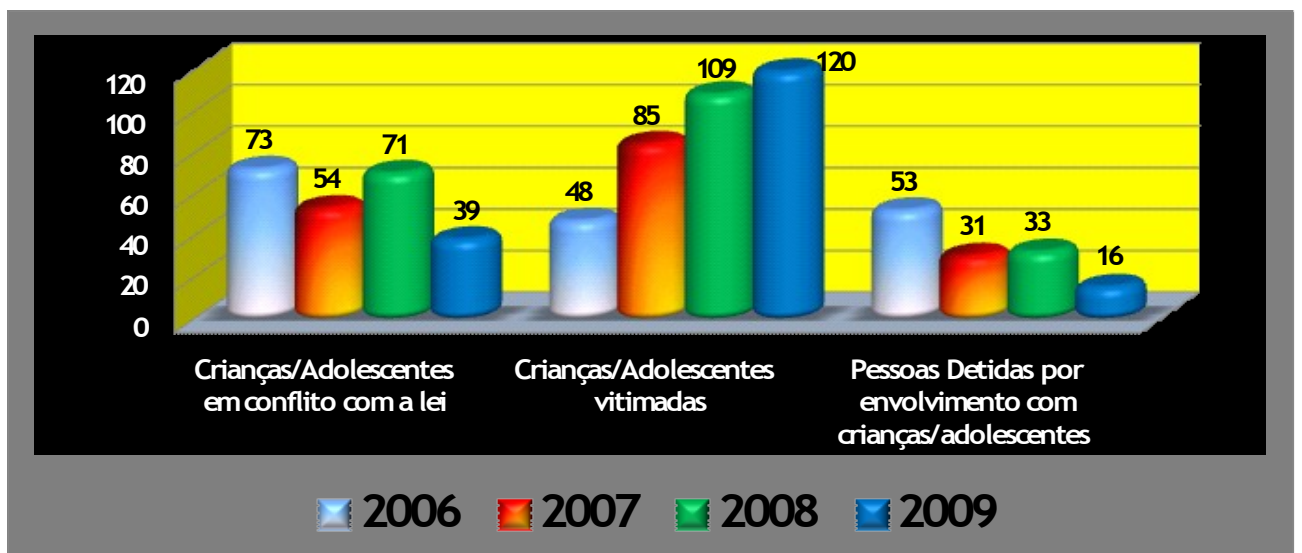




Diversos



Direitos Humanos – Criança/Adolescentes Vitimados ou em Conflito com a Lei



4.3. Assistência à saúde, resgate e socorro nas Rodovias Federais

4.3.1. Assistência à Saúde nas Rodovias Federais

No que tange a este subitem, a assistência foi prestada no sentido de oferecer aos usuários serviços de saúde específicos nos diversos comandos realizados, em conjunto com os órgãos de saúde local em cada cidade.

4.3.2. Resgate e Socorro nas Rodovias e Estradas Federais

I. APH e Resgate:

Foram realizados vários atendimentos pré-hospitalares. Tais atividades vêm sendo desenvolvidas por meio de convênios com o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência).

Referido convênio, assinado entre o DPRF e o Ministério da Saúde em 2004, tem como objetivo oferecer à sociedade serviço de APH e resgate aos acidentados e demais urgências/emergências, sob regulação médica, à rede Assistencial do SUS, observadas as prioridades institucionais.

O acordo envolve o repasse pleno mensal de R\$ 1.454.500,00 e o repasse pleno anual de R\$ 17.454.000,00. Para tanto, as obrigações do DPRF são: disponibilizar ambulâncias e aeronaves, abastecimento periódicos das unidades, fornecer instalações físicas e meios de comunicação existentes, associar a logomarca SAMU-192, promover educação continuada conjunta, repor a frota e material permanente conforme disponibilidade financeira. As obrigações do Ministério da Saúde são: repasse mensal de R\$ 6.250,00 para cada ambulância de Suporte Básico de Vida, R\$ 13.250,00 para cada ambulância de Suporte Avançado de Vida e R\$ 34.500,00 para cada unidade de Suporte Avançado Aéreo, promover educação continuada conjunta, fornecer equipe de saúde complementar, limpeza e desinfecção das unidades, fornecerem os protocolos de atendimento, emissão de relatórios, reposição de material permanente e de consumo.

No âmbito da 10ª SRPRF/BA foram disponibilizados e executados os seguintes valores no ano de 2009.

TABELA DE RECURSOS RECEBIDOS/EXECUTADOS EM 2009-BAHIA

| PROJETO/ATIVIDADE PTRES / FONTE | PI | ND | RECEBIDO | EXECUTADO | |
|--|-----------------------------|----------|-----------|-------------------|--|
| 8933 1448ALA 8933 1448EUN 8933 1448JEQ 8933 1448SAL 8933 1448VCO APOIO A ESTRUTURAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO AS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS PTRES 021875 FONTE 0151000000 | 1448ALA | 33903019 | 2.285,50 | 1.306,50 | |
| | | 33903036 | 3.860,98 | 1,647,23 | |
| | | 33903039 | 27.666,02 | 14.636,93 | |
| | | 33903044 | 197,50 | 197,50 | |
| | | 33903919 | 28.186,76 | 12.818,54 | |
| | 1448EUN | 33903039 | 34.000,00 | 936,15 | |
| | | 33903919 | 28.176,76 | 249,74 | |
| | 1448JEQ | 33903039 | 34.000,00 | 161,07 | |
| | 1448SAL | 33903039 | 36.000,00 | 1.464,35 | |
| | | 33903919 | 26.982,40 | 564,68 | |
| | 1448VCO | 33903039 | 33.730,00 | 479,32 | |
| | | 33903919 | 28.176,76 | 259,00 | |
| | TOTAL RECEBIDO/SAMU | | | 283.262,68 | |
| | TOTAL EXECUTADO/SAMU | | | 33.073,78 | |

A implantação e operacionalização do convênio começou em 2004 e teve um bom aproveitamento no ano de 2009. Temos 05 (cinco) Convênios firmados entre os Municípios de Alagoinhas/BA, Vitória da Conquista/BA, Eunápolis/BA, Jequié/BA e Salvador/BA, e a União, por intermédio da 10ª SPRF/BA, com o repasse de R\$ 6.250,00 por Convênio.

Tem-se verificado alguns empecilhos para a efetivação ágil e completa do convênio SAMU-DPRF. São eles:

- *Questões políticas locais;*
- *Recursos humanos (motoristas, médicos e socorristas capacitados e disponíveis);*
- *Viaturas com problemas;*
- *Localidades onde o SAMU ainda não foi instalado;*
- *A verba destinada pelo Ministério da Saúde apenas contempla a compra de material de consumo, manutenção das viaturas e diárias dos policiais. Porém, há necessidade de se gastar com material permanente e essa verba não cobre;*

Os resultados em números de atendimentos obtidos nas cidades com convênios da PRF com o SAMU192 foras os seguintes:

| Cidade | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <i>Alagoinhas</i> | <i>109</i> | <i>173</i> | <i>52</i> | <i>75</i> |
| <i>Jequié</i> | <i>166</i> | <i>195</i> | <i>167</i> | <i>108</i> |
| <i>Eunápolis</i> | <i>162</i> | <i>186</i> | <i>134</i> | <i>267</i> |
| <i>Salvador</i> | <i>607</i> | <i>690</i> | <i>193</i> | <i>229</i> |
| <i>Vitória da Conquista</i> | <i>115</i> | <i>183</i> | <i>50</i> | <i>37</i> |
| <i>Total</i> | <i>1159</i> | <i>1427</i> | <i>596</i> | <i>716</i> |

Recebimento de Material para APH pelo DPRF: 01 viatura de suporte avançado com equipamentos de uso médico como desfibrilador, bomba de infusão, ressuscitador, aparelho de ventilação mecânica e oxímetro de dedo; equipamentos que equipam a viatura visando um

atendimento a urgências/emergências mais eficaz à sociedade. Contudo, esta viatura está sendo utilizada como básica, porque nenhum dos convênios firmados prevê-la como avançada devido ao alto custo, o que foi negado pelas prefeituras envolvidas;

II. Palestras e cursos:

- Palestra:

Palestra sobre e Atendimento Pré-hospitalar para os Servidores socorristas através dos núcleos de emergências locais de cada unidade.

- Comando de saúde preventivo:

Os Comandos de Saúde Preventivos são campanhas de cunho preventivo e educativo, realizadas em parceria com os Municípios, dirigidas aos profissionais do volante no âmbito das rodovias federais. Nelas, por amostragem, solicita-se a participação voluntária de condutores profissionais em trânsito. Em sendo detectadas alterações em relação aos parâmetros de obesidade, força manual, hipertensão, hiperglicemia, hipercolesterolemia, acuidade visual imprópria, aplicação de fluxo etilismo, tabagismo, carga horária trabalhada em excesso e utilização de medicamentos impróprios, os condutores recebem orientação adequada por profissionais da saúde, podendo, nos casos mais graves, serem conduzidos às unidades de saúde locais, evitando-se, desta forma, a ameaça à segurança própria e a dos demais usuários da rodovia.

Considerando que no seio da etiologia dos acidentes de trânsito em nossas rodovias, constata-se o envolvimento precípua de motoristas profissionais; considerando que, em estudo piloto, verificaram-se percentuais consideráveis de alterações fisiológicas entre os mesmos, o que prejudica a segurança no trânsito; considerando ainda o fato de que exames periódicos isolados são realizados pelos DETRAN'S regionais somente a cada três ou cinco anos, por ocasião da renovação da CNH, conforme o Art. 147 § 2º do CTB, os Comandos de Saúde Preventivos se tornam imprescindíveis para reduzir o número de acidentes de trânsito.

Estes comandos têm abrangência regional e o público alvo são os motoristas que possuem carteira de habilitação nas categorias C, D e E, notadamente aqueles que realizam transporte de cargas e interestadual de passageiros.

Objetivos:

- Detectar e alertar sobre alterações em parâmetros de saúde que poderão prejudicar e/ou impedir a condução de veículos por profissionais do trânsito;*
 - Educativo e cívico, haja vista a gama de informações adicionais correlatas à saúde e ao trânsito, que podem ser instituídas concomitantemente;*
 - Indicador estatístico acerca do perfil de saúde da população usuária específica (motoristas profissionais);*
- Redução de acidentes, etc.*

Foram realizados aproximadamente 04 eventos distribuídos pelas 10 Delegacias desta Regional em toda Bahia, destinados à aferição da saúde e educação de motoristas profissionais, tendo sido atendidos 556 motoristas.

No ano passado, dos 565 motoristas examinados, aproximadamente 63,83% estavam acima do peso, 17,97% trabalhavam excedendo a jornada de trabalho, 20,46% ingerem bebidas alcoólicas, 18,23% fumam, 30,12 % tem problemas de pressão arterial e 20,28% estão com glicemia. Essas alterações de parâmetros, além de outras, corroboram para o aumento do número de acidentes.

Os Comandos de Saúde Preventivos são realizados a cada três meses, por no mínimo quatro horas, conforme definição das Delegacias, preferencialmente em locais de grande fluxo de veículos e em antecedência a datas festivas.

Anualmente os acidentes de trânsito deixam mais de 350 mil pessoas feridas e 30 mil mortos resultando num custo social direto anual estimado da ordem de 10 bilhões de reais, segundo estudos recentemente concluídos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, maculando sobremaneira a imagem nacional.

Campanhas sócio-educativas possuem elevado valor cívico e são bem-vindas, na medida em que se coadunam com a necessidade premente de reforçarmos as ações promotoras de redução de acidentes de trânsito no âmbito da sociedade brasileira. Como dever de todos, não poderíamos concebê-las sem a participação de órgãos colaboradores dos mais variados matizes, que ao final têm a sua cidadania certificada.

Aos profissionais do transporte rodoviário, a oportunidade para a avaliação dos fatores de risco (parâmetros de saúde alterados) é ímpar, dado à característica peculiar da profissão que muitas vezes não lhes oferta possibilidades econômico-temporais de manter os cuidados indispensáveis à própria saúde.

A certificação, através de selo adesivo alusivo ao evento, aos profissionais do transporte em que não foram encontrados fatores de risco, os homenageia e os incentiva ao cultivo permanente à boa saúde e ao semeio dos conhecimentos adquiridos ao longo das rodovias.

4.3.3. Análise dos resultados alcançados

I. Condições de trabalho no exercício de 2009:

Em 2009, o reduzido contingente capacitado para atuar na área de resgate a vítimas, aliada a escassez orçamentária, dificultou um atendimento mais eficaz do serviço, tanto para os usuários como para os servidores, inclusive impossibilitando a expansão do projeto.

II. Previsão de melhorias a serem implementadas no exercício de 2010:

Aquisição de novas ambulâncias de suporte básico e avançado de vida, novos materiais e equipamentos como desencarceradores, desfibriladores, materiais médico-hospitalares, ventiladores para respiração artificial de acidentados graves, estetoscópios e esfigmomanômetros, balanças antropométrica, fitas para exame de glicose e triglicéridos e aparelhos de acuidade visual.

Realização de parceria com SAMU nas cidades onde ainda não existe, para que as atividades de resgate nas rodovias tenham maior possibilidade de sucesso.

Capacitar e treinar os atuais e novos servidores para exercerem a atividade de socorrismo.

III. Análise crítica dos resultados alcançados:

Dentro dos objetivos almejados no planejamento muitas atividades conseguiram êxito e outras foram severamente obstaculizadas, impedindo a execução completa dos objetivos.

APH e Resgate – esta atividade é imprescindível, pois atua atendendo aos usuários das rodovias federais diuturnamente, e até mesmo em situação de emergência, fora deste âmbito, com

o escopo de atender à coletividade em estado de perigo. Conta com um orçamento limitado em relação à demanda de trabalho. A precariedade de recursos materiais e humanos dificulta a eficiência da atividade e limita a eficácia da mesma. Quanto à gestão dos recursos, este ano não foi disponibilizada verba específica para o atendimento pré-hospitalar.

Ensino e treinamento – foram reciclados 57 socorristas, entre policiais e agente do SAMU, nas Delegacias da PRF conveniadas através de cursos de aperfeiçoamento.

Comandos de Saúde Preventivos – os 04 (quatro) comandos realizados durante o exercício de 2009 alcançaram resultados satisfatórios.

4.3.4. Conclusão

De maneira geral, pode-se concluir que os objetivos concernentes à assistência à saúde, resgate e socorro nas rodovias federais, em 2009 foram alcançados. Com efeito, os Convênios firmados com o Ministério da Saúde, com alguns municípios e a implementação do Serviço Móvel de Atendimento de Urgência possibilitou uma melhoria considerável no atendimento pré-hospitalar, aumentando o índice de êxito nas atividades. Do mesmo modo, os comandos de saúde preventivos causaram uma repercussão muito boa junto aos condutores, melhorando sobremaneira a imagem da Polícia Rodoviária Federal de instituição comprometida com a segurança no trânsito.

No que tange às deficiências constatadas, faz-se mister salientar que a falta de recursos prejudica a melhoria desse serviço público. A carência de recursos materiais e humanos, em decorrência da grande malha rodoviária, acaba sendo um dos principais empecilhos à melhoria das atividades.

5. Gestão Correicional

No exercício de 2009, foi possível amadurecer o programa de Acompanhamento Gerencial de Serviço – AGS, graças à conscientização e comprometimento dos chefes das Delegacias de Polícia Rodoviária Federal da 10ª SRPRF/BA e seus respectivos chefes de Núcleos de Policiamento e Fiscalização. Ressalte-se que, toda delegacia dispõe de um procedimento administrativo, arquivado nesta Corregedoria Regional, onde é juntado o Relatório Mensal de Inspeção (RMI) feito por cada delegacia.

Entretanto, devido ao excesso de atribuições e ao pequeno efetivo de que dispõem, algumas delegacias não executaram, mensalmente, o AGS nem tampouco encaminhando o RMI.

Destaque-se que neste exercício foi mantido, mais uma vez, um ótimo relacionamento com a Advocacia Geral da União, que nos auxilia com a elaboração de pareceres sobre os procedimentos administrativos disciplinares instaurados na 10ª SRPRF/BA. Também foram feitos contatos com membros do Ministério Público Federal e servidores do Departamento de Polícia Federal. Internamente, a Corregedoria Regional contou sempre com a parceria e colaboração das demais Seções da Regional, do Núcleo de Inteligência, do Núcleo de Comunicação Social e do Núcleo de Apoio Técnico Jurídico.

Não se pode olvidar o excelente resultado obtido com a implantação de duas comissões permanentes de procedimento disciplinar, no final do ano de 2008, que centralizaram a apuração

dos procedimentos disciplinares e otimizaram o serviço, facilitando a gestão administrativa e financeira da Corregedoria Regional. Ademais, com o auxílio dessas duas comissões permanentes, a Corregedoria Regional conseguiu reduzir significativamente o passivo de procedimentos autuados nos exercícios anteriores, tendo alcançado e, na maioria das vezes, superado as metas estabelecidas pela Corregedoria-Geral.

5.1. Acompanhamento Gerencial de Serviço

No exercício de 2009 o programa de Acompanhamento Gerencial de Serviço – AGS evoluiu para uma nova fase.

Com efeito, com o surgimento do AGS, coube às Corregedorias Regionais implantá-lo em todas as delegacias, o que foi feito no exercício de 2008.

Em 2009, o programa de Acompanhamento Gerencial de Serviço – AGS passou a ser executado diretamente pelas delegacias, cabendo à Corregedoria Regional orientar e supervisionar o serviço. Não podemos olvidar que o AGS só estará consolidado quando se tornar uma prática constante nas delegacias e postos da 10ª SRPRF/BA, o que só será alcançado com o auxílio incondicional dos chefes das delegacias.

5.2. Aproximação das Corregedorias com as Comissões de Ética

Apesar de sua previsão regimental, a Comissão de Ética Regional encontra-se em fase de reformulação, não tendo uma atuação efetiva.

5.3. Otimização da execução dos recursos da área correcional.

- Utilização de cartas precatórias

Com a criação das comissões permanentes de disciplina, e a conseqüente centralização dos procedimentos disciplinares nestas comissões, houve uma redução do uso de carta precatória para a execução de atos administrativos a serem cumpridos na circunscrição da 10ª SRPRF/BA.

Todavia, quando foi necessário cumprir atos administrativos na circunscrição de outra regional, as comissões permanentes utilizaram o instrumento das cartas precatórias, contribuindo para a redução dos custos de instrução de procedimentos disciplinares e otimização do tempo de apuração.

- Implantação de planejamento prévio pelas corregedorias e presidentes de comissão

A criação e o efetivo funcionamento das comissões permanentes de disciplina, facilitou a tarefa de planejar os trabalhos da Corregedoria Regional, bem como de auxiliar os presidentes das comissões.

Com efeito, a centralização dos procedimentos disciplinares nas 2 (duas) comissões possibilitou que os respectivos presidentes pudessem planejar a instrução dos procedimentos com especial atenção ao cumprimento dos prazos; além de poder otimizar a execução dos atos administrativos, pois, muitas vezes, com uma única viagem a comissão realizava atos de instrução em mais de um procedimentos disciplinar, conseguindo um desempenho maior com um custo menor.

- Intensificação e dinamização da utilização das investigações preliminares pelos NUAI's

O Núcleo de Assuntos Internos - NUAI vem desempenhando a contento seu trabalho na área de investigação preliminar, tendo contado no exercício de 2009 com 3 (três) servidores para execução de suas atribuições. Vale destacar que, no cumprimento de suas atribuições o Núcleo de Assuntos Internos tem contado sempre com a colaboração de alguns servidores com curso de capacitação na área de Investigação Correicional e de outros que apesar de não serem capacitados tem grande disposição para auxiliar o NUAI em sua missão.

Como resultado desse trabalho, o Núcleo de Assuntos Internos – contando com o apoio da Corregedoria-Geral e da Divisão de Fiscalização e Assuntos Internos – executou 2 (duas) operações e 01(um) AGS que culminaram na prisão em flagrante delito de 03 (três) servidores.

- Utilização da estrutura administrativa das Superintendências pelas comissões e NUAI's

As comissões permanentes e o Núcleo de Assuntos Internos teve o apoio logístico da Superintendência para a execução de suas tarefas, sendo disponibilizado o material necessário – viaturas, computadores, impressoras, material de escritório, máquinas filmadoras e fotográficas, dentre outros - para o cumprimento de seus desideratos

5.4. Instauração de procedimentos.

Durante o exercício de 2009 foram instaurados 28 (vinte e oito) Processos Administrativos Disciplinares e 08 (oito) Sindicâncias Administrativas Investigativas. Quanto às penalidades, foram aplicadas 01 (uma) advertência, 15 (quinze) suspensões, 01 (uma) demissão. Também houve um total de 07 (sete) penalidades que não puderam ser aplicadas em virtude de prescrição, sendo 03 (três) advertência e 04 (quatro) suspensões.

O custo por processo/ano ficou em R\$ 694,24 (seiscentos e noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos).

5.5. Aperfeiçoamento da ação gerencial dos Corregedores Regionais

Com o Curso de Gestão Correicional, promovido pela CG, durante o Encontro de Corregedoria em João Pessoa/PB, a Regional recebeu a capacitação necessária para melhorar a gestão. Com as ferramentas e a consciência de que não é só a dificuldade de recursos financeiros que prejudicam o gerenciamento da correedoria, ficou mais fácil administrar. Tal fato ficou comprovado no Encontro de Corregedoria de 2009, na cidade de Florianópolis/SC.

5.6. Reestruturação da Corregedoria Regional e do Núcleo de Assuntos Internos.

A Corregedoria Regional manteve durante o exercício de 2009 o número de servidores, a despeito de necessitar de pelo menos mais um servidor; no que tange à estrutura logística, é necessário atualizar os equipamentos de informática (notadamente, desktop e impressora).

O Núcleo de Assuntos Internos, por sua vez, teve reduzido o número de servidores lotados (perdeu 01 servidor); no que tange à estrutura logística, apesar de estar satisfatoriamente munido de equipamentos para a realização de atividades de inteligência correicional, o mencionado

núcleo carece de equipamentos de informática mais modernos (notadamente, desktop e impressora).

5.7. Capacitação em procedimento administrativo disciplinar

A Controladoria Geral da União disponibilizou 04 (quatro) vagas para servidores desta Regional serem capacitados com o curso básico para membros de comissões disciplinares. Tais servidores passaram a integrar a lista de servidores capacitados na área correicional, podendo ser nomeados para atuar em procedimentos disciplinares.

5.8. Conclusão

O desempenho geral da Corregedoria Regional no exercício de 2009 superou as expectativas alimentadas no início do ano.

Com efeito, no início de 2009 a Corregedoria Regional tinha um passivo de 133 (cento e trinta e três) processos, e terminou o ano com 52 (cinquenta e dois), conseguindo uma redução de 60,90%. Também houve redução de 66,67% e de 96,88 no número de processos autuados por servidor e de processos pendentes por servidor, respectivamente. Tais números demonstram de forma irrefutável a melhoria na capacidade de processamento da Corregedoria Regional.

Contribuiu muito para esses resultados a redução do número de processos autuados – efeito dos programas Corregedoria Participativa e Acompanhamento Gerencial de Serviço –, o trabalho das comissões permanentes de disciplina e a experiência da equipe que integra os quadros da Corregedoria Regional.

Outro fator que contribuiu para a melhoria do processamento da Corregedoria Regional foi o fim das inspeções determinadas pela Corregedoria-Geral e a Coordenação-Geral de Operações nos grandes feriados nacionais, já que os servidores que trabalham na CR não precisam mais cumprir escala de serviço nos feriados, e, conseqüentemente, não precisam ser dispensados para compensar as horas extras trabalhadas. Ressalte-se que essas compensações de horas extras trazia um grande transtorno para os trabalhos da Corregedoria Regional, já que os servidores eram dispensados e acabavam não executando as tarefas da área fim da corregedoria..

Outro motivo determinante para o melhor desempenho da Corregedoria Regional foi a redução do número de processos relativos a multas e boletins de acidentes não inseridos no sistema e/ou anulados encaminhados para a CR, assim todos os boletins de acidente com erro de preenchimento e concluídos fora do prazo, com vistas a instauração de procedimento disciplinar.

A despeito dos resultados positivos atingidos no ano de 2009, a Corregedoria Regional continua com deficiência de pessoal, contando apenas com um servidor no cartório e um na análise.

6. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não aplicável à Unidade no exercício de 2009.

7. Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

| PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR - EXERCÍCIO DE 2009 | | | | |
|---|--------------|------------|--------------|--------------|
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | |
| Ano de inscrição | Inscritos | Cancelados | Pagos | A Pagar |
| 2009 | - | - | - | - |
| 2008 | 1.923,88 | 1.343,88 | 580,00 | |
| 2007 | 0,60 | | | 0,60 |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | |
| Ano de inscrição | Inscritos | Cancelados | Pagos | A Pagar |
| 2009 | 2.193.243,65 | | | 2.193.243,65 |
| 2008 | 2.340.757,22 | 118.082,02 | 1.422.166,34 | 800.508,86 |
| 2007 | 59.103,33 | 3.476,23 | 142,80 | 55.484,30 |

7.1. Análise Crítica sobre a gestão do pagamento de Restos a Pagar de exercícios :

A base legal para a inscrição de despesas em Restos a Pagar (RP) no exercício 2010, é o Decreto nº 7.057, de 29 de dezembro de 2009, que autoriza inscrição de Restos a Pagar até o exercício 2007.

Os valores inscritos em RP impactaram fortemente na gestão financeira da 10ª SRPRF/BA em 2009, porque neste exercício houve acentuada escassez financeira, o que elevou o montante das despesas sem pagamento ao final de 2009.

RP Processados foram inscritos em mais de um exercício financeiro, por falta de aporte financeiro para quitação dos mesmos. RP não processados foram inscritos por serviços que não tiveram sua conclusão dentro do exercício subsequente, sendo novamente inscritos em RP por estarem em execução.

Por outro lado, alguns eventos minimizaram o impacto negativo na gestão de RP, aqueles que, por não terem sido concluídos não tiveram de ser quitados em sua totalidade em 2009.

Registra-se ainda que as diárias tiveram prioridade nos pagamentos efetuados em 2009. Na sequência foram pagos os serviços essenciais, os RP's e os fornecedores do exercício 2009.

Reitere-se que a escassez financeira em 2009 dificultou a gestão na área de finanças nesse exercício, condição que mais se agravou devido ao RP inscrito em 2009, tendo como consequência a elevação do montante das despesas não pagas e que devidamente autorizadas foram inscritas em RP para o exercício de 2010. Assim, essa escassez financeira dificultou em muito os pagamentos e gerou grande saldo de Restos a Pagar em 2010.

No tocante a gestão de RP, as despesas mais elevadas e que foram concluídas em 2009, causaram um impacto mais negativo, pois oneraram fortemente as finanças, ao passo que, os serviços que se prolongaram por 2009 e ainda continuam em execução impactaram menos negativamente a gestão financeira.

8. Transferências

A 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal não possui convênio de despesa vigente, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres, de sorte que inexistem transferências realizadas na forma prevista no item 6 do Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 100/2009.

Na mesma linha, não possui projetos ou programas financiado com recursos externos ocorridos no ano e acumulados até o período em exame. Da mesma forma, não houve concessão de créditos a outros órgãos, havendo, no entanto, créditos recebidos, os quais estão descritos na tabela abaixo. Cumpre salientar que estes foram repassados pelo DPRF à 10ª SRPRF/BA.

| SAMU | | | | | |
|--|-----------------------------|----------|-----------|-------------------|--|
| PROJETO/ATIVIDADE PTRES / FONTE | PI | ND | RECEBIDO | EXECUTADO | |
| 8933 1448ALA 8933 1448EUN 8933 1448JEQ 8933 1448SAL 8933 1448VCO APOIO A ESTRUTURAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO AS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS PTRES 021875 FONTE 0151000000 | 1448ALA | 33903019 | 2.285,50 | 1.306,50 | |
| | | 33903036 | 3.860,98 | 1.647,23 | |
| | | 33903039 | 27.666,02 | 14.636,93 | |
| | | 33903044 | 197,50 | 197,50 | |
| | | 33903919 | 28.186,76 | 12.818,54 | |
| | 1448EUN | 33903039 | 34.000,00 | 936,15 | |
| | | 33903919 | 28.176,76 | 249,74 | |
| | 1448JEQ | 33903039 | 34.000,00 | 161,07 | |
| | 1448SAL | 33903039 | 36.000,00 | 1.464,35 | |
| | | 33903919 | 26.982,40 | 564,68 | |
| | 1448VCO | 33903039 | 33.730,00 | 479,32 | |
| | | 33903919 | 28.176,76 | 259,00 | |
| | TOTAL RECEBIDO/SAMU | | | 283.262,68 | |
| | TOTAL EXECUTADO/SAMU | | | 33.073,78 | |

9. Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

10. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não aplicável à UJ no exercício de 2009.

11. Renúncia Tributária

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

12. Impacto sócio-econômico das operações de fundos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

13. Deliberações dos Órgãos de Controle

Não houve deliberações ou recomendações dos órgãos de controle no exercício de 2009.

14. Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.

Os Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadorias e Pensões são informados diretamente pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - CGRH/DPRF/MJ, isentando a 10ª SRPRF/BA de prestar tal informação, a fim de evitar envio de dados em duplicidade. Assim, a 10ª SRPRF/BA é responsável apenas pela instrução destes processos, sendo que seu encaminhamento ao órgão de controle interno é realizado pela CGRH/DPRF/MJ.

15. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

B- Informações Contábeis da Gestão**1. Declaração do contador responsável**

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

| DECLARAÇÃO DO CONTADOR | | | |
|--|-------------------|----------------------|---------------------|
| DECLARAÇÃO COM RESSALVA | | | |
| Denominação completa (UJ): | | Código da UG: | |
| 10ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/BA | | 200114 | |
| <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> | | | |
| Local | Brasília-DF | Data | 04 de março de 2010 |
| Contador Responsável | José Carlos Gomes | CRC nº | DF 9.261/O-7 |